

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA EICOS**

**KARINA PENIDO RIBEIRO**

**A visão de relacionamentos afetivos e conjugalidade em mulheres  
separadas de diferentes gerações**

**Rio de Janeiro  
2010**

**KARINA PENIDO RIBEIRO**

**A visão de relacionamentos afetivos e conjugalidade em mulheres  
separadas de diferentes gerações**

Dissertação apresentada ao Programa EICOS  
do Instituto de Psicologia da Universidade  
Federal do Rio de Janeiro para a obtenção do  
título de Mestre em Psicossociologia de  
Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

**Rio de Janeiro  
2010**

## AGRADECIMENTOS

Considero que a elaboração de uma dissertação de mestrado é um produto coletivo, embora sua redação, responsabilidade e *stress* seja predominantemente individual. Várias pessoas contribuíram para que este trabalho chegasse a bom termo. A todas elas registro minha gratidão.

À Deus por estar sempre comigo em meus caminhos.

Aos meus pais, pela sólida formação dada, que me proporcionou a continuidade nos estudos até a chegada deste mestrado.

Ao meu namorado Gustavo, pelo companheirismo, amor e compreensão.

Às mulheres brasileiras e em especial às mulheres deste estudo. Sem elas, esta reflexão seria impossível. Meu profundo respeito e admiração.

À minha orientadora, Prof. Maria Lúcia Rocha-Coutinho, pela transmissão de conhecimentos, experiências e dedicação, que contribuíram para minha formação.

## RESUMO

RIBEIRO, K. P. (2010) 108 p. A visão de relacionamentos afetivos e conjugalidade em mulheres separadas. Dissertação (Mestrado). EICOS. Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Nas últimas décadas, a família brasileira vem passando por profundas transformações significativas, dentre estas, podemos mencionar um aumento no número de separações conjugais, uma diversidade de novos arranjos familiares e a figura feminina vem ganhando, uma nova representação, em virtude de novas questões, dentre elas, aquelas trazidas pelos Movimentos Feministas, que acarretaram um aumento da participação feminina no mercado de trabalho, bem como, modificações nos relacionamentos amorosos. Abre-se novas possibilidades para a construção social da identidade feminina. A fim de melhor entendermos essas mudanças, neste trabalho focalizamos o discurso de mulheres cariocas sobre o casamento após terem passado por um processo de separação conjugal. Nele, tentamos observar a sua visão sobre conjugalidade e como essas mulheres estão enfrentando os desafios postos pela atualidade e como estão passando por esses processos de transformações. Além disso, observamos também quais são os investimentos sociais e psíquicos que elas fizeram em suas vidas conjugais, quais são as dificuldades por elas encontradas – se é que elas existem – decorrentes da opção do divórcio, finalmente, como as contradições presentes no discurso social acerca do papel e da posição da mulher na sociedade vão se apresentar em suas expectativas com relação ao casamento e a si mesmas. Para tanto, foram entrevistadas seis mulheres brasileiras separadas de classe média, residentes na cidade do Rio de Janeiro, com idades entre 48 e 60 anos, que iniciaram um casamento “mais tradicional” e três entre 30 e 45 anos de idade, que passaram por casamentos que poderíamos chamar de “mais contemporâneos”. Dividimos nossas entrevistas em dois grupos de faixas etárias distintas, a fim de podermos observar possíveis diferenças na visão de mulheres que passaram por casamentos mais tradicionais e mais contemporâneos sobre as questões do nosso estudo. Fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas, que foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Os textos daí resultantes foram submetidos, então, a uma análise de discurso a partir das seguintes categorias: 1) Expectativas, 2) Vivência do casamento, 3) Casamento e 4) Separação.

A análise apontou para o fato de que a sociedade parece estar atravessando um momento histórico de mudanças e transições, nas quais a família brasileira vem sofrendo transformações e adaptações que abalaram os casamentos tradicionais e contribuíram para o surgimento de novas configurações de relacionamentos amorosos. É possível afirmar que nos dias de hoje não existe um modelo de família e de casamento, mas sim uma busca, surgindo vários tipos de relacionamentos amorosos e conjugalidades. Podemos dizer que ao contrário de uma total ruptura, o que ocorre é um processo de convivência conflituosa de comportamentos e valores tradicionais e modernos. Apesar de todas as transformações culturais, estereótipos de submissão e de dependência feminina aparecem nos discursos das entrevistadas. Mostrando o quão naturalizados estes estereótipos estão, a ponto de serem reforçados e

mantidos pelas próprias mulheres, promovendo conflitos e tensões nos relacionamentos. No discurso de ambos os grupos podemos observar o quão doloroso foi o processo de separação, ocasionando processos de adoecimento.

## ABSTRACT

In recent decades, the Brazilian family has been undergoing profound changes significantly, among those, we mention an increase in marital separation, a new diversity of family arrangements and the female figure has been growing, a new representation, because of new issues, among them, those brought by the feminist movement, which led to an increase in female participation in the labor market, as well as changes in personal relationships. Opens new possibilities for the social construction of female identity. To better understand these changes, in this work we focus the speech of women in Rio on the wedding after passing through a process of marital separation. In it, try to observe her views on marital and how these women are facing the challenges posed by today and how they are going through these processes of change. In addition, we also observed what are the psychic and social investments they made in their marital lives, what are the difficulties encountered by them - if they exist - with option of divorce, finally, as the contradictions within the discourse about social the role and position of women in society will perform in its expectations with regard to marriage and themselves. To this end, six women were interviewed separately Brazilian middle-class residents in the city of Rio de Janeiro, aged between 48 and 60, who began a marriage "more traditional" and three between 30 and 45 years of age who underwent marriages that might be called "more contemporary". Our interviews we divide into two groups of different age groups, so that we can observe the differences in the vision of women who had more traditional marriages and more on contemporary issues of our study. We made use of semi-structured interviews that were audio taped and transcribed. The resulting texts were submitted, then an analysis of discourse from the following categories: 1) Expectations, 2) Experience of marriage, 3) Marriage and 4) Separation.

The analysis pointed to the fact that society seems to be going through a historic moment of change and transition, in which the Brazilian family has been undergoing changes and adjustments that have shaken the traditional marriages and contributed to the emergence of new configurations of loving relationships. You could say that today there is a model of family and marriage, but a search, emerging several types of love relationships and conjugalities. We can say that unlike a total collapse, what happens is a process of living and conduct conflicting traditional and modern values. Despite all the transformations cultural stereotypes of female dependence and submission appear in the speech of the interviewees. Showing how these stereotypes are naturalized to the point of being reinforced and maintained by women themselves, promoting conflicts and tensions in relationships. In the speech of both groups, we can see how painful was the process of separation, causing illness processes.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO.....	7
CAPÍTULO I: DOS CASAMENTOS ARRANJADOS AOS CASAMENTOS POR AMOR.....	12
1.1. A EVOLUÇÃO DO CASAMENTO NA EUROPA.....	12
1.2. A EVOLUÇÃO DO CASAMENTO NO BRASIL .....	23
CAPÍTULO II: OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS E O CASAMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	38
CAPÍTULO III: NOSSO ESTUDO .....	61
3.1. METODOLOGIA .....	61
3.2. GRUPO ESTUDADO .....	62
3.3. ANÁLISE DOS DADOS .....	64
3.3.1. EXPECTATIVAS SOBRE O SEU CASAMENTO .....	64
A. Expectativa sobre o casamento.....	64
B. Vivência e Mudanças trazidas pelo casamento.....	75
C. Problemas enfrentados no casamento.....	82
3.3.2. PROCESSO DE SEPARAÇÃO.....	86
A. Decisão.....	86
B. Vivência do processo de separação.....	88
3.3.3. VISÃO ATUAL SOBRE OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS E O CASAMENTO.....	91
A. Reflexão sobre seu casamento.....	92
B. Visão atual sobre o casamento.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	101
ANEXO.....	105

## INTRODUÇÃO AO ESTUDO

A família brasileira passa atualmente por profundas transformações, tanto no que diz respeito à sua composição e às relações estabelecidas entre seus membros, quanto no que concerne às normas de sociabilidade externas existentes. Dentre estas mudanças, podemos mencionar um aumento no número de separações, de relações sexuais pré-matrimoniais e extramatrimoniais, de famílias em que as mulheres trabalham fora de casa, de famílias resultantes de recasamentos, de famílias uniparentais, de casais que moram juntos sem oficializar a união, entre outras. Muitas destas mudanças são, em parte, decorrentes do aumento do individualismo nas sociedades ocidentais e da entrada da mulher de classe média no mercado de trabalho, algo que foi possibilitado pelos Movimentos Feministas das décadas de 1960/1970. Como resultado, podemos observar hoje uma maior autonomia dos cônjuges e um questionamento dos papéis tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres na família. Assim, pode-se dizer que os relacionamentos amorosos, na contemporaneidade, de modo geral, estão cada vez mais marcados pela instabilidade, pluralidade, incerteza e flexibilidade, o que os torna a cada dia mais vulneráveis à dissolução.

Segundo Oliveira (2009), a família contemporânea é alvo de reflexões e discussões, especialmente no que diz respeito às mudanças por ela vivenciadas, tanto em sua composição, quanto no que diz respeito às políticas públicas que dedicam atenção especial à família. A autora assinala que as antigas identidades utilizadas para explicar as desigualdades existentes entre homens e mulheres têm sido questionadas, tentando-se demonstrar que essas desigualdades não são decorrentes das diferenças biológicas existentes entre os sexos, mas, antes, são construídas socialmente e tais construções se expressam nos papéis e posições definidos pela sociedade para homens e mulheres.

Foi a partir dessas premissas que buscamos melhor entender, neste estudo, o valor dos relacionamentos afetivos e do casamento para mulheres cariocas que

passaram por um processo de separação, buscando observar se e de que forma suas visões sobre os relacionamentos amorosos e a conjugalidade foram afetadas pela dissolução de seu casamento. Objetivamos melhor entender também como essas mulheres estão enfrentando os desafios próprios da contemporaneidade e como elas estão vivenciando esse processo de transformações por que vem passando a sociedade, de modo geral e as relações familiares, em particular.

É nosso ponto de vista que os papéis desempenhados por homens e mulheres no casamento resultam de uma construção histórica e sócio-cultural que, ao longo do tempo, foi sendo naturalizada, isto é, passaram a ser encarados pelas sociedades ocidentais como algo natural, o que acabou por ter um grande peso e influência no que tange à manutenção da desigualdade entre os sexos no matrimônio. Estes papéis, antes vistos como indiscutíveis, passaram, no entanto, nas últimas décadas, a ser questionados e modificados, principalmente com a entrada de um número cada vez maior de mulheres de classe média no mercado de trabalho, o que provocou mudanças na estrutura familiar.

Nosso interesse por essa temática – a separação conjugal – surgiu a partir de recorrentes atendimentos psicoterápicos por mim realizados a mulheres que estavam vivenciando um processo de separação. Estes atendimentos despertaram em mim inúmeras questões, entre elas de que maneira estas mulheres estavam vivenciando as transformações sociais, culturais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, bem como de que forma estas transformações estavam influenciando a família e seu modo de estruturação e funcionamento. Nestes atendimentos clínicos pudemos perceber que estas transformações estavam acarretando inúmeras mudanças, conflitos e paradoxos como se foi possível observar nos discursos destas mulheres. Assim, acreditamos que uma pesquisa como a que estamos propondo poderia trazer uma contribuição tanto para os estudos sobre mulher e família, como para a atuação do psicólogo em sua prática clínica.



Acreditamos que os indivíduos e a relação que estabelecem entre si estão marcados pelas características do meio em que vivem, isto é, adotamos uma perspectiva que não vê o indivíduo de forma isolada, mas sim em sua relação com a cultura e o tempo em que vivem, ou seja, com seu contexto histórico-social, o que salienta a importância de problematizarmos inicialmente neste estudo as transformações que estão se dando no momento atual, tanto no que diz respeito à sociedade, em geral, como à família, em particular, questão que têm sido objeto de estudo de diversos autores no campo da psicologia e das ciências sociais (Giddens, 2003; Hall, 2000; Bauman, 2004; Vaitsman, 1994; Oliveira, 2009; Jablonski, 2007; entre outros).

Para Oliveira (2009), o casamento é um arranjo social que pode permitir ao indivíduo a reconstrução de sua identidade a partir do relacionamento com outra pessoa, redefinindo-se dentro desta nova realidade construída. Contudo, como aponta esta autora, atualmente são cada vez menos freqüentes os antigos arranjos matrimoniais em que o homem era o único provedor do lar e a mulher se limitava a desempenhar as funções de reprodutora e de cuidadora da casa e dos filhos. As mulheres atuais estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho e hoje muitas conseguem, inclusive, posições e cargos, por vezes, superiores aos de seus companheiros. O sucesso profissional passou a ser encarado como uma forma de realização pessoal e social para as mulheres, algo que extrapola os antigos limites do lar. Deste modo, apesar de ainda haver certa pressão no sentido das mulheres se enquadrarem na antiga identidade que para elas foi construída, ocupando o lugar que lhes foi reservado na família, abriram-se para elas novas possibilidades de construção social de sua identidade. Nesse sentido, como assinala Biasoli-Alves (2000), as mulheres agora podem ser entendidas como seres em construção, ou seja, como alguém em busca de seu desenvolvimento pessoal e da realização plena de suas potencialidades.

Contudo, como aponta Jablonski (2007), o aumento da taxa de mulheres no mercado de trabalho não implicou em uma diminuição das tarefas por elas exercidas dentro de casa, mas, antes, hoje se pode dizer que a entrada da mulher no mercado de trabalho as levou a uma dupla, ou até mesmo tripla,

jornada de trabalho, algo que vem gerando não apenas conflitos pessoais internos como também entre elas e seus cônjuges. Tal fato vem contribuindo para o aumento da insatisfação matrimonial e, conseqüentemente, para uma elevação do número de separações, o que, para este autor, pode ser, em parte, responsável pela construção de novos arranjos familiares bastante diversificados que se estabelecem a partir de combinações diferenciadas, tanto na forma de composição familiar como nos tipos de relacionamentos estabelecidos.

Segundo Oliveira (2009), após o divórcio, a lei permite que novos casamentos sejam efetuados, bem como novos divórcios, ocasionando mudanças profundas no âmbito familiar. Assim, hoje podemos nos deparar com uma série de novos arranjos familiares, tais como a coabitação, a união estável, as famílias de recasamento, o casamento em casas separadas, entre outros. De acordo com a autora, porém, não se pode falar atualmente em um conceito novo de família, uma vez que este é um conceito que sempre pode ser reelaborado, permitindo que a família hoje assuma uma ampla gama de novas configurações. Daí resulta, em parte, a dificuldade dos autores em conceituar e denominar essas modernas configurações familiares.

Todas as questões acima apontadas sugerem que o divórcio tornou-se e continuará sendo visto como uma opção para quase metade dos casamentos atuais, como ocorreu com as mulheres do nosso estudo. Nele, objetivamos, entre outras coisas, melhor entender, através de uma análise dos discursos de mulheres separadas, que investimentos sociais e psíquicos elas fizeram em sua vida conjugal, que dificuldades encontraram – se é que elas existiram – ao fazer a opção pelo divórcio e, finalmente, como as contradições presentes no discurso social acerca do papel e da posição da mulher na sociedade vão se apresentar em suas expectativas com relação a novos relacionamentos afetivos, ao casamento e a si mesmas.

Não temos a pretensão de generalizar nossos resultados, até por que não podemos negar que cada união, cada casal, possui uma particularidade, que está relacionada à sua composição, história, pertencimento social e ao tipo de

união existente. Contudo, entendemos que se torna importante no momento atual de intensas mudanças melhor entender as relações estabelecidas entre os casais, em especial a forma como as mulheres estão vivenciando a conjugalidade hoje. Para tanto, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas com seis mulheres cariocas de classe média, que foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Os textos daí resultantes foram submetidos, então, a uma análise de discurso a partir de categorias por nós estabelecidas (ROCHA-COUTINHO, 1998).

No primeiro capítulo de nosso estudo, fazemos um breve histórico da família, mostrando, em um primeiro momento, a evolução do casamento na Europa, na tentativa de buscar compreender melhor como valores oriundos do cristianismo que se instalou na Europa medieval, bem como das Revoluções Burguesas Industrial, do Capitalismo e das duas Guerras Mundiais transformaram e reconfiguraram os relacionamentos amorosos. Em um segundo momento, a fim de compreendermos o novo pano de fundo dos casamentos contemporâneos, que abarcam da união formal, isto é, do casamento propriamente dito, até as uniões consensuais, estáveis, buscamos melhor entender a importância das mudanças ocorridas nas últimas décadas para as transformações nos relacionamentos afetivos e nos casamentos.

No segundo capítulo, discutimos como os processos de padronização e ruptura dos comportamentos sociais europeus foram disseminados e assimilados no Brasil ao longo dos séculos, enfatizando os fatores que vêm contribuindo para o surgimento de novas formas de constituição familiar e relacionamentos amorosos, em nosso país.

A seguir, o terceiro capítulo é dedicado à apresentação de nossa pesquisa de campo. Nele apresentamos a metodologia empregada e analisamos os dados coletados nos discursos das mulheres por nós entrevistadas. Por fim, na conclusão, traçamos algumas considerações sobre os resultados obtidos e apontamos para aspectos que poderiam ser melhor explorados em futuras pesquisas.

## **CAPÍTULO 1 – DOS CASAMENTOS ARRANJADOS AOS CASAMENTOS POR AMOR.**

*“O homem exerce domínio sobre a pessoa e a conduta da sua esposa. Ela exerce o domínio sobre as inclinações do marido; ele governa pela lei, ela governa pela presunção.... O império da mulher é um império de suavidade.... Suas ordens são as carícias, suas ameaças são as lágrimas”.*

(Francesca Cancian)

### 1.1 A Evolução do casamento na Europa

Ao traçarmos um percurso sobre o casamento, podemos verificar que este sofreu diversas modificações, recebendo distintos significados e configurações de acordo com o contexto social e as concepções dos indivíduos em uma época determinada. Pretendemos, assim, discutir aqui, de forma breve, as transformações por ele sofridas ao longo do tempo, porque acreditamos que, ao traçar este percurso histórico, pode-se melhor compreender suas concepções atuais que, mesmo trazendo traços típicos da contemporaneidade, ainda apresentam vestígios de visões tradicionais, uma vez que acreditamos, como aponta Figueira (1987), que “tudo muda superficialmente fazendo com que o novo, o moderno conviva com o arcaico” (p. 23).

Observando-se as transformações ocorridas ao longo da história, podemos perceber que o casamento sempre sofreu, e continua passando por uma série de mudanças. Dentre elas, para mencionar apenas algumas cabe citar a exarcebação do individualismo, que acarretou uma maior autonomia dos cônjuges, a diminuição das diferenças de papéis atribuídos aos sexos, o aumento do número de mulheres envolvidas em uma atividade profissional, de famílias chefiadas por mulheres, do número de divórcios, bem como o maior

envolvimento de mulheres em relações sexuais antes do casamento e em relações extramatrimoniais. Estas transformações vêm afetando um número crescente de homens e mulheres, especialmente das grandes cidades, portadores de valores individualistas, anti-autoritários e igualitários, tornando cada vez mais frágeis e plásticas as normas e os valores no Brasil urbano a partir das últimas décadas do século XIX, época em que se organizou e legitimou o casamento e a família conjugal no país da forma como tradicionalmente ele tem sido entendido.

Na Roma Antiga, o casamento era uma das principais instituições da sociedade e tinha como principal objetivo gerar filhos legítimos, que herdariam a propriedade e o estatuto dos pais. Entre as classes mais privilegiadas, ele servia também para estabelecer e reforçar alianças de natureza política ou econômica. Vários costumes e ritos do casamento romano foram legados ao mundo ocidental contemporâneo, como é o caso de se selar a união com um anel de noivado, o hábito da noiva de usar um véu, dos noivos unirem suas mãos direitas durante a cerimônia, ou, ainda, o ato do noivo levar a noiva ao colo para dentro de sua habitação depois da cerimônia (Gardner, 1991).

Na Europa, durante o período medieval, a maior parte dos casamentos nas classes mais abastadas não ocorria por atração sexual mútua, paixão ou amor, mas, antes, por motivos econômicos e políticos, pois a família era considerada uma fonte de economia e poder. Segundo Giddens (2003), o casamento era um meio de organizar o trabalho agrário e o beijo, a carícia e outras formas de demonstração de afeição física associadas ao casamento eram raras entre os casais. O homem, pai e marido, como um senhor, detinha o direito de vida e morte sobre sua mulher e sua prole. Somente com a entrada na modernidade e o desenvolvimento do capitalismo é que o Estado, progressivamente, começou a assumir o controle, tanto sobre a mulher e as crianças, como até mesmo sobre os homens.

Cabe ressaltar aqui, no entanto, que, nas camadas aristocráticas, as mulheres, na Idade Média, eram, de certa forma, liberadas dos cuidados com os filhos e do trabalho de casa rotineiro, podendo, assim, buscar a satisfação de seu

prazer sexual, independentemente, inclusive, do casamento. Segundo Giddens (2003), na modernidade, a sexualidade feminina passou a ser cada vez mais reprimida e a ser tratada como uma patologia histórica. Essa repressão, para o autor, é, no entanto, uma construção social, uma forma de exercício e manutenção de poder e, portanto, passível de modificação.

Para Faria (1997), foi difícil superar a repressão exercida sobre a mulher no que diz respeito ao direito à sua sexualidade, repressão esta que foi desenvolvida na modernidade, à medida que a Igreja Católica e os Estados Nacionais se fortaleciam. A sexualidade, longe de ser vista como algo natural, passou, então, a ser submetida a uma análise e correção a partir das orientações contidas em textos e manuais que distinguiam a sexualidade “normal” da “patológica”.

Estas concepções eram vinculadas não apenas pela literatura e pelas artes em geral, como também pela ciência, como a medicina e, mais especificamente, a psiquiatria, que surgem e se fortalecem cada vez mais, atribuindo à mulher características que, implicitamente, a tornavam um ser humano praticamente desprovido de inteligência, e, portanto, sem aptidão para conduzir sozinha sua vida e, evidentemente, a vida política. Segundo Luz (1982), havia uma grande quantidade de estudos médicos e psiquiátricos no final do século XIX na Europa que “provavam” a inferioridade biológica e psíquica da mulher, sua fragilidade e incapacidade para atividades físicas pesadas e para atividades intelectuais mais abstratas. No Brasil, estas “teorias” se desenvolveram a partir do final do século XIX, tomando força cada vez maior no início do Século XX.

Os aristocratas europeus faziam uma grande diferença entre a sexualidade dentro e fora do casamento. Enquanto que dentro do casamento elas carregavam uma visão de pureza e castidade, fora dele, as relações sexuais assumiam um caráter erótico, onde tudo, ou quase tudo, era possível e aceito. Essa diferença, ainda que, por vezes, pareça vigorar ainda hoje, tem um papel importante na sociedade tradicional patriarcal brasileira, pelo menos nas classes mais abastadas, em que o casamento tinha como característica a poligamia masculina e a monogamia feminina. Assim, enquanto os homens da

aristocracia tinham o direito de ter quantas mulheres desejassem, a mulher deveria manter a castidade antes do casamento e, posteriormente, a fidelidade a seu esposo. O amor do marido por sua esposa tinha que ser respeitável e, assim, era distinto do amor carnal e da sexualidade, buscada nas suas relações com as escravas, amantes e prostitutas. A esse respeito, cabe assinalar que Giddens (2003) aponta para o fato de que o confinamento da sexualidade feminina ao casamento promovia a idéia de que a mulher era um símbolo de respeitabilidade e os homens, portanto, deveriam manter-se afastados de qualquer intimidade maior com suas esposas. A sexualidade, assim, ficava fora do casamento e da família, devendo se restringir às relações masculinas extra-conjugais, com as escravas, amantes e prostitutas.

O amor nos relacionamentos entre homens e mulheres emergiu na Europa, em grande parte, em decorrência da força assumida pelo Cristianismo e estava intimamente relacionado aos valores morais apregoados pela religião. De acordo com Giddens (2003), ele surgiu no final do século XVIII, juntamente com os preceitos de que era preciso se devotar e amar a Deus para poder conhecê-lo. Essa idealização temporária acabou por se associar à idéia de um envolvimento mais permanente com o amor a si e ao próximo. O amor romântico começou a lançar mão desses ideais, incorporando, ao amor entre homens e mulheres, elementos do amor sublime, que tendem a predominar sobre aqueles envolvidos no amor sexualizado. O autor aponta para o fato de que o amor romântico se diferencia do amor apaixonado porque ele deve estar separado das compulsões sexuais e eróticas, voltando-se mais para a admiração da pessoa amada.

O surgimento do amor romântico, no final do século XVIII e início do século XIX, trouxe novos valores que influenciaram e afetaram o comportamento das mulheres e os relacionamentos, de modo geral, levando ao surgimento da importância do lar como lugar de acolhimento da família e à conseqüente modificação das relações entre marido e mulher e entre pais e filhos e ao aparecimento de um novo conceito de maternidade. Segundo Vaitsman (1994), isso se deu em diferentes partes do mundo burguês ocidental, em que passaram a ser cada vez mais controlados os comportamentos individuais,

através de uma legislação que pregava a diferença de papéis e atribuições de homens e mulheres no casamento e na família e que definia, com isso, direitos civis e políticos desiguais para homens e mulheres.

Luz (1982) aponta para a importância do lar como o local por excelência das relações afetivas familiares e o exercício da maternidade pela mulher como estratégias históricas instituídas pelo capitalismo para organizar os sexos e a reprodução humana num contexto de dominação da mulher. Nas palavras da autora, “Ambos são formas históricas de definir as funções prioritárias da mulher na sociedade capitalista (desde o seu início), assimilando, por um mecanismo ideológico, a um aspecto natural biopsíquico, funções que são na realidade sócio-políticas” (p.11).

Tudo isso se deu juntamente com a constituição de uma cultura familiar que enfatizava a privacidade, a criança e a importância do amor materno, fazendo da mulher responsável por tudo aquilo que dizia respeito à nova forma assumida pela vida privada e familiar. Essa cultura, nascida e desenvolvida na Europa, veio legitimar no Brasil ainda mais a segregação das mulheres no espaço público. A visão de família centrada nos filhos, na concepção do amor moderno e do amor materno, na ideia da mulher como responsável pelos cuidados do lar e da família e do pai como seu provedor financeiro, tornou-se dominante na concepção burguesa de mundo a partir do século XVIII, na Europa (Áries, 1981), e a partir do final do século XIX, no Brasil (Freyre, 1961).

O desenvolvimento das sociedades modernas europeias é inseparável do desenvolvimento do capitalismo industrial, o que aumentou as atividades sociais e fez com que a família perdesse seu antigo caráter de unidade produtiva voltada para o mercado. Apenas as atividades exercidas na esfera do trabalho remunerado passaram a ser consideradas produtivas e estas ficaram ao encargo dos homens. As atividades domésticas, próprias das mulheres, foram classificadas como improdutivas (Vaitsman, 1994).

Na sociedade capitalista, o progresso jurídico que se seguiu à Revolução Francesa, no que concerne à mulher, sobretudo no que diz respeito ao



casamento e à família, foi muito limitado. O código de Napoleão, por exemplo, acentuou os aspectos de confinamento da mulher às funções domésticas exercidas no lar, à maternidade, e ao matrimônio, como únicas possibilidades de realização feminina admitidas pela sociedade. O controle do homem sobre a herança de família e a atribuição do nome do marido à mulher e à prole foram formas institucionais de se conferir ao homem a propriedade sobre os membros da família (Luz, 1982).

Biasoli-Alves (2000) assinala que a religião desempenhou um papel importante, sobretudo no que diz respeito à manutenção dos valores vigentes, na medida em que acrescentou restrições e temores (sobrenaturais, inclusive) às conseqüências do “Pecado da Desobediência”, que agora não só podia levar ao inferno, como também transtornava toda a vida do indivíduo e atraía desastres e miséria, o que era uma forma de “Castigo Divino”. Isto porque, com a consolidação do Cristianismo, reforçou-se a recusa ao prazer, sendo imposto às mulheres obediência, passividade e silêncio. O Cristianismo introduziu na família a idéia do casal como a peça chave do casamento, e o sexo entre marido e mulher foi permeado pela moral, tornando-se tolerável apenas para a reprodução da espécie.

Apesar da religião ter perdido um pouco de sua força original, para Biasoli-Alves (2000), ela continua a caminhar junto com a família, impondo a esta, ainda hoje, certos padrões de comportamento. Nas palavras da autora,

*A família e a Igreja ainda estão falando uma linguagem muito próxima e pretendem continuar dizendo o que é certo e o que é errado, o que se pode considerar como um bom comportamento e o que é inaceitável para ‘uma moça de família’. No entanto, percebe-se uma ‘diminuição na rigidez das normas, um começo de encantamento com a inteligência, a competência, o trabalho e a independência da filha’, resguardando o valor atribuído ao ‘casamento com a pessoa certa, a obediência a padrões de moralidade estabelecidos e mantidos através de gerações (Biasoli- Alves, 2000, p. 237).*

Os modelos de homem e mulher construídos pelo capitalismo, segundo Luz (1982), eram, no caso do homem, “um modelo de ser humano racional, forte e, ao mesmo tempo, egoísta e disciplinador” (p. 16), enquanto que, no caso da mulher, “era de ‘uma santa’, aquela que contrapõe a frieza da ordem estatal: sensível, emotiva, generosa e imaginativa, simples e pura (sem desejos), fiel e honesta” (p. 16). Estes papéis tomaram forma com a ideologia romântica da “paixão”, do amor “eterno”, “verdadeiro” e “único”, próprio do casamento.

Para Vaitsman (1994), a família conjugal moderna estruturou-se a partir de uma relação hierárquica entre homens e mulheres, de uma divisão sexual do trabalho que impedia o exercício da liberdade, e de uma desigualdade entre os sexos. Assim, embora o individualismo burguês tenha pregado como princípio um conjunto de valores universalistas, a definição de papéis de indivíduos do sexo masculino e feminino acabou por legitimar relações de poder entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto na esfera privada.

No século XVIII na Europa, a concepção de indivíduo da burguesia, pelo menos em tese, estava diretamente relacionada à liberdade e à ausência de qualquer tipo de restrição sobre as potencialidades humanas. Contudo, segundo Vaitsman (1994), na prática, na ideologia moderna do século XVIII europeu a humanidade foi nomeada como um substantivo masculino. No casamento e na família modernos, a liberdade do homem, de modo geral, transformou a diferença entre os sexos em dominação.

Deste modo, até o final do século XVIII, quando se falava de amor no casamento, tratava-se de um amor entre companheiros que estava mais ligado às responsabilidades mútuas de maridos e esposas pelos cuidados da família. A promoção do amor, como aponta Giddens (2003), tornou-se predominantemente uma tarefa das mulheres. Nas palavras deste autor, “as idéias sobre o amor romântico estavam claramente associadas à subordinação da mulher ao lar e ao seu relativo isolamento do mundo exterior” (Giddens, 2003, p.54).

Para garantir a eficácia do funcionamento desta situação coercitiva de confinamento da mulher no interior dos muros do lar, construíram-se concepções romanceadas, ideologicamente apoiadas em filosofias racionalistas sobre a natureza “frágil” da mulher, em oposição à natureza forte, característica do homem. E é para reforçar esta idéia que surge, segundo Giddens (2203), a idéia do “Romance” no século XIX na Europa, que contribuiu para uma série de mudanças na vida social. Para este autor, “O Romance converteu-se em uma via potencial para o controle do futuro, assim como uma forma de segurança psicológica” (Giddens, 2003, p.52).

A idéia de família nuclear que se desenvolveu na Europa nesta época, e que chegou ao Brasil a seguir, ainda que tenha sofrido um processo de aclimatação, é, segundo Arán (2003), o que aqui “vai garantir a ordem social e, sobretudo, possibilitar, através da função de afetividade e educação, a formação do indivíduo adulto” (p. 401). Neste mesmo período em nosso país, ela contribuiu para aumentar a liberdade de escolha matrimonial e para diminuir o número de casamentos em que havia uma grande discrepância de idade entre os esposos, bem como o daqueles entre parentes próximos. Começou também a desaparecer o dote pago à família do marido pelo pai da noiva ou o preço da esposa.

Antes das I e II Guerras Mundiais, sobretudo antes da segunda Guerra, não houve uma mudança grande nos costumes, devido à própria situação de guerra e às instabilidades por ela desencadeadas para as instituições do lar e do casamento, como a separação dos casais devido à ida dos homens para o “*front*” de batalha, a orfandade das crianças e a viuvez das mulheres. Enfim, as mulheres ficavam sós, tendo que se habituar às relações menos compromissadas e mais livres, uma vez que estas não envolviam as obrigações familiares e nem o peso dos cuidados do lar (Luz, 1982).

Segundo Luz (1982), esta situação de guerra, que trouxe instabilidade, tanto nos EUA como na Europa, teve poucos reflexos no Brasil. As mudanças no Brasil estavam mais ligadas aos processos de industrialização e urbanização

do país, que ocorreram principalmente na década de 1950, bem como aos avanços nos meios de comunicação de massa.

No século XIX, na Europa, em meio ao desenvolvimento das sociedades industriais, deu-se uma eliminação gradual das barreiras de status, uma maior mobilidade social e um declínio da autoridade paterna. Ampliou-se o número de pessoas que podiam escolher com quem iriam se casar, ainda que, como aponta Vaitsman (1994), tenha surgido uma contradição no que diz respeito ao casamento: embora este tenha passado a ser baseado na noção romântica de individualidade e de amor modernos, calcada no desenvolvimento da singularidade e da individualidade, pregava-se, ao mesmo tempo, a reciprocidade e a complementaridade entre os indivíduos.

Beltrão (1970) aponta para o fato de que as instituições matrimoniais e o grupo familiar não puderam se adaptar à nova dinâmica social da civilização industrial e urbana dos novos tempos e às mudanças ocorridas no casamento na época sem sofrer profundas mudanças e irreversíveis transformações estruturais e funcionais. A industrialização não poderia deixar de alterar profundamente as funções e estruturas desse sistema familiar e social, uma vez que, anteriormente, a família era um centro de produção econômica, destinada, inclusive, a satisfazer seu próprio consumo. Isto porque a família extensa tinha uma função econômica, uma vez que todos os seus membros colaboravam na produção familiar. Com a industrialização e a urbanização, a família extensa tornou-se disfuncional, já que a função econômica passou a ser exercida nas indústrias que surgiam, e as novas condições de vida na cidade acabaram por criar um novo tipo de família restrito e nuclear.

Na era industrial, a razão, pregada pelo Iluminismo, tornou-se o principal instrumento, a única forma de domínio dos homens e da natureza. A família, no meio urbano, tornou-se cada vez mais permeável às pressões do mundo ao seu redor, sofrendo transformações acentuadas na sua estrutura e no seu cotidiano, o que colaborou também para que outras mudanças, advindas de suas novas necessidades, acontecessem no âmbito social (BIASOLI-ALVES, 2000).

Segundo Cruz (1982), o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e os progressos da medicina, especialmente no que diz respeito ao controle da natalidade e ao aborto, criaram novas condições de controle das funções reprodutoras, que haviam escravizado as mulheres durante vários séculos, algo que se chocava, no entanto, com as barreiras políticas, psicológicas e morais, que continuavam a impedir a separação entre sexualidade e reprodução. Além disso, a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, decorrente das necessidades da industrialização crescente, fez surgir um novo terreno de discriminações. Acresce-se a isto a elevação do nível de instrução das mulheres, que despertou nelas uma nova consciência e criou maiores ambições de realização pessoal. Tudo isso acabou por levar à eclosão dos Movimentos Feministas da década de 1960 na Europa e nos Estados Unidos, que se centravam, principalmente, na luta contra a opressão das mulheres enquanto sexo e contra todas as manifestações de poder patriarcal na esfera da sexualidade, questionando o binômio dominação / submissão.

Em vários países do mundo industrializado, o casamento e a família baseados na concepção desenvolvida na era moderna entraram em crise no século XX, uma vez que seus alicerces, calcados na divisão sexual do trabalho e na dicotomia entre o público e o privado, foram abalados quando as mulheres começaram a desafiar esses princípios básicos e a lutar pela conquista de seus direitos como cidadãs. A partir daí, a participação feminina no ensino superior, nas atividades profissionais, políticas, artísticas e culturais foi crescendo a cada dia. Assim, como aponta Vaitsman (1994),

*O casamento fundado na concepção moderna de amor singular, eterno e dirigido a um indivíduo único e insubstituível, que povoa imaginário social romântico e burguês do período do ouro da modernidade parece ter ficado para trás (p.35).*

À medida que os pilares sobre os quais a família conjugal moderna se estruturou, entre eles a rígida divisão de papéis entre homens e mulheres e a dupla moral sexual, foram-se tornando mais escassos, deu-se uma abertura

para novos tipos de família, caracterizadas pela heterogeneidade, flexibilidade e instabilidade. Contudo, a família moderna, marcada pela dicotomia de papéis não desapareceu, nem tampouco foi substituída por um novo tipo de família que possa ser denominada pós-moderna. Segundo Vaitsman (1994), o que caracteriza a situação pós-moderna que estamos vivendo agora é justamente a inexistência de um modelo dominante, mas, antes, a coexistência de uma pluralidade de configurações familiares.

O Brasil, país escravocrata até quase a última década do século XIX, sofreu várias influências de fora, principalmente da Europa. Contudo, pode-se dizer que, ainda hoje, uma das ideologias que maior impacto teve na cultura brasileira foi aquela desenvolvida pela família patriarcal. Nem mesmo o individualismo, que deslocou o foco da família para o indivíduo e que irrompeu de forma radical das revoluções liberais ocorridas na passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, logrou suplantá-lo, segundo alguns estudiosos brasileiros, a ideologia da família patriarcal no Brasil (BARROS, 1999). Como afirma Biasoli-Alves (2000), não houve apenas rupturas com relação aos antigos padrões estabelecidos durante o período patriarcal, mas, ao contrário, muitas continuidades devem ser consideradas ainda hoje. Em suas palavras, “práticas e atitudes parecem assumir apenas e tão somente outra roupagem, mostrando, numa análise mais aprofundada, que a maneira de pensar certas questões ainda se encontra presa aos padrões de outras épocas” (BIASOLI-ALVES, 2000, p. 233). A autora refere-se aqui, mais especificamente, à chamada família patriarcal, que foi dominante no Brasil colônia e tinha como base uma identidade familiar senhorial, parental, patrimonial, que estava muito próxima, segundo Barros (1999), da tradicional família Romana, como veremos a seguir, ao fazermos um breve histórico da evolução do casamento e da família no Brasil.

## 1.2. A Evolução do casamento no Brasil

A família patriarcal foi o modelo de família dominante durante o Brasil colônia desde o início do cultivo da terra, quando a autoridade máxima passou a ser o dono da terra, o patriarca, que detinha o poder não apenas sobre sua propriedade, mas também sobre seus escravos e empregados, seus filhos e, até mesmo, sua esposa.

A vida das moças da casa-grande no Brasil se desenrolava dentro de casa, de onde elas só saíam para ir à missa. Quanto à senhora de engenho, a dona de casa, ela raramente aparecia a quem não fosse parente próximo. O estilo de vida patriarcal, de diferentes formas, parece que ainda hoje age sobre a vida do povo brasileiro. Freyre (1977), por exemplo, apontou para a permanência de alguns aspectos da história social da família brasileira, incluindo-se aí os processos de subordinação e de acomodação de uma raça a outra e de uma classe social a outra, que vigoram ainda hoje no Brasil. O homem, segundo o autor, gozava de certa liberdade no espaço social, enquanto que a mulher conservava-se dentro de casa. A casa tinha grande valor, enquanto que a rua era lugar de moleques e mulheres da vida, local onde esvaziavam o pinico e jogavam o lixo, enfim, o lugar de tudo que não prestava, algo que permanece, até os dias atuais, ainda que, por vezes, assumindo outra roupagem.

O homem fazia da mulher uma criatura muito distinta dele, estabelecendo o máximo de diferenciação possível. Como aponta Freyre (1977), os homens preferiam a mulher gorda, mole, caseira, maternal, para afastar uma possível competição da mulher no domínio econômico e político exercido pelo homem nas sociedades de estrutura patriarcal. Essa diferenciação exagerada justificava o fato do homem ter liberdade para o gozo físico do amor enquanto limitava o da mulher a ir para cama com o marido para gerar a prole do casal. À mulher ficava reservado apenas o gozo como obrigação para gerar descendentes. Em outras palavras, esta era uma relação de comando e subordinação, com o necessário distanciamento que normalmente existente entre subordinados e comandantes. Este distanciamento não é formalizado no

plano jurídico, mas no cotidiano afastamento das coisas que não “competem” ao homem: o cuidado físico dos objetos, da comida e das crianças, ou certos rituais como as refeições, a limpeza, o suprimento do lar.

O casamento na época se restringia apenas àqueles mais abonados. O afeto, durante este período, ficava de lado, pois o casamento na família patriarcal ocorria por conveniência, isto é, por razões de ordem política e econômica, como a de assegurar e aumentar o patrimônio da família, e havia punições para os casamentos entre pessoas de classes sociais ou grupos étnicos distintos. Ainda hoje, podemos observar uma preocupação das famílias nobres em conservar seus patrimônios e poder, o que acaba por, muitas vezes, sufocar ou substituir as relações de afeto (BARROS, 1999).

Sobre o casamento, nesta época, Beltrão (1970) afirma que:

*Na família patriarcal, o matrimônio era regulado pelos pais, com ênfase sobre a prudência, sobre o status econômico e social, sobre a adaptação do genro ou da nora ao grupo familiar (p.40).*

O homem, senhor da terra, dominava tudo, e sua autoridade de marido e pai permaneceu intocável durante todo o Brasil colônia. Já as mulheres eram mantidas em casa gerando filhos, comandando com pulso firme e, por vezes, maltratando os escravos domésticos. A casa era dirigida por estas mulheres que, apesar do confinamento no lar, exerceram seu mando, controlando maridos e filhos com suas armas, as armas femininas, que foram descritas por Rocha-Coutinho (1994) como “a fraqueza, quase sempre aparente, a doçura, a indulgência e a abnegação” (p.74).

Freyre (1977) aponta que, mesmo baseado em uma economia patriarcal, o período colonial não deixou de ter traços matriarcais:



*O matriarcalismo criador que desde o primeiro século de colonização reponta como um dos traços característicos da formação do Brasil, onde elas se instalaram gordas e pesadonas, com seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa, com seus modos europeus e cristãos de tratar de menino e de gente doente, pode-se afirmar que aí a civilização européia aprofundou-se mais e fixou-se melhor. As aiás foram sempre as estabilizadoras de civilização européia no Brasil (p.32).*

Com a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808, ocorreu uma mudança no confinamento das mulheres ao lar, devido à perda e/ou diminuição do poder absoluto do patriarca para outras figuras de autoridade, como o médico, o bacharel e o militar, por exemplo, bem como pela implantação de hábitos europeus trazidos com a corte, como os saraus, bailes e teatros, entre outros. Com o rápido crescimento dos centros urbanos e a chegada de imigrantes europeus, aumentou o número de trabalhadores assalariados surgindo, dessa forma, uma classe média no país. A mulher continuava a ocupar posição inferior à do homem, mas passou a ser responsável pelo seu sucesso e bom êxito no espaço público. Nas palavras de Rocha-Coutinho (1994), “a habilidade e demonstração dos dotes femininos, inclusive os físicos, nos eventos sociais podia ter papel decisivo na elevação social do marido” (p.79).

Os discursos políticos legitimavam o controle dos casamentos desde antes do século XVIII. Segundo Angeli (2004), as mulheres recebiam uma educação com muitos pudores, ficando sem o direito de obter conhecimento acerca de sua sexualidade antes do casamento. Aos poucos, a escolarização foi sendo permitida às meninas, mas era bem diferente da educação oferecida aos meninos, pois sua educação as preparava para serem boas donas de casa e, assim, elas aprendiam a cozinhar, bordar, tocar música e cantar. Somente no final do século XIX, como aponta Rocha-Coutinho (1994), começaram a surgir as primeiras escolas normais, que preparavam as moças para o magistério. Ainda assim, os estudos das mulheres continuavam a não ter muito valor, uma vez que era o casamento que enobrecia a mulher, constituindo a única possibilidade de ascensão social aberta a elas. Nesta época, segundo Diniz e Coelho (2005), “o casamento oficial tinha uma clara função social: era

importante para as camadas abastadas, preocupadas com a legitimidade da prole e com a herança” (p.145).

No século XIX, com a urbanização e industrialização dos estilos de vida, até então rusticamente patriarcais, os excessos ou deficiências na forma do corpo que não correspondiam às modas de Paris foram sendo corrigidos por meio de cosméticos, dentes e cabelos postiços, tinturas para barbas e cabelos, entre outros. Foi um período de diferenciação profunda, que Freyre (1977) descreve como um momento em que havia:

*Menos patriarcalismo, menos absorção do filho pelo pai, da mulher pelo homem, do indivíduo pela família, da família pelo chefe, do escravo pelo proprietário; e mais individualismo da mulher, do menino, do negro – ao mesmo tempo em que mais prostituição, mais miséria, mais doença. O Patriarcalismo urbanizou-se (p.22).*

Ainda assim, muitas mulheres permaneceram confinadas em suas casas, sendo proibidas de andar desacompanhadas. A virgindade das moças continuou a ser preservada antes do casamento, enquanto que a virilidade masculina era exaltada perante a sociedade pela presença de amantes. Somente a mulher era penalizada por adultério. O mais importante nesta época ainda era preservar o casamento. A mulher devia conseguir segurar seu marido, sendo necessário, para isso, muitas vezes, “fazer vista grossa” para suas “escapadelas”. O sexo, no caso das mulheres, destinava-se exclusivamente à procriação, e o desejo dos homens se realizava com prostitutas. A mulher era quase sempre vista como responsável pela separação, que raramente ocorria nesta época e era discriminada pela sociedade quando isto acontecia (ROCHA-COUTINHO, 1994).

As condutas, atitudes e o tratamento dado a homens e mulheres no casamento eram distintos, ou seja, o filho recebia a herança do pai e a filha, o dote. Os limites impostos à mulher interditavam seu acesso aos direitos fundamentais de exercício da cidadania e, em relação ao casamento, tais

interdições contribuíram para estabelecer diferenças, reforçar formas de dominação e violência (MENANDRO, ROLKE, BERTOLLO, 2005). Segundo Biasoli-Alves (2000), estas diferenças entre homens e mulheres eram reforçadas pela educação por eles recebida. Nas palavras da autora, “o processo de socialização empregado pelos adultos, para estabelecer o controle sobre o comportamento, imprime, desde cedo, na menina, a auto-restrição” (p. 235).

A partir do século XIX, a modernização por que estava passando o país provocou mudanças no modo de organização da vida social e nos relacionamentos familiares. À mulher coube tudo aquilo que dizia respeito ao espaço privado do lar, inclusive, e, principalmente, a maternidade. Beltrão (1970) aponta para o fato de que, nesta época, a família patriarcal foi convergendo para um tipo de família conjugal fundada no casamento por livre escolha, com uma reformulação dos papéis de homens e mulheres no casamento, em que se estimulou novos modelos de comportamento masculino e feminino, mais voltados para si próprios, privilegiando-se, deste modo, as questões pessoais sobre os interesses políticos e econômicos. Estas mudanças acabaram por levar, mais recentemente, a uma estrutura em que predomina o consenso entre o casal, e em que a persistência do matrimônio depende cada vez mais dos laços afetivos, da compatibilidade de gênios e dos interesses mútuos entre os cônjuges. Este novo tipo de família vai evoluindo no Brasil, até chegarmos hoje ao que é denominado por Jablonski (1991) de “Fam-ilha”, pelo encurtamento que ela sofreu, com a diminuição do número de filhos e do contato com o “resto” da família.

Petrini (2005) aponta o início da modernidade como uma época em que houve uma desvalorização do passado, pois a cultura deslocou-se deste para o futuro, valorizando-se mais a experimentação, o novo. Nas palavras da autora, neste período, “os motivos da esperança não estão mais depositados na memória dos fatos passados, dos heróis e dos santos, como arquétipos fundadores de nacionalidades e modelos de civilização, mas no futuro, nas realizações que a razão técnica e científica poderia proporcionar” (PETRINI, 2005, p.246).

No final do século XIX, com a vinda de D. João VI, o Brasil se tornou um Estado Nacional e era preciso assim que o governo exercesse o controle demográfico e político sobre a população e, conseqüentemente, sobre a família. Passou-se a defender a raça humana através da proteção das crianças e instaurou-se um novo modelo de casamento importado da Europa burguesa, o casamento por amor, que deveria assegurar a saúde dos filhos e a moral da família. Com esta mudança, Costa (1983) assinala que o compromisso do casal deixou de se centrar na família de origem e passou a se voltar para os filhos.

Com o aburguesamento das elites urbanas brasileiras, o relacionamento familiar no país começou a modificar-se, com a difusão de normas já consagradas na Europa e que haviam sido estabelecidas pelos médicos-higienistas (Vaitsman, 1994). O movimento higienista, por meio da medicina doméstica, começou a executar uma política de Estado, promovendo a saúde física e moral das famílias. O discurso médico, que se expandiu no Brasil com a urbanização, entre os séculos XIX e XX, acabou por disciplinar a sociedade, especialmente as mulheres, as maiores responsáveis pelos cuidados e educação dos filhos.

Segundo Angeli (2004), “os médicos restringiram a mulher ao âmbito doméstico afirmando que as atividades intelectuais femininas poderiam gerar crianças doentes e mal-formadas” (p.78). O discurso médico produzia “verdades” acerca dos papéis masculinos e femininos baseados na idéia de uma “natureza” distinta de homens e mulheres, que serviam de justificativa para o poder exercido pelo homem na esfera pública e pela mulher no âmbito doméstico. A sexualidade e o amor entre o homem e a mulher no casamento transformaram-se em normas de saúde.

Os médicos se uniram, assim, ao Estado para dominar as famílias e exercer o controle sobre elas. Eles freqüentavam as casas das famílias e usavam o discurso higiênico para controlar e ditar normas acerca de como as pessoas

deviam se comportar (DAMATTA, 1987). Nas palavras de Matos e Soihet (2003),

*A medicina apareceu como alicerce ideológico à cristalização dessas relações de poder, contribuindo para que as principais decisões políticas obtivessem sucesso, ancoradas nas diferenças entre homens e mulheres, e oferecendo as estas um espaço social delimitado, restrito, utilitarista. Em outras palavras, o papel da medicina foi o de produzir uma 'ortopedia' quanto ao masculino e ao feminino, colaborando na produção e manutenção dos aspectos positivista-funcionalistas que a ordenação social exigia em determinados contextos e épocas (p.58).*

Os médicos higienistas condenavam os casamentos consangüíneos e contraindicavam o casamento entre mulheres jovens e homens velhos. Eles continuaram reprimindo o prazer sexual gratuito, mas exaltavam a sexualidade conjugal, atribuindo-lhe um papel primordial na concretização do casamento ideal. Segundo Vaitsman, “criou-se um novo código de relações entre homens e mulheres, porém um código coercitivo, na medida em que as obrigações entre marido e mulher deveriam seguir as regras estabelecidas pelo contrato amoroso, cabendo ao indivíduo o fracasso da relação, a responsabilidade pela dissolução da família” (1994, p. 54).

Desta maneira, os médicos ditavam as regras do casamento, valorizando o sexo e o amor entre o casal e restringindo a sexualidade masculina às relações com sua esposa, livrando-o, assim, da prostituição. Nas palavras de Costa (1983), “do bom desempenho sexual dos cônjuges dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e o progresso populacional da nação” (p.229). Como aponta Biasoli-Alves (2000), no entanto,

*O fato de que a moça precisava ter características tais que a tornem 'desejáveis' como esposa cria uma teia complexa, tão intrincada que as práticas tendem a se reproduzir nas mais diversas famílias que têm 'filhas mulheres'. Contudo, não basta possuir os atributos necessários e a atenção de candidatos porque, em última instância, é a família quem tem o poder, quem 'arranja' os casamentos, ou são as famílias que se juntam e combinam o que para elas é considerado o melhor (p. 238).*

No século XX, em decorrência da industrialização, as mulheres das famílias mais humildes e as que se mantinham solteiras foram autorizadas a trabalhar, mas não deixaram de combinar o trabalho doméstico com este outro tipo de atividade geradora de renda, trabalhos estes duplamente invisíveis, uma vez que ambos não eram, de fato, considerados trabalhos. Isto porque o primeiro era visto como próprio da natureza feminina e o segundo era considerado uma atividade temporária, que não envolvia grandes investimentos, inclusive emocionais, por parte das mulheres e que era exercido apenas enquanto elas aguardavam um casamento ou enquanto seus maridos não conseguiam sustentar sozinhos a família. Com isso, no entanto, algumas mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho, uma vez que sua atividade fora de casa não diminuiu a importância da mulher no lar e, principalmente, sua responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos. Esta imagem estereotipada da boa mãe no lar parecia indissolúvel, e até hoje ainda continua, de certa forma, presente, em maior ou menor grau, e tem sido reforçada por vários profissionais das áreas médicas, psicológicas e educacionais (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Após os anos de 1930, quando o Estado assumiu o papel de promotor da industrialização do país, as mudanças que promoveu no sistema de ensino, possibilitando o acesso da mulher à educação, tiveram grande importância para uma alteração no status feminino. Apesar disso, as mulheres que conseguiam prosseguir os estudos além do curso primário geralmente encerravam sua trajetória estudantil nos cursos profissionalizantes. O mais comum deles era o normal. Segundo Vaitsman (1994), “quanto mais se subia na escala educacional, menos as mulheres estavam representadas, tornando a presença masculina predominante nas ocupações mais prestigiadas socialmente” (p.56).

Com o crescimento urbano, comercial e industrial, desenvolvia-se uma classe média constituída de profissionais liberais, pequenos comerciantes, industriais e funcionários públicos. Nas cidades maiores, o mercado de trabalho se expandiu e nele aumentou a participação das mulheres, que também iam aos poucos elevando seu nível de instrução (Vaitsman, 1994).

Nas décadas de 1930 e 1940, as moças geralmente conheciam seus futuros maridos através dos pais e costumavam acatar sua opinião, porque os mais velhos é que estabeleciam os critérios que definiam o que seria um “bom casamento”. Foi apenas nos anos de 1950 e 1960 que o casamento começou a sair do domínio exclusivo da família de origem. Apesar disso, o casamento ainda era muito valorizado nesta época e as mulheres continuavam a ser criadas para se casar. Assim, esperava-se que elas desempenhassem os trabalhos de casa com base no amor e no cumprimento da sua obrigação. A esse respeito, Rocha-Coutinho (1994) aponta que:

*Os laços do matrimônio freqüentemente especificavam, ainda que por vezes de maneira velada, que as responsabilidades de esposa incluíam viver numa casa estabelecida e mantida financeiramente por seu marido e, em contrapartida, lhe caberia desempenhar ou, no caso de ter uma empregada, supervisionar as tarefas domésticas de limpar, cozinhar, lavar, bem como cuidar do marido e dos filhos (p.99).*

Podemos observar que, apesar do desenvolvimento industrial e do pequeno aumento da participação feminina no mercado de trabalho, estas mudanças não foram bem assimiladas pelo patriarcalismo ainda dominante na sociedade, pois a dicotomia e a desigualdade entre os sexos eram fortes demais para que as mudanças, ainda tímidas, na participação da mulher na esfera pública não fossem vistas como ameaçadoras à família. Assim, pode-se dizer que, com a industrialização, iniciou-se uma maior participação feminina no espaço público, ainda que a presença masculina continuasse dominante devido à privatização da família moderna. Ao se referir à família conjugal brasileira, segundo ela, moderna e patriarcal, Vaitsman (1994), aponta que esta era

*formada por “indivíduos” cujo lugar social não partia da própria escolha pessoal, mas de papéis atribuídos e normalizados segundo o gênero. A sociedade industrial moderna constituiu-se, entre outras coisas, pela separação entre público e privado e pela doutrina das esferas separadas e naturezas sexuais desiguais, expressas na ideologia, nas políticas e na legislação. Contudo, a própria modernização, ao estimular valores universalistas, igualitários, empurrou as mulheres para o mundo público e solapou os pilares da estratificação de gênero e do individualismo patriarcal (p.59).*

Menandro, Rolke e Bertollo (2005), em suas pesquisas, reforçam a idéia de que o universo cultural foi construído a partir da perspectiva masculina, na qual estão presentes concepções sobre a natureza feminina e sobre as relações amorosas que justificam o desequilíbrio de poder nas relações conjugais. Eles apontam para o fato de que estas reflexões impregnaram fortemente as diversas modalidades de produção cultural, como valores, princípios religiosos, normas, manifestações artísticas, linguagens e esteriótipos, que regulavam os comportamentos distintos de homens e mulheres, algo que aprendemos desde a infância como impossível de ser modificado.

Logo após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, considerou-se necessário o controle da natalidade, desenvolvendo-se, então, métodos contraceptivos cada vez mais eficazes que acabaram por levar ao surgimento da pílula anticoncepcional. Com isso, a mulher pode separar a sexualidade da reprodução. Tal fato tornou possível que o sexo, no caso das mulheres, pudesse se dar pela simples busca de prazer, desencadeando uma verdadeira revolução sexual, uma vez que possibilitou uma maior autonomia sexual feminina, o florescimento da homossexualidade e o livre-arbítrio, entre outras coisas (Giddens, 2003).

No que diz respeito à esfera pública da produção, foram fundamentais as duas guerras mundiais e sua convocação geral às mulheres para a entrada no mercado de trabalho a fim de substituir os homens que se encontravam nas frentes de combate, algo que antes só era possível para aquelas das classes menos abastadas, que tentavam complementar, ou mesmo suprir, as



necessidades de sobrevivência da família. A entrada progressiva da mulher de classe média no mercado de trabalho acompanhou o crescimento econômico ocorrido nos países capitalistas desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial. Nas palavras de Petrini (2005), “trata-se de mudanças profundas e permanentes que dizem respeito à atividade produtiva e à organização do trabalho, aos processos educativos e de comunicação, até a socialização de novas gerações, ao universo de valores e critérios que orientam a conduta no cotidiano” (p.247). Por outro lado, foi também fundamental a passagem do capitalismo para uma fase monopolista, em que se valorizava mais a produtividade do indivíduo do que sua força ou sexo. O “retorno ao lar” posterior ao término da guerra (ou retorno relativo) teve como consequência histórica, assim, levar mulheres de todas as classes sociais a “invadir” o “domínio público”, que era antes reservado apenas aos homens.

Estas mudanças, concentradas e aceleradas, repercutiam significativamente na vida familiar: ocorreu um aumento das taxas de divórcio e de separação, uma diminuição do número de filhos e uma maior flexibilidade dos laços conjugais. Biasoli-Alves (2000) aponta que as alterações de valores e papéis dos indivíduos na modernidade, bem como a procura acentuada do novo e a rejeição do antigo, são efeitos de macro-variáveis, como a urbanização crescente, o avanço da ciência e da tecnologia e a necessidade de aprimoramento educacional, que têm como pano de fundo a economia e a questão da globalização<sup>1</sup>.

Os anos de 1960 foram marcados por movimentos que questionavam a antiga identidade feminina, as heranças do autoritarismo patriarcal e as limitações da mulher aos papéis de esposa, mãe e educadora. Com estas lutas feministas, a distinção entre o homem e a mulher passou a ser considerada mais uma questão política do que biológica. Ao longo dos anos anteriores, o determinismo biológico havia predominado como explicação para o funcionamento dos seres humanos e foi tão legitimado que acabou sendo

---

<sup>1</sup> O conceito de Globalização aqui usado é o do Dicionário Aurélio de 2005: “processo típico da segunda metade do século XX, que conduz a crescente integração das economias e das sociedades de vários países, especialmente no que toca à produção de mercadorias e serviços, aos mercados financeiros, e à difusão de informações”.

apontado como o principal responsável pela diferença sexual entre homem e mulher. A partir de então, passou-se a acreditar que as diferenças de sexo são, principalmente, culturais e não biológicas e, assim, elas passaram a ser denominadas, por muitos pesquisadores, diferenças de gênero, opondo-se o sexo – biológico – ao gênero – cultural. Como afirma Rocha-Coutinho (1994),

*Os atributos a essa diferenciação não são resultado de forças naturais, mas, antes, são parte de um complexo de fenômeno culturais e historicamente determinados (p.16).*

Na década de 1960, o casamento começou a perder seu significado tradicional. Devido, em grande parte, à luta pela emancipação feminina, iniciada com os Movimentos Feministas eclodidos na Europa e nos Estados Unidos na época, a mulher começou a sair de uma vida eminentemente privada, doméstica, para conquistar espaços na vida pública. Ao sair da esfera privada da família e ingressar na esfera pública – através da escolarização crescente, do trabalho, ou da militância política, como foi o caso, por exemplo, daquelas que se engajaram nos movimentos estudantis no Brasil –, abriram-se novas possibilidades para a mulher superar não só a alienação própria da sociedade capitalista, como também a que lhe é imposta pela tradicional e histórica condição feminina (FARIA, 1997).

O ano de 1968, segundo Vaitsman (1994), constitui um marco não apenas em Paris, Berkeley ou Praga, mas também em várias cidades brasileiras. Diferentemente do que ocorria nos países da Europa Ocidental e nos EUA, onde já se desafiava as concepções totalizantes, no Brasil, a participação política dos jovens nesta época assumiu um caráter ainda fundamentalmente moderno, no sentido de que sua ação, dirigida contra a ditadura militar, passava necessariamente pelo projeto de uma transformação revolucionária total da sociedade, priorizando a luta pela liberdade democrática contra as discriminações e a favor dos direitos da mulher trabalhadora e por creches para que a mulher pudesse trabalhar fora de casa, enfatizando-se a necessidade do aumento da participação política das mulheres.

Se aparentemente as questões levantadas por algumas feministas brasileiras são as mesmas definidas pelos movimentos europeus e norte-americanos, é importante observar aqui que os momentos em que surgiram, bem como suas trajetórias são distintos. A formação social brasileira produziu um tipo de dominação patriarcal específico, uma opressão própria das mulheres brasileiras, o que levou a problemática feminista no Brasil a apresentar peculiaridades e particularidades decorrentes dessa cultura patriarcal aqui dominante.

O feminismo modificou muito as relações homem-mulher no Brasil. Hoje, um número cada vez maior de mulheres participa do mercado de trabalho e alcança posições de prestígio na sociedade. Além disso, elas se tornaram responsáveis pela própria sexualidade, podendo optar ou não pela maternidade. As tarefas, que antes eram consideradas exclusivas das mulheres, passaram a ser, pelo menos em parte, rejeitadas por elas e o sexo pelo simples prazer, independente da existência do amor – facilitado pelo surgimento de contraceptivos mais eficazes, como a pílula anticoncepcional – foi sendo aos poucos valorizado. Contudo, como aponta Faria (1997), “essa construção feminina, enquanto sujeito histórico, não pode ser em oposição aos homens, mas em parceria com eles, apontando também para uma nova relação homem mulher” (p.19).

No início da década de 1970, as mulheres brasileiras já constituíam metade da população estudantil do ensino médio apta a ingressar nas universidades. A participação universitária das mulheres ia, assim, gradualmente se equiparando à masculina. As mulheres foram, pouco a pouco, invadindo, inclusive, as profissões da área técnica, até então tipicamente masculinas, e que envolviam maior prestígio e retorno financeiro (Vaitsman, 1944).

Em 1970, como aponta Angeli (2004), os Movimentos Feministas reivindicavam direitos políticos e civis para as mulheres, estabelecendo a “greve dos ventres”. Com estes movimentos e as diversas conquistas históricas, as mulheres foram, pouco a pouco, abrindo espaço na vida pública e ampliando os direitos sobre seu corpo. Em lugar de se prender a padrões socialmente definidos de

comportamento sexual, as mulheres hoje estão buscando, cada vez mais, compreender suas necessidades sexuais, e, com isso, aumentar suas possibilidades de escolha. Isso gerou uma imensa mudança no que diz respeito ao casamento, porque as mulheres não permanecem mais casadas se o casamento estiver insatisfatório, como ocorria outrora. Contudo, em geral, a separação envolve não só objetos e propriedades, mas também filhos, sentimentos e lembranças. Assim, mesmo que não chegue aos tribunais, a situação é geralmente vivida como destrutiva, ao menos no primeiro momento. A mulher descasada passa por um conjunto de experiências muitas vezes amargas, inclusive no que diz respeito à sua auto-imagem, até porque, para um grande número de homens, elas são vistas como “desfrutáveis”, abertas a possíveis ligações “sem compromisso”, entre outras coisas.

Cabe acrescentar aqui, no entanto, que, quando a manutenção do casamento e da família passa a depender muito mais da satisfação emocional do que de determinantes econômicos, da sujeição individual ou da imposição moral, sua estabilidade também se torna mais frágil. Mas parece que os homens permanecem ainda com a antiga visão da mulher, em que esperam que ela seja, sobretudo, uma mãe e esposa sempre devotada aos cuidados da casa e dos filhos. Essa resistência dos homens a aceitar as novas solicitações das mulheres tende a levar a uma situação de conflito dentro do lar e, muitas vezes, até mesmo, ao rompimento da relação de casamento. Todos estes fatores, assim, parecem ter contribuído para aumentar a taxa de divórcio, fazendo com que ele se tornasse cada vez mais aceito socialmente, até que, em 1977, foi sancionada a lei do Divórcio, o que permitiu de fato a dissolução dos casamentos e proporcionou uma permissão legal a um futuro recasamento.

Hill (2007) assinala que, nos anos de 1970, alcançou-se um marco histórico em termos de aumento das taxas de divórcio. Os matrimônios tradicionais, que se baseavam em princípios religiosos, no patriarcalismo, no valor econômico, na dependência e na procriação, hoje se transformaram em matrimônios baseados no amor, na escolha – ou livre arbítrio –, no companheirismo, na auto-realização e na igualdade. Giddens (2003) aponta que, na sociedade contemporânea, em que há a possibilidade de separação e divórcio, as

pessoas entram em um relacionamento buscando igualdade e reciprocidade em termos de doação e retribuição amorosa, sendo o prazer sexual de ambos um elemento-chave para a manutenção ou dissolução do relacionamento.

Após esta breve reflexão sobre a evolução da família e do casamento ao longo do tempo, pode-se observar que o modelo de família tradicional, que se caracterizava pela supremacia da autoridade paterna passou a se basear, em um momento posterior, na lógica do “amor romântico”, constituindo o que é hoje denominado “família moderna”. A configuração “contemporânea” ou “pós-moderna” distingue-se das demais por incluir rupturas e recomposições conjugais, por um enfraquecimento da figura paterna e pela feminilização do corpo social.

Como o foco do nosso trabalho é a dissolução dos casamentos contemporâneos no Brasil, procuramos, a seguir, trazer algumas contribuições no que diz respeito a como se dão os relacionamentos afetivos e conjugais em nossa sociedade no momento atual.

## **CAPÍTULO 2 – OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS E O CASAMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

*“Já dizem os clássicos que tudo flui, de forma que ninguém pode se banhar no mesmo rio. A mudança é algo inevitável em nossas vidas – não apenas uma parte essencial da vida, mas a vida mesma, já que sem renovação não há crescimento”.*

Como vimos anteriormente os novos valores da modernidade renovaram ou transformaram as relações amorosas. A fim de melhor compreendermos o novo pano de fundo dos casamentos contemporâneos no Brasil é necessário analisar as mudanças socioculturais e econômicas desta época. Cabe observar aqui que a instabilidade da família contemporânea é um problema que depende, não apenas de fatores sócio-culturais, mas também de fatores psicossociológicos, em que se pode destacar as questões relativas ao sentido da conjugalidade no mundo atual. Além disso, é necessário assinalar que este processo de transformação não é apenas político e sociológico, mas também individual, uma vez que depende da singularidade dos indivíduos.

Muitos valores foram gerados e disseminados no Brasil ao longo dos séculos, oriundos de outras culturas, como a indígena, a africana e a matriz européia, esta última fortemente calcada nas idéias disseminadas pela igreja católica e pela Coroa Portuguesa, o que acabou por desempenhar papel decisivo na constituição da família brasileira. Alguns desses valores foram, ou estão sendo, modificados, recodificados e até mesmo mantidos. Segundo Ribeiro (1994), o catolicismo foi um importante centro disseminador das ideologias desenvolvidas no Brasil, e seus valores e normas de conduta raramente puderam ser violados ou mesmo contestados em nossa sociedade, pelo menos nas classes mais abastadas. Esta situação perdurou até que processos de mudanças sociais, iniciados no século XIX, mas somente acentuados aqui a partir dos anos de 1940, introduziram alterações tanto na sociedade quanto na família e na própria vida religiosa do país.

Ao longo do processo histórico de formação da sociedade brasileira, a desarticulação entre como de fato se dava a constituição da família no país e a instituição do casamento como pregada pela Igreja e o Estado fez emergir um conjunto de novos formatos organizadores das relações afetivo-sexuais, cuja aceitação ocorreu de maneira desafiadora. A análise da instituição do casamento e da família no país envolve, assim, uma reflexão acerca dos processos mais expressivos de padronização e ruptura dos comportamentos sociais. Acreditamos que uma rápida descrição destes processos e comportamentos poderia assinalar a relevância econômica e social dos contextos em que essas mudanças culturais teriam se originado ou onde tais mudanças teriam se instalado com maior agilidade.

Em poucas épocas na história da humanidade uma instituição enfrentou transformações tão profundas quanto a família nos últimos séculos. Em conseqüência, criou-se a idéia de que a família está passando por uma crise irreversível, como se o sentido de qualquer mudança sociocultural só pudesse ser alcançado mediante a dissolução tanto de suas funções psicológicas quanto sócio dinâmicas. No caso da família, cabe acrescentar que a fragilidade dos casamentos contemporâneos gera problemas econômicos, jurídicos e psicológicos, o que leva muitos autores a apontar para o fato de que estaríamos passando por um momento de crise.

Ao refletir sobre essa questão, Jablonski (1991) levanta a seguinte pergunta: “Será que passamos realmente por um período delicado e instável, ou a família sempre viveu ameaçada, não fazendo sentido, portanto, empregar o epíteto de crise?” (p.15). O autor ressalta, a seguir, que a família esteve e sempre estará em eterno movimento de ajustamento à realidade social de cada momento histórico, e o fato de estar se ajustando ou se modificando não significa que ela esteja se dissolvendo.

Além disso, este autor verificou em suas pesquisas que, embora o casamento no Brasil apresente algumas dificuldades no momento atual, traduzidas pelo crescente número de separações, permanece o desejo da maioria das pessoas de se casar. Acresce-se a isto o fato de que as pessoas não se mostram preocupadas com a busca de soluções, parecendo acreditar que, com elas, tudo vai se dar de forma diferente. Não parece, assim, que a família acabou, nem tampouco que esteja

emergindo agora um novo tipo dominante de família no país, mas, apenas, que novas estruturas familiares estão surgindo e sendo testadas, nas quais os papéis, as regras e as responsabilidades são permanentemente negociados.

Para Goode (1969), estamos vivendo o progresso e não uma crise, ou seja, segundo o autor,

*Passamos da força arbitrária dos mais velhos para a liberdade pessoal do jovem; dos casamentos frios, baseados em arranjos financeiros, às uniões baseadas no direito de escolha dos jovens; das barreiras de classe rigidamente mantidas entre as crianças, a um sistema de classe sem barreiras; da submissão da esposa ao igualitarismo e companheirismo no casamento; e da repressão às emoções das crianças à tolerância (p.9).*

Para melhor compreendermos de que forma todas estas mudanças influenciaram e ainda influenciam os indivíduos nas suas escolhas no que diz respeito ao casamento e à constituição de uma família no Brasil, decidimos adotar o ponto de vista de Hall (2000) acerca do processo de construção da identidade no momento atual. Para este autor, não existe uma identidade fixa e única, com a qual os indivíduos hoje possam se identificar, mas, antes, há uma pluralidade de identidades possíveis abertas aos indivíduos e que são formadas na sua interação com o contexto social imediato em que estão interagindo. Neste sentido, as transformações sócio-culturais que estão em curso na contemporaneidade vêm alterando as identidades pessoais dos indivíduos, tornando-as múltiplas e plurais. Nas palavras do autor,

*À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2000, p.13).*

Como a sociedade brasileira contemporânea está enfrentando constantes e aceleradas mudanças, em decorrência, em grande parte, do processo de



globalização econômica e de desenvolvimento do capitalismo tardio, estamos sempre sendo apresentados a uma pluralidade de novos valores e representações sociais, que acabam por desarticular as identidades estáveis do passado, abrindo, assim, a possibilidade de surgimento de novas identidades, novos sujeitos, novas famílias e novos tipos de casamento. Poderíamos acrescentar, então, que a família perdeu muitas de suas funções, mas, em contrapartida, adquiriu outras, alterando, desta forma, o seu papel.

Segundo Salem (1980), “a internalização de uma dada realidade – ou seja, do mundo que o outro mediatiza – equivale ao processo de aprendizagem de papéis socialmente determinados” (p.32). Assim sendo, o mundo apresentado à criança é internalizado como irremediavelmente real e verdadeiro, como o único existente e concebível. Apesar das mudanças relativamente recentes nos papéis e posições de mulheres e homens terem se alterado, a transmissão dos modelos ou papéis de gênero tradicionais parece ainda estar presente na educação das crianças hoje e pode ser vista, como aponta Rocha-Coutinho (2007), no caso das mulheres, na permanência de certas brincadeiras tipicamente femininas, como a brincadeira de casinha, bem como no incentivo de certa dependência feminina com relação às pessoas e na perpetuação da transmissão de que a atividade de cuidar das necessidades dos outros é vital para que elas sejam consideradas boas mulheres.

Isso parece acontecer porque a socialização feminina continua a preparar as mulheres para atuar na esfera doméstica e, como consequência, para que elas voltem sua atenção para atender às decisões e /ou necessidades dos outros acima de suas próprias necessidades. Em decorrência disso, o homem passa a ser visto e a se ver como dono de seu destino, enquanto que a mulher é levada a delegar aos outros a autoria e a responsabilidade por sua própria história. Nas palavras de Salem (1980), “o homem é capaz de se auto definir sem qualquer mediação, enquanto que entre a mulher e o mundo a figura dos outros se interpõe, constituindo parte integrante e mesmo se confundindo com a própria identidade feminina” (p.72). No caso das mulheres, segundo Diniz e Coelho (2005), sua trajetória, voltada para os outros, acaba fazendo com que elas percam a noção de sua identidade e de suas necessidades pessoais, confundindo seu projeto de vida com o de seu cônjuge e/ou o de sua prole.

Ao se pensar nas mudanças por que vêm passando as famílias brasileiras é preciso reconhecer a importância dos Movimentos Feministas das décadas de 1960/1970 no mundo ocidental, de modo geral, em nosso país, em particular. As transformações dos papéis e comportamentos femininos nas últimas três décadas contribuíram enormemente para que as mulheres brasileiras assumissem novos espaços no mundo público, tanto no mundo profissional quanto político, e questionassem seus relacionamentos afetivo-sexuais, bem como o modelo tradicional de família e de casamento, provocando mudanças tão rápidas e radicais que criam, até hoje, conflitos e angústia nas próprias mulheres e em grande parte dos homens em nossa sociedade.

Na década de 1960, o surgimento de métodos contraceptivos mais eficazes, como a pílula anticoncepcional, também muito contribuiu para trazer uma maior liberdade de escolha para as mulheres, ao separar a maternidade da sexualidade, levando, entre outras coisas, a uma diminuição do número de filhos. Tal fato, juntamente com outros fatores, possibilitou uma maior abertura de oportunidades ocupacionais para elas. Hoje já se valoriza a independência financeira das mulheres, ainda que, ao mesmo tempo, elas continuem a ser treinadas para ser boas mães e esposas. Nas palavras de Rocha-Coutinho (2007), “apesar da importância atribuída à carreira, com a chegada da maternidade, as responsabilidades com a família passam a ter prioridade sobre a carreira profissional” (p.162). A autora ressalta, ainda, que, a julgar pelos resultados de seus estudos, permanecem resquícios da antiga divisão sexual do trabalho, uma vez que para as mulheres por ela entrevistadas, as próprias mulheres continuam a acreditar que o homem é o principal responsável pelo provimento econômico da família e a mulher pelos cuidados da casa e dos filhos, algo que está ligado a características tradicionalmente associadas às identidades masculina e feminina.

Segundo Jablonski (2005), nos dias de hoje, as mulheres vêem o casamento como uma relação a dois, no sentido mais afetivo, valorizando sua dimensão amorosa e a intimidade. Já os homens ainda valorizam muito o mercado produtivo e a dimensão de constituição de uma família. Para ambos os sexos, contudo, a valorização da liberdade e da privacidade acompanha o crescimento do espírito individualista que prevalece atualmente e que prioriza a preocupação com a própria felicidade e a

realização individual em detrimento de uma vida mais coletiva e, assim, por vezes, em detrimento da própria família.

A urbanização e as transformações no mercado de trabalho, com a transferência da unidade produtiva da casa (da família) para a empresa, implicaram na transformação progressiva do caráter da família nas sociedades industriais, modificando a relação da mulher com o trabalho. Com as mudanças atuais no que diz respeito ao trabalho feminino e as conseqüentes rupturas no universo familiar, em decorrência do surgimento de novos valores, ocorreu – e, de certa forma, ainda está ocorrendo – uma ampliação do conceito de conjugalidade para além do binômio marido e mulher. Hoje pode-se observar que, para haver família, não é preciso haver um homem e uma mulher, ou um pai e uma mãe, isto é, cônjuges no sentido restrito, mas antes coexistem com a família tradicional, famílias homossexuais, famílias uniparentais e, até mesmo, família sem filhos, entre outras. Atualmente, os relacionamentos também podem ser rompidos, sem maiores dificuldades e/ ou problemas, por qualquer um dos parceiros, em qualquer momento particular, devido à ampla aceitação social do divórcio. Com isso, o casamento, pelo menos nos moldes tradicionais, está sendo enfraquecido. Segundo Goldenberg (2003), “a pluralidade de formas de casamentos e famílias existentes em nossa cultura, demonstra que homens e mulheres continuam querendo casar e constituir famílias, sem, no entanto, reproduzir o modelo tradicional de conjugalidade”, (p. 6). Segundo Ribeiro (1994), inclusive, o arranjo familiar constituído de casais sem filhos foi a segunda configuração mais freqüente em 1980, o que aponta para a existência de um segmento significativo e relativamente estável no país com vivência familiar sem referência imediata a filhos, indicando, deste modo, a separação entre experiência afetiva e reprodução.

Nas últimas décadas, a escolha de um casamento é livre e, segundo Biasoli-Alves (2000), os pais aceitam o que a geração mais nova determina para si. Os pais não podem mais dizer “eu sei o que é melhor”. Os filhos afirmam que eles próprios têm o poder e o direito de saber com quem querem casar ou conviver. Isso porque o questionamento das posições hierárquicas rígidas na família e a valorização da igualdade foram progressivamente assimilados ao cotidiano da convivência familiar, dando origem a formas mais democráticas e igualitárias de partilhar tarefas e

responsabilidades entre marido e mulher e entre pais e filhos. O número de separações e divórcios aumentou, os jovens casam mais tarde, cresceu o número de famílias reconstituídas, de famílias monoparentais e de famílias chefiadas por mulheres, nas classes médias.

Observa-se também um número crescente de pais que compartilham com a mãe ou até mesmo assumem, as tarefas domésticas e a educação dos filhos, buscando se adequar às novas demandas da realidade atual. Porém, essas mudanças parecem não estar ocorrendo com a mesma frequência e intensidade em todas as famílias. O que encontramos hoje em dia são famílias com diferentes configurações e estruturas. Estudiosos sobre o tema (Wagner, Predebon, Mosmann e Verza, 2005), contudo, constataram em suas pesquisas que no Brasil e nos Estados Unidos a divisão das tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. Mesmo nas casas onde as mulheres têm um ganho financeiro maior do que o de seus maridos, ou mesmo naquelas onde os maridos estão desempregados, elas parecem ainda realizar uma quantidade muito maior de atividades domésticas do que eles. Cabe mencionar aqui, ainda, que as tarefas domésticas desempenhadas pelos maridos são percebidas, na maior parte das vezes, como uma "ajuda", o que expressa a isenção de responsabilidade do homem pelo desempenho de tais atividades.

Observa-se também um aumento expressivo do número de mulheres chefes de família, em razão da expressiva mudança nos processos de modernização da sociedade, em curso desde os anos 1970, sobretudo no atual contexto de renovação de valores e abertura de novas possibilidades antes impensáveis, como a aceitação da separação conjugal e o surgimento da lei do divórcio (RIBEIRO, 1994).

Hoje, com a pluralidade de experiências amorosas disponíveis, as pessoas se convencem de que amar é uma habilidade que se pode adquirir e que o domínio dessa habilidade aumenta com a prática e a assiduidade do exercício. Acontece que elas acabam adquirindo também habilidades para terminar rapidamente uma relação e começar uma nova. Como aponta Bauman (2004), "O efeito dessa

aparente 'aquisição de habilidades' tende a ser o desaprendizado do amor – uma 'exercitada incapacidade' para amar" (p.20).

O que se pode observar hoje nas relações amorosas e na vida cotidiana é a tentativa de algumas mulheres e também de alguns homens atuais de tecer novos arranjos conjugais e de sociabilidade. Contudo, segundo Arán (2003), estas mudanças apenas abriram novas possibilidades para as mulheres, mas as antigas representações do masculino e do feminino ainda se encontram presentes nos homens e mulheres contemporâneos. Nas palavras da autora, "as antigas representações do feminino e do masculino ainda se materializam nas formas das subjetividades atuais, o deslocamento provocado pelo feminino possibilitou uma brecha, uma abertura para a emancipação das mulheres do destino da natureza" (Arán, 2003, p. 408).

Apesar de todas as conquistas femininas, a sociedade, e principalmente as mulheres, ainda não conseguiram abandonar inteiramente o antigo modelo de mulher, o de "rainha do lar". Algumas delas, contudo, descobriram que os papéis estabelecidos socialmente não preenchem suas necessidades individuais e não lhes davam o reconhecimento merecido. Assim, hoje, as mulheres desempenham múltiplos papéis, vivenciando, assim, um conflito, isto é, ficando divididas entre os antigos deveres, ligados aos cuidados com os filhos e com a sua família e os novos desejos, como a possibilidade de ter e investir em uma carreira profissional. Muitas vezes é difícil conciliar as duas coisas, o que geralmente, acarreta culpa e uma sobrecarga emocional muitas vezes difícil de ser suportada. Nas palavras de Rocha-Coutinho (1994),

*De um lado elas [as mulheres] aceitam e acreditam no fato de que têm direito a uma vida própria, a um emprego e profissão e, de outro, continuam a creditar que a mãe é indispensável para a boa formação dos filhos, não importando que soluções tenham encontrado para conciliar estas duas necessidades (p.120).*

Assim, a mulher contemporânea acaba por "ter que" dar conta da casa e dos filhos, em parte de seu tempo e, na outra, realiza as tarefas dela exigidas na esfera do trabalho. Ao voltar para casa, ela ainda deve mostrar-se atraente para o esposo (até

porque, não existe mais, como antigamente, a certeza da estabilidade do casamento), além de acessível às demandas de seus filhos. No trabalho, ela deve estar bem informada, possuir o domínio de uma língua estrangeira, ter um diploma, mostrar-se capaz, ser organizada, eficiente, batalhar para se manter no cargo que ocupa e lutar por uma boa remuneração, ainda que saiba que os salários femininos continuem a ser mais baixos do que os dos homens, mesmo quando exercem as mesmas atividades e com igual – ou maior – eficiência do eles.

Diante da grande variedade de novas formas de constituição familiar, é interessante fazermos uma reflexão sobre os fatores que podem estar contribuindo para esta abertura. Para Machado (2001), as diversas formas de família atuais decorrem das tensões presentes no mundo ocidental, de paradoxos, em que temos que conciliar valores antigos e modernos, o que acaba por gerar tensão e conflito. Entre essas tensões, a autora menciona a

*Tensão entre a lógica do grupo e a do indivíduo; tensão entre a divisão hierárquica de gêneros e a divisão igualitária no âmbito da conjugalidade e ainda a tensão entre a educação moral retificadora da criança e a da pedagogia da negociação.*  
(Machado, 2001, p. 18).

Para a autora, tais tensões podem ser responsáveis pelas formas distintas de arranjos familiares atuais.

Hall (2000) argumenta que, com a globalização, a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso todas as identidades culturais fortes e está produzindo uma fragmentação de códigos culturais, uma multiplicidade de estilos, uma ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo cultural. Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais e pela mídia, mais as identidades e os relacionamentos se tornam desvinculados de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo flutuar livremente.

Velho (2006) afirma que as sociedades complexas são constituídas e se caracterizam por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. O autor ressalta, ainda, a intensa troca que existe nesse processo de interação, seja por conta de viagens, de processos migratórios, ou em decorrência do fenômeno de comunicação de massa. Ele chama a atenção para o fato de que, “de um modo inédito, os indivíduos modernos estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferentes e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão” (VELHO, 2006, p.34). Para o autor, o que está em jogo atualmente é a dinâmica das relações entre sistemas culturais e suas repercussões na existência dos indivíduos. Por isso mesmo, o sujeito constitui o aspecto mais complexo e também mais fundamental das transformações, sejam elas da família ou das demais instituições sociais. E, neste sentido, sua história pessoal, conjugal e familiar reflete dimensões diversas da história social e cultural de nosso país.

Acreditamos ser necessário mencionar aqui a importância das macro e microrrelações envolvidas nestas transformações. No âmbito das macrorrelações, consideramos importante apontar nosso modelo econômico, o neoliberalismo e o capitalismo, como um sistema produtor e gerador de certo modo de produção que engendra formas opostas e desiguais e que promove todo tipo de opressão, seja ela na relação entre homens e mulheres, seja ela na das mulheres entre si, ou na dos homens entre si. No âmbito das microrrelações, faz-se necessário mencionar a questão da construção das novas identidades e subjetividades, de que falamos anteriormente. Segundo Figueira (1987), o que causa mal-estar nesse processo de mudanças aceleradas vivenciadas nas sociedades modernas é o fato da dimensão sociocultural (macrorrelações) se alterar mais rápido do que a dimensão das identidades e subjetividades (microrrelações). A mudança destas últimas parece ser extremamente lenta. Podemos entender, então, porque a contemporaneidade é tão complexa e gera tantos paradoxos. Tudo muda muito mais rapidamente na superfície, uma vez que, nossas identidades e subjetividades não estão acompanhando o ritmo dessas mudanças externas. Assim, nem tudo do nosso passado pode ser considerado acabado e deixado para trás.

Para o autor, nosso passado continua presente, isto é, ele não desaparece para dar lugar ao moderno, mas, antes, convive com ele, permanecendo, no interior dos sujeitos de forma invisível, em níveis distintos de consciência, gerando conflitos entre o que foi aprendido ao longo da vida e aquilo que a modernidade dita como novo e ideal. Figueira (1987) usa, então, a expressão “modernização reativa” para se referir ao que ele considera uma falsa modernização, tendo em vista, que ela está centrada apenas no conteúdo, mas não na forma, isto é, nas regras sobre como devemos agir ou nos comportar. Para ele, a modernização verdadeira implicaria em uma transformação no interior mesmo do sujeito, da regra mesmo a ser por ele seguida e não apenas no seu conteúdo. Para fazer uso de um exemplo por ele mencionado, uma mudança na forma seria uma mulher escolher se quer casar virgem ou não, e simplesmente substituir com regra supostamente “moderna” que estabelece que uma mulher não deve mais se casar virgem.

Com esse processo de modernização, ocorreu também um processo de nuclearização e privatização das famílias brasileiras. Foi introduzido nelas um ideal de igualdade, que transformou as relações hierárquicas, em que homens e mulheres eram percebidos como intrinsecamente diferentes, em relações igualitárias, em que os indivíduos são iguais e, portanto, têm direitos iguais. Pode-se observar, no entanto, que, apesar da existência deste discurso de igualdade de funções entre os sexos, o que se verifica na prática é, na verdade, uma disparidade de papéis (FIGEUEIRA, 87).

As novas ideologias contemporâneas, como o igualitarismo e o individualismo, entram em conflito com os modelos de família tradicionais, bem como com as diferenças ainda existentes entre os sexos, que parecem estar muito enraizadas em nossa cultura e que, assim, ainda permanecem. Estas questões podem ser observadas nos resultados dos estudos desenvolvidos por Jablonski (2007) com homens e mulheres de classe média. Neles, o autor aponta, entre outras coisas, que “ambos, após se tornarem pais e mães, adotaram posturas mais tradicionais no que a tange seus papéis parentais e em suas divisões de trabalho doméstico, apesar de possíveis atitudes igualitárias anteriores” (p.220). Em sua opinião, este discurso de igualdade só vem contribuir para aumentar os conflitos entre os cônjuges, porque cria expectativas para o casamento que, muitas vezes, não se



verificam, uma vez que ambos os cônjuges ainda sofrem grande influência dos papéis de gênero tradicionais e pré-determinados.

Segundo Goode (1969), pode-se observar a resistência ao igualitarismo na idéia ainda fortemente presente no discurso social de que, qualquer que seja o emprego que a mulher exerça, ela deve, ainda, arcar com a responsabilidade dos afazeres no lar. Conseqüentemente, torna-se grande o ônus de uma esposa que trabalha, o que pode acabar por reduzir, sua motivação.

Pode-se dizer, ainda, que o período atual, que alguns autores denominam de pós-moderno, é marcado pela valorização do tempo presente, do “aqui e agora”. Como afirma Petrini (2005), “inaugura-se um tempo separado de suas origens e de seu destino: homens e mulheres sem raízes e sem metas” (p.252). Passa a haver, com isso, uma a valorização do consumo, do gozo imediato e, nas relações com os outros, cada um passa a viver mais para si próprio.

Além disso, como muito já se tem apontado (Vaitsman 1994, Petrini 2005, Jablonski 1991), vivemos hoje um tempo em que se impõe a gestão da informação, em que as distâncias se reduzem, a visão do mundo é global, em que se perde o contato com a história e em que não há projetos, isto é, vive-se o presente de forma fragmentada, sem um sentido claro ou um planejamento. Não há perspectiva de compromisso, já que não há futuro: a estabilidade de um casal, por exemplo, mantém-se apenas enquanto se mantiver a satisfação com a relação. Não é estranho, portanto, que apareçam novos modelos familiares.

Hervery (1992) se questiona se podemos chamar todas essas mudanças de pós-modernas e dizer que estamos vivendo em uma época pós-moderna. Para tanto, o autor aponta as seguintes diferenças entre o modernismo e o pós-modernismo:

*O modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. O pós-moderno, em contraste, privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural. A fragmentação, a indeterminação e a intensa desconfiança de todos os discursos universais ou totalizantes (p.19).*

Hervery (1992) tece uma rede de ligações entre estas mudanças ocorridas, o modo como tais trocas se deram e a diversificação dos valores de uma sociedade que, para o autor, se encontra em vias de fragmentação. Ele se refere a esta sociedade como “sociedade do descarté”, que começou a ficar mais evidente durante os anos de 1960. Isto significa, não apenas jogar fora bens produzidos (criando um monumental problema sobre o que fazer com o lixo), como também ser capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser. Por intermédio desses mecanismos as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea, fornecendo um contexto para a "quebra do consenso" e para a diversificação de valores numa sociedade em vias de fragmentação.

Essa fragmentação também é abordada por Beltrão (1970), que destacou alguns motivos para a instabilidade da família contemporânea. Segundo o autor, a industrialização criou uma estrutura de valores que reconhece mais o desempenho pessoal do que a origem familiar. Sendo assim, a família foi perdendo o valor e a importância que detinha, já que não tinha muito mais a oferecer para seus membros. O próprio indivíduo teve que buscar seu caminho para alcançar uma independência da família. Outro componente de tensão que, segundo o autor, caracterizaria a vida contemporânea é a visão materialista de amor e de felicidade, mais voltada para o “ter” do que para o “ser”. Em suas palavras, “o materialismo agrava o individualismo, o egoísmo, dispersando a família, a convivência e a solidariedade” (p.122).

Também para Bauman (2004), “A cultura consumista como a nossa favorece o produto pronto para uso imediato, o prazer passageiro, a satisfação plena e instantânea nos relacionamentos” (p.21) Este autor associa o benefício, a satisfação imediata, o lucro e o descartável das relações amorosas à economia, aos investimentos financeiros, como se os relacionamentos tivessem se transformado em negócios, em que é necessário obter lucro, em que a gratuidade do amor incondicional não pode existir.

Bauman (2004), assim como Beltrão (1970), também busca melhor entender a fragilidade dos vínculos humanos atuais e aponta para o fato de que os indivíduos hoje tendem a se concentrar nas satisfações plenas, esperando obter apenas prazer nas suas relações. Na vida, no entanto, não há só flores, mas também espinhos. Assim, como assinala Petrini (2005),

*Simultaneamente, pode ser encontrada uma vertiginosa e inebriante devoção do presente e aos prazeres que é capaz de oferecer, livre de preocupações e de responsabilidades com o futuro, enquanto posturas niilistas negam qualquer condição de vida que mereça dedicação e sacrifício (p.77).*

Nas sociedades individualizadas contemporâneas, desejos e relacionamentos necessitam de improvisações pessoais e interpessoais, que são construídas a partir da vivência e de representações culturais. Entram em cena aqui a medicina e a psicologia como suporte de uma nova normatividade, que seria mais uma técnica das condutas e do funcionamento sexual. Os especialistas e a mídia nos ensinam que o compromisso e, em particular, o compromisso a longo prazo, é a maior armadilha a ser evitada, ao invés de nos ensinar a lidar com as frustrações, com os “espinhos” da vida. Os relacionamentos acabam adquirindo um sentido ambivalente ou, como afirma Bauman (2004), oscilam entre os “prazeres do convívio e horrores da clausura” (p.12). Nas palavras de Goldenberg (2003), “busca-se, uma individuação extrema (autorealização, autosatisfação, autoprazer, liberdade, espaço) dentro do relacionamento amoroso. Assim, as idéias de que tudo é separado e, ao mesmo tempo, tudo é negociado são potencialmente explosivas para o casal” (p.11). Deste modo, como aponta Petrini (2005),

*O individualismo moderno, alimentado pela sedução do novo, segundo os modelos oferecidos pela moda, promoveu uma ética lúdica e consumista, que foi abandonando não somente os valores das tradições religiosas, mas qualquer sistema de significado que exigisse disciplina, rigor, sacrifício, fidelidade aos compromissos assumidos, para perseguir as metas propostas. A afirmação de um estilo de vida independente, autônomo, caracterizado por escolhas livres, deu origem a um indivíduo instável, de convicções voláteis e compromissos fluidos (p.250).*

De acordo com Petrini (2005), isso estaria acontecendo na cultura contemporânea devido a uma mentalidade dominada pelo cálculo das conveniências, que reduz o espaço da gratuidade. O individualismo chegou a tal ponto que as pessoas só prezam a realização de sua liberdade e o prazer pessoal, banalizando o significado das coisas, superficializando as relações, seguindo uma lógica do mercado capitalista em que se avalia os custos e benefícios da relação. Desta forma, tudo que constituir um custo ou empecilho, ou for desprazeroso, é descartado sem nenhuma responsabilidade. Nas palavras de Petrini (2005),

*A exigência de satisfação no presente colocou em questão o ideal do sacrifício individual para o bem da família. O limite da disponibilidade individual ao sacrifício para o bem do outro ficou mais baixo, sendo mais rapidamente alcançado o ponto de saturação no relacionamento conjugal (p.245).*

Harvey (1992) pontua que o individualismo que vem crescendo a cada dia foi alimentado pela retórica coletivista dos movimentos sociais dos anos de 1960. A partir de então, a identidade pessoal foi se tornando fluida, interminavelmente aberta, em decorrência de inúmeras mudanças na qualidade de vida urbana a partir da década de 1970, acabando por modificar os relacionamentos amorosos e os casamentos.

Também para Simmel (1971), a constituição e a manutenção do casamento contemporâneo são muito influenciadas pelos valores do individualismo. Para este autor, no casamento contemporâneo há um aumento das expectativas, uma extrema idealização do outro e uma superexigência consigo mesmo, provocando

uma tensão e conflito na relação que pode levar à separação. Mais uma vez, a “satisfação plena e individual” parece vir em primeiro lugar.

Segundo Machado (2001), “o individualismo, na sua versão de alta modernidade, produziu inequívocos efeitos nas formas familiares, nos seus princípios e nos valores conferidos à esfera familiar” (p.12). Entre estes efeitos podemos citar a diminuição das famílias numerosas, o crescimento da coabitação, dos divórcios, das famílias pequenas, das famílias monoparentais, das famílias recombinadas e o fato do amor ter passado a ser visto como condição de permanência da conjugalidade. Nas palavras de Jablonski (1991), “o familiarismo se enfraquece cedendo lugar à autonomia, independência, liberdade e auto-satisfação” (p.17).

O enfraquecimento da família antiga também é descrito por Velho (1986), que aponta que, tradicionalmente, a aceitação da família era fundamental para que um casamento se realizasse. Contudo, para os casais contemporâneos, a questão da escolha pessoal se tornou intransferível. O que o autor assinala aqui é que houve um afastamento do casal de suas famílias de origem. Isso se torna possível porque, numa sociedade individualizada e psicologizada, existem recursos materiais e simbólicos que permitem que a identidade do sujeito dependa menos da família. Além disso, o próprio casamento implica em um afastamento das famílias de origem.

Segundo Giddens (2003), hoje em dia, as mulheres falam mais de relacionamento do que do casamento em si. As pessoas entram na relação apenas pela própria relação e só continuam enquanto ambas as partes consideram que extraem dela satisfação suficiente para cada uma das partes, individualmente. O autor chama a atenção para o tipo de relacionamento predominante nos dias de hoje, por ele denominado “relacionamento puro”. Nele, as pessoas entram na relação pela relação em si apenas, só permanecendo nela enquanto cada um dos cônjuges, individualmente, estiver extraído satisfação suficiente. Neste tipo de relacionamento amoroso, fica clara a forte presença do individualismo.

Este autor se refere também ao surgimento do que denomina “amor confluyente”, que decorre da emancipação da sexualidade feminina e da conseqüente fragmentação dos ideais do amor romântico. Giddens (2003) o descreve como um amor ativo, contingente, isto é, em que existe a possibilidade de algo acontecer ou não, e que se afasta da busca da idéia da ‘pessoa especial’, pois o que importa é o ‘relacionamento especial’. Nas palavras do autor, este “é um amor que entra em choque com as categorias de ‘para sempre’ e ‘único’ do amor romântico” (p.62). Segundo Machado (2001), contudo, “tais valores correspondem mais ao individualismo tal como generalizado nos segmentos médios da sociedade, escolarizados e psicologizados” (p.20).

Petrini (2005), assim como Giddens (2003), acredita que neste tipo de relação não é elaborado um projeto comum de vida e há uma sexualidade que não quer criar vínculos, a não ser momentâneos. Segundo o autor,

*Na sociedade atual, a nupcialidade poderá ser vivida como conseqüência da compreensão da importância que ela contém para a realização da pessoa. Não será mais um conjunto de circunstâncias biológicas, históricas e culturais que poderá induzir as pessoas a viverem a sexualidade no horizonte do amor nupcial, mas uma livre decisão, movida por uma autoconsciência capaz de escolher o que reconhece como mais adequado para proporcionar uma qualidade de vida melhor (PETRINI, 2005, p.240).*

Parece que a sociedade atual, em que é grande o número de separações e divórcios surge, em grande parte, como uma decorrência do surgimento de novas formas de amor, como é o caso do ‘amor confluyente’ de que fala Giddens (2003). Como conseqüência do alto índice de divórcios e recasamentos, criam-se formas alternativas de constituição familiar, como é o caso das famílias “reconstituídas” ou “recombinadas”. Pode-se falar hoje também no aumento de famílias monoparentais, isto é, sem a existência de um cônjuge residente no domicílio, sendo que, na maioria dos casos, a chefia dessas famílias monoparentais é feminina (FIGUEIRA,1987), algo que, apesar de comum nas camadas populares brasileiras, vem aumentando, a cada dia, nas classes médias urbanas.

Parece também que os relacionamentos atuais passaram a ser avaliados quantitativamente, pois, geralmente, as pessoas medem as vantagens que cada uma das partes pode extrair do relacionamento. Segundo Petrini (2005), a estabilidade de um relacionamento “será justificada até quando cada parte considerar suficientes os benefícios obtidos” (p. 244). Para o autor, os indivíduos parecem dispor de uma liberdade total, sem limites. Há uma busca da satisfação imediata, que aposta tudo no “aqui e no agora”, em que as pessoas envolvidas sentem-se livres das referências ao passado – que é rigorosamente rejeitado – e em que não há um projeto claro de futuro.

Dessa maneira, dá-se hoje grande ênfase à liberdade de escolha individual. A esse respeito, Velho (1986) ressalta que a valorização do indivíduo passa por um modelo psicologizante. Segundo o autor, existe uma forte ênfase na ‘descoberta de si mesmo’, na ‘liberação das repressões’, na ‘busca da autenticidade’, focalizando sempre as possibilidades de realização e/ou expansão de uma individualidade aceita como premissa. Assim, como ressalta Jablonski (2007),

*Os jovens priorizam a realização individual acima dos ditames normalmente cultivados pela vida em família, o que faz prever o aumento de conflitos em suas futuras uniões, caso mantenham tais perspectiva de vida, ligadas ao elogio da autonomia, da independência e da satisfação pessoal (p.205).*

A liberdade de escolha no que diz respeito aos relacionamentos amorosos é mencionada pelas mulheres que participaram de pesquisa realizada por Rocha-Coutinho (2004). Nesse estudo, apesar das entrevistadas valorizarem a liberdade de escolha, muitas vezes, tal liberdade parece situar estas mulheres diante de impasses que não eram vistos como tal. Assim, ao mesmo tempo em que, em seu discurso, elas desvalorizam antigos padrões sociais femininos, acabam por se enquadrar no que delas tem sido esperado e aceito socialmente. Como afirma a autora, “elas demonstram dificuldades em abandonar aspectos tão firmemente ligados aos papéis femininos tradicionais” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p.117).

Rocha-Coutinho (2004) observou também que, nos dias de hoje, o discurso social privilegia a inserção da mulher de classe média no mercado de trabalho. Diante

disso, elas têm deixado, pelo menos por um tempo, o casamento e os filhos em segundo plano, para privilegiar o investimento em uma carreira profissional. Apesar disso, continuam a valorizar o amor, o papel do ritual do casamento, com seu aspecto simbólico, quando encontram o que consideram a pessoa “ideal”.

Beltrão (1970) acredita que, quando o amor foi acionado como condição para o matrimônio, condenou-se a estabilidade conjugal porque as pessoas passaram a reduzir o conceito de amor ao elemento passional, intensificando a vida erótica do casal. Uma vez que o apego sexual é notoriamente instável, os casais que se apóiam em tal base sujeitam-se a ser facilmente fragmentados. Na medida em que a gratificação erótica se torna um elemento essencial na existência do casal, o risco de dissolução matrimonial aumenta. Para o autor,

*O elemento passional é por demais lábil para poder constituir uma sólida base da estabilidade matrimonial. Eis talvez, porque a maior parte das falências matrimoniais ocorre bem cedo, nos primeiros 10 anos, com um aumento sensível da porcentagem a partir do terceiro ano de matrimônio (p.121).*

Jablonski (1991) assinala que o amor pode ter-se tornado um fator de união e de desagregação do casamento contemporâneo, porque o amor firmou-se como o único critério para que ocorra o casamento. Assim, segundo o autor, as pessoas vão desfazendo suas uniões quando ocorre uma mudança da paixão para o companheirismo, pois elas percebem isso não como mudança, mas sim como um sinal de que o amor acabou. Nas palavras do autor, o “casamento baseado neste sentimento mágico, é como querer construir um castelo em cima de uma pedra de gelo. E nossos jovens parecem acreditar firmemente nessa espécie de mito. Com isso tenderão a perpetuar a crise” (p.83).

Kipnis (2007) tenta chamar a atenção aqui para o fato de que o amor também está sujeito à regulação social. Para ela, “a quantidade de conselho sobre como amar adequadamente é tão infinita quanto são limitadas às formas aprovadas que o amor assume” (p.51). A autora aponta para o fato de que o matrimônio também é uma forma social regulada pelo estado e se questiona porque a sociedade continua a idealizar as relações amorosas duradouras e monogâmicas quando as brigas, as



separações, o divórcio, a infidelidade e os casamentos infelizes são cada vez mais comuns. Para ela, o advento do capitalismo trouxe consigo a ideologia do hedonismo (prazer como finalidade de vida) para garantir o propósito social de produtividade e consumo, e este hedonismo também se instaurou na vida familiar e nos relacionamentos amorosos. Segundo a autora,

*Para obter consenso e continuidade, qualquer sociedade precisa produzir os tipos de estrutura de caráter e tipos de personalidade necessários para que ela atinja seu objetivo – perpetuar-se – moldando os desejos de uma população para que se ajustem a determinados propósitos sociais (KIPNIS, 2007, p. 46).*

Também para Jablonski (1991), “A cultura desempenha uma clara, ainda que invisível pressão para que venhamos a agir desta ou daquela maneira, tudo muito ‘naturalmente’, é claro” (p.78). Esta pressão cultural ocorre, em grande parte, através dos meios de comunicação. Existe, assim, uma grande influência dos meios de comunicação de massa sobre as altas taxas de divórcio. Na opinião de Gettleman (1978), “A intensidade de propaganda para o casamento, tende, irônica e tragicamente, a minar a possibilidade de felicidade matrimonial” (p.14). A sociedade promete felicidade para quem se casar, ou seja, somos condicionados socialmente por um conjunto de pressões e expectativas.

É de se esperar que os casamentos que resultam basicamente de pressões sociais contenham brechas e não é surpresa que mais de 90% das pessoas que se divorciam voltem a se casar. Com todo esse tributo à vida conjugal não temos muitas opções de escolhas. As mulheres, por exemplo, são “programadas” para a maternidade desde o instante em que nascem, e os homens para ver no casamento a possibilidade de constituição de uma família. A palavra família, segundo Goldenberg (2003), designa:

um grupo social possuidor de pelo menos três características: tem sua origem no casamento; é constituído pelo marido, esposa e filhos; os membros da família estão unidos entre si por laços legais, direitos e obrigações econômicas, religiosas ou de outra espécie, um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, divisão sexual do trabalho e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos (amor, afeto, respeito, medo) (p. 2).

Goldenberg (2003) constatou em sua pesquisa com homens e mulheres brasileiros que nas respostas dos pesquisados havia uma contradição com relação a um modelo hegemônico de casamento. De um lado, aparecia o desejo de um modelo de família nuclear vivendo sob o mesmo teto e, de outro, a idealização do modelo “de cada um em casas separadas”, independentes economicamente e com total liberdade e privacidade. Diante dessa contradição as mulheres vivem com intensidade o dilema entre “mudar” ou “manter o mesmo”, o que leva à coexistência de um padrão tradicional de ser mulher (a “virgem” e “esposa-mãe”), voltado para o mundo doméstico, e um novo modelo de mulher que trabalha, que atua politicamente, que busca o prazer sexual.

A década de 1970 foi uma década de mudança de padrões, com a emergência de novas formas de relação entre os sexos e de expressões da afetividade. Surgiram versões inéditas de conjugalidade e modelos alternativos de relações entre os sexos. A coabitação sem vínculos legais ou união consensual como alternativa ao casamento se torna cada vez mais expressiva numericamente e aceita legal e socialmente (e a duração destas uniões informais tende a ser cada vez menor). Também o tamanho das unidades domésticas tende a diminuir ainda mais, com o decréscimo do número de filhos. Além disso, crescem os recasamentos e as famílias recombinações (GOLDENBERG, 2003). Nas palavras de Goldenberg (2003),

O divórcio, a união livre, as recomposições familiares abalam o que se chamava, até há pouco tempo, de “modelo de família ocidental”. Este modelo será ainda mais abalado com as novas técnicas de procriação. A doação de óvulos, a fecundação por inseminação artificial ou *in vitro*, a possibilidade de clonagem de seres humanos, levam a que se ponha em causa os princípios fundamentais sobre os quais se assenta o nosso sistema de parentesco: sexualidade e parentesco são dissociados, paternidades e maternidades são multiplicadas (genética e socialmente), o nascimento de um filho não provém necessariamente de um casal (p.4).

Já Goode (1969) considera o divórcio um elemento importante nos sistemas familiares ocidentais, uma válvula de escape para a tensão que, inevitavelmente, surge do fato de duas pessoas terem que viver juntas. O autor demonstra que a

mudança mais notável nesta área, em relação à família, está naturalmente na diminuição do estigma social ligado ao divórcio: “Alterações nas leis nos EUA, no último meio século, tornaram o divórcio mais fácil de ser obtido; é, porém, a atitude e as definições dos juízes e da sociedade ao darem nova interpretação a antigos dispositivos legais, que tem permitido maiores facilidades no divórcio” (P.119). Uma consequência dessa facilidade é que os divórcios podem ocorrer mais cedo no casamento, em parte porque se pode encontrar alternativas para o casamento existente, e o estigma já não é tão grande. Aqueles que acham difícil suportar um casamento podem, assim, procurar agora dele sair mais cedo do que antes.

Com toda essa liberdade de desfazer e refazer as relações afetivas surge a oportunidade de se conquistar uma melhor qualidade de vida para os casais, mas, ao mesmo tempo, promove-se uma experimentação sem limites que acaba comprometendo a própria qualidade de vida, tendo em vista que o processo de separação é sempre doloroso. Em pesquisa realizada por Féres-Carneiro (2003), este processo foi descrito por homens e mulheres como um processo difícil e sofrido. Por mais que possa ser a melhor solução dos problemas, em muitos casos, a separação é sempre vivenciada como uma situação extremamente dolorosa.

Para Féres-Carneiro (2003), no caso das separações, “os cônjuges se divorciam não porque desqualificam o casamento, mas porque o valorizam tanto que não aceitam que a relação conjugal não corresponda às suas expectativas” (p.368). Portanto, longe de significar uma desvalorização do casamento, o divórcio, para a autora, reflete uma exacerbada exigência dos cônjuges. Ela acredita que talvez por isso a maior parte dos divorciados acabe caminhando para o recasamento.

Diante destas mudanças, as mulheres que tanto lutaram nas últimas décadas pelas transformações dos papéis e comportamentos femininos são confrontadas hoje com paradoxos e contradições, como aponta Goldenberg (2003), com base nos resultados de pesquisa por ela desenvolvida. A autora observou que os valores enfatizados hoje em um casamento são a liberdade, a individualidade e a sexualidade, e que os homens os priorizam mais do que as mulheres. Estas, segundo a autora, enfatizam muito mais os valores associados ao amor-romântico, como encontrar a “cara metade”, o companheirismo, a cumplicidade e a dedicação,

bem como os projetos e interesses em comum, a interdependência e a complementaridade entre os cônjuges. Elas dão também mais destaque à fidelidade, à intimidade, ao romantismo, à admiração e à segurança. A autora pontua também que as mulheres passaram a exigir muito mais de seus relacionamentos afetivo-sexuais. Quanto mais independente economicamente é a mulher, mais exigente ela se torna com relação a seu parceiro amoroso.

Scott (1990) assinala que as mulheres não querem mais casar a qualquer preço. Preferem viver sós do que mal acompanhadas e têm mais medo da solidão a dois do que da vida sem um parceiro amoroso. Por outro lado, também é possível detectar um movimento de mulheres que preferem largar o trabalho e cuidar só da casa e dos filhos caso o marido possa sustentar a família apenas com o seu salário. São mulheres que não têm vergonha de abrir mão da autonomia e da realização profissional porque se sentem mais felizes dentro do lar, cuidando da educação e do bem-estar de seus filhos.

O que se pode observar, assim, é que, ao contrário de uma total ruptura com antigos modelos de “ser homem” e “ser mulher” e de conjugalidade, o que se pode observar hoje, é ainda um processo de convivência, muitas vezes conflituosa, entre comportamentos e valores “tradicionais” e aqueles considerados “modernos”. Mas, quando estes conflitos acarretam a dissolução do relacionamento, como as mulheres vivenciam este processo de separação? Como elas conciliam o desejo de compromisso com o de preservação dos espaços individuais? Como conciliam a necessidade de cumplicidade com o respeito à privacidade e à individualidade, o trabalho fora de casa com a atenção ao lar, a permanência dos ideais românticos tradicionais (estabilidade, segurança e fidelidade) com os novos ideais modernos (privacidade, autonomia e independência)? É por estas e outras questões que estamos desenvolvendo esta pesquisa que busca melhor compreender, a partir dos discursos de mulheres que vivenciaram um processo de separação, como elas vêem hoje os relacionamentos afetivos, de modo geral, e o casamento, em particular.

## CAPÍTULO 3 – NOSSO ESTUDO

### 3.1. METODOLOGIA

Tendo em vista as considerações acima, o presente estudo objetiva investigar, como assinalamos antes, as visões de relacionamento afetivo e conjugalidade de mulheres de diferentes gerações que passaram por um processo de separação que, como vimos em nossa revisão teórica, pode ser bastante doloroso. Para a coleta dos dados, fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas que seguiram um roteiro previamente elaborado (em anexo). Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento das entrevistadas e posteriormente transcritas na íntegra. Para proceder à análise e interpretação dos dados, submetemos os textos resultantes da transcrição das entrevistas a uma análise de discurso, a partir das seguintes categorias: Expectativas e vivência do casamento; Processo de separação e Reflexões e visão atual sobre casamento.

Estamos fazendo uso de uma análise de discurso porque acreditamos que ela é um meio altamente eficaz de se captar os sistemas de idéias, e as transformações por que estes vêm passando, que constituem as ideologias daquele determinado grupo. Ao nosso ver, eles se encontrariam presentes no discurso dos sujeitos. É importante acrescentar aqui que, apesar dos indivíduos estarem expostos, no seu cotidiano, a contextos sociais distintos, a análise de discurso entende a fala individual como uma mescla das diferentes falas com que os indivíduos tiveram contato no transcorrer de sua vida e, portanto, ela não é estática, mas, antes, abarca discursos múltiplos e, por vezes, contraditórios.

A análise das entrevistas foi realizada com o intuito de se estabelecer uma melhor compreensão sobre o tema de estudo, podendo ou não responder às questões formuladas e, assim, ampliar o conhecimento sobre o assunto investigado. O mínimo de entrevistas a serem realizadas não foi definido a

priori, uma vez que, como aponta Alberti (1989), é ao longo da coleta de dados que o número de entrevistas de um estudo qualitativo pode ser definido. Para Bertaux (1980, em ALBERTI, 1989), é quando nenhum novo conteúdo surge de uma entrevista para outra que se pode decidir pelo fim da coleta de dados.

Assim, procuramos realizar um estudo qualitativo, sob o enfoque psicossocial, sobre a visão das próprias mulheres entrevistadas a respeito dos relacionamentos afetivos e da conjugalidade. Acreditamos, com isso, estar colaborando para ampliar a discussão acerca das manifestações do feminino na sociedade atual, de maneira geral, e da visão sobre o papel e a importância dos relacionamentos afetivos e da conjugalidade para mulheres que passaram por um processo de separação, em particular.

### 3.2. GRUPO ESTUDADO

Para este estudo foram realizadas três entrevistas com mulheres cariocas separadas, com idades entre 48 e 60 anos, que iniciaram um casamento “mais tradicional” e três entrevistas com mulheres separadas, entre 30 e 45 anos de idade, que passaram por casamentos que poderíamos chamar de “mais contemporâneos”, totalizando 6 entrevistas.

Inicialmente, a proposta de trabalho era entrevistar mulheres casadas da mesma faixa etária. Porém, achamos interessante dividirmos nossas entrevistas em dois grupos de faixas etárias distintas, a fim de podermos observar possíveis diferenças na visão de mulheres que passaram por casamentos mais tradicionais e contemporâneos sobre as questões do nosso estudo. O fato de nossas entrevistadas terem ou não filhos não foi levado em conta em nossa escolha. Consideramos, assim, apenas a vivência de um casamento e o fato delas não terem se casado novamente, na seleção de nossas entrevistadas.

O contato com as participantes se deu a partir da rede social da própria pesquisadora, isto é, através de amigos e colegas de profissão, entre outros, que conheciam mulheres que se separaram e que ainda não haviam se casado

novamente. A escolha por entrevistar mulheres de diferentes faixas etárias partiu da idéia de que a separação pode ocorrer em diferentes momentos da vida da mulher. Além disso, isto possibilita, ao nosso ver, que se observe também se o fato das mulheres terem sido criadas em momentos históricos distintos as leva a apresentar concepções diferenciadas acerca da conjugalidade.

Finalmente, optamos por entrevistar mulheres dos setores médios da população porque acreditamos que são elas que estão enfrentando as maiores dúvidas e conflitos em relação aos seus papéis na sociedade, uma vez que sua entrada no espaço público, além de ter sido fruto de uma escolha pessoal, foi mais recente. Para conhecermos um pouco de cada uma das entrevistadas, daremos, a seguir, algumas características das mesmas:

. ENTREVISTADA 1 - M.L, 54 anos. Residente em Jacarapaguá, mora sozinha, é psicóloga e se encontra desempregada até o presente. Tem dois filhos.

. ENTREVISTADA 2 - A.G, 52 anos. Residente em Copacabana, mora sozinha., é Bióloga e professora Universitária. Tem um casal de filhos.

. ENTREVISTADA 3 - H.L, 48 anos. Residente na Barra da Tijuca, mora com a filha, é analista de Sistemas e trabalha em uma empresa.

. ENTREVISTADA 4 - M.R, 43 anos. Residente na Barra da Tijuca, mora com a filha bebê, é produtora de TV e faz faculdade de designer de interiores à noite

. ENTREVISTADA 5 - A.D., 40 anos. Residente no Méier, mora com o filho de 20 anos, é administradora de empresa e trabalha em uma empresa de médio porte.

. ENTREVISTADA 6 - P.R, 30 anos. Residente no Flamengo, mora sozinha, é microbiologista, trabalha em um laboratório e faz doutorado. Não tem filhos.

Todas estas mulheres são formadas, têm uma carreira profissional e, exceto por uma delas, todas têm filhos. Nossas entrevistadas foram divididas em dois grupos de análise, aquelas que tiveram casamentos mais tradicionais e que já se separaram há 20 anos atrás e as que tiveram casamentos contemporâneos

e que se separaram, em média, há um ou dois anos atrás, e buscamos destacar os aspectos semelhantes e divergentes na fala das entrevistadas.

### 3.3. ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.3.1. EXPECTATIVAS E VIVÊNCIA DO CASAMENTO

Nesta categoria analisamos questões referentes à idéia que as mulheres tinham sobre o casamento antes de se casar, quais eram suas expectativas com relação à união, que tipo de esposa se imaginavam, com que tipo de marido sonhavam, que mudanças esperavam que o casamento pudesse trazer para suas vidas. Além dessas questões, procuramos entender se estas mulheres desejavam ou sonhavam se casar e de que maneira passaram do namoro para o casamento. Assim, esta categoria foi dividida nas seguintes subcategorias: Expectativas sobre o casamento; Vivência e mudanças trazidas pelo casamento e Problemas enfrentados no casamento.

##### A. Expectativas sobre o casamento

O olhar sobre o casamento depende do nosso ponto de referência. Ao falarmos sobre os significados individuais da experiência de casamento para nossas entrevistadas, bem como a respeito dos recursos que cada uma delas lança mão para o desenvolvimento de sua história, esbarramos nas mudanças culturais que estamos vivenciando e somos levados a focar essas mudanças que podem ser observadas ao compararmos os dois grupos de mulheres entrevistadas, aquelas que estavam envolvidas em casamentos tradicionais e as que estavam envolvidas em um casamento contemporâneo.

Quando perguntadas sobre as expectativas que tinham antes de se casar, as *Mulheres de Casamentos Tradicionais* fizeram menção ao casamento de seus



pais, sendo que a maioria delas afirmou buscar o oposto do que observavam no casamento deles, como se pode observar nas falas abaixo:

Na verdade minhas expectativas não eram muito boas não, porque o casamento dos meus pais era, quer dizer... assim....como minha mãe falava... era pra uso externo, pra sociedade parecia normal, porque minha mãe não comentava as coisas e tal e também depois de um tempo, minha mãe não sabia que meu pai traia ela, tinha amantes e etc. Eu queria ser exatamente o oposto dos meus pais, mas agora é muito difícil de saber né, quer dizer, eu sei, eu tinha consciência que o casamento dos meus pais era uma porcaria, eu queria fazer diferente, e certamente eu fiz muito diferente, mas não foi eficiente, né, quer dizer, foi bom enquanto durou né, mas durou muito pouco, a gente ficou casado mesmo 6 anos (A.G, 52 anos.)

Eu tinha uma idéia de que casamento me daria uma família né, eu queria que esse casamento fosse eterno, né. Eu vinha de uma família onde minha mãe já tinha separado, eu não tinha um pai, eu sou filha vamos dizer da mãe solteira na época e minha mãe casou mais duas vezes. Eu queria o oposto do casamento dos meus pais, eu queria aquele casamento eterno, filhos, viver com ele a vida inteira, envelhecer com ele, né, só que não saiu igual eu imaginava (M.L, 54 anos).

Já as *Mulheres de Casamentos Contemporâneos* se referiram a valores mais modernos, como companheirismo, cumplicidade, continuação do namoro e manutenção da individualidade, como se pode ver a seguir:

O casamento pra mim é união, paz cumplicidade, eu acho que o mais importante é a cumplicidade e que a gente fosse “felizes para sempre”. Eu acho que isso é importantíssimo para manter uma relação. Eu esperava em primeiro lugar o amor e em segundo a cumplicidade. O amor amadurece. No início é aquela paixão, aquela coisa toda, depois ele amadurece. Ele se torna um sentimento gostoso (A.D., 39 anos).

Eu acho que a gente quer estar junto de quem a gente gosta, poder compartilhar os momentos, mas sem também anular todo o resto da vida. Essa era a minha expectativa, que eu conseguiria manter todos os meus vínculos que são muito fortes de família e amigos e trabalho, além disso, fortalecer o vínculo com o meu parceiro, meu companheiro (P.R, 30 anos).

Na fala de P.R, acima, observamos, inclusive, uma preocupação em conciliar a vida a dois com sua vida particular, os amigos, o trabalho. Apareceu nela a necessidade da mulher existir e ter um espaço próprio, de manter sua individualidade. Como assinala Meirelles (2008), há, atualmente, uma oscilação entre o pertencimento e a autonomia. Segundo esta autora, uma vez que as mulheres se consideram autoras da própria vida, elas estão voltadas para a busca de responsabilidade por suas próprias escolhas, tanto no âmbito amoroso quanto sexual, enfim, elas almenjam poder manter sua individualidade ao lado de uma outra pessoa.

Apesar das *Mulheres de Casamentos Contemporâneos* associarem as suas expectativas sobre casamento a valores mais modernos, ao longo da entrevista, abordaram também a forte influência do casamento de seus pais sobre seu próprio casamento. Essa influência é discutida por Carter e McGoldrick (2001) que afirmam que, em um casal, a família de origem sempre vai estar presente, pois em nossos casamentos, agimos de acordo com a maneira pela qual fomos educados, com algumas modificações baseadas na experiência pessoal. Somos guiados por ideais vindos do passado. Se nossos pais tiveram um casamento infeliz, podemos tentar assegurar que o nosso será diferente do deles, assim como podemos observar nas falas abaixo:

Eu não quero aquilo que aconteceu com meu pai e com minha mãe, não quero aquilo, quando eu falei: nossa! Eu to vivendo aquilo. Ah então eu vou sair. Ai eu enfiei a minha filha de baixo do braço e fui embora. Meus pais era aquele casamento infeliz, aquela coisa de ah eu to casada, ruim com ele pior sem ele né. Ah eu to casada e vou ficar com meu marido aqui do lado, eu to casada, mas é o meu marido (M.R, 40 anos).

Eu nunca tive problemas com pais separados, ah porque meu pai e minha mãe estão separados, pelo contrário, mas talvez essa separação deles tenha feito com que eu sempre buscasse ter uma família, não que fosse uma separação com briga, pelo contrário, meu pai era presente e tudo, mas eu acho que lá no fundo eu precisava disso, sempre precisava e preciso disso (A.D., 39 anos).

Minha mãe foi uma pessoa que se anulou em relação à família, pelos filhos, porque naquela época era muito mais comum essa coisa do marido falar, você não precisa trabalhar. Eu preso muito, a minha independência profissional, essa era a idéia que eu tinha de um casamento legal. Meus pais tinham um relacionamento de brigas e agressões verbais e eu sempre quis um modelo contrário daquilo, e eu achava que nessa pessoa que eu tinha encontrado que eu ia conseguir ter esse modelo diferente porque ele também tinha um modelo que ele queria renegar né, os pais deles tinham se separado (P.R, 30 anos).

O casamento tem sido o grande definidor da identidade feminina ao longo dos séculos, como discutido em nossa parte teórica, e, até recentemente, selava um compromisso entre desiguais, uma vez que as relações conjugais sempre foram baseadas na submissão da mulher ao homem, a partir de estereótipos que foram sendo pouco a pouco naturalizados. Quando perguntamos o tipo de esposa que estas mulheres se imaginavam antes de se casarem, estes estereótipos de submissão e de dependência apareceram na fala das mulheres de ambos os grupos, demonstrando, assim, que, apesar das transformações culturais dos últimos tempos, estes estereótipos se mantiveram de alguma forma, em maior ou menor grau no interior de nossos sujeitos, como se pode ver nas falas abaixo:

Eu acho que eu me imaginava justamente essa esposa que eu fui. Voltada totalmente pro marido, pros filhos, a dona de casa. Eu achava que eu queria mesmo aquilo, ser a mulher de um homem só, viver pros meus filhos, pra minha casa, né, foi isso mesmo que eu imaginei e depois eu levei isso pro meu casamento. (M.L, 54 anos).

Me imaginava submissa, dona de casa, juro. Nunca trabalhei, eu só fui trabalhar mais tarde. Eu me casei, aí fiz faculdade e não trabalhava, tinha meu filho, mas o que eu queria realmente era...assim, eu queria fazer um curso, mas essa possibilidade de ter outro filho, de cuidar de casa, eu imaginava isso, ser dona-de-casa. Mas conforme o tempo foi passando eu vi que havia necessidade de um complemento, precisava trabalhar (A.D., 39 anos).

Eu sempre fui uma excelente dona de casa, é sempre gostei e eu acho que eu fui a esposa que eu imaginava que eu fosse, de cuidar da casa, apesar de cuidar da casa, de ter um monte de coisa, de ter este espaço de fazer as coisas pra casa, de ta com ele, de....não sei, acho que eu sempre fui muito companheira e na verdade eu continuo sendo (M.R, 40 anos).

Apesar de todas elas terem se formado e trabalhado no espaço público, incorporando os novos papéis da modernidade, podemos observar, ainda hoje, como se pode ver nas falas acima, a presença do discurso social tradicional que atribuía à mulher todos os encargos da casa. Assim, como aponta Rocha-Coutinho (2000), “parece que a identidade feminina não foi substancialmente alterada, mas sim ampliada para incluir novos papéis da mulher” (p.9).

Parece que, para a maioria delas, a família ainda é vista como uma prioridade, mesmo que, para isso, elas tenham que sacrificar possíveis satisfações em termos de crescimento profissional. A naturalização dos estereótipos femininos parece ter sido reforçada também pelo fato de todas as mulheres de ambos os grupos, ao serem perguntadas sobre como se imaginavam como “esposa”, associaram isso aos afazeres domésticos, aos cuidados e à dedicação ao lar e ao marido, ainda que, para elas, tenha havido nascido mudanças da geração de suas mães para a delas:

Eu me imaginava uma pessoa nula com relação a cozinha e coisas do tipo, e aí isso se mostrou diferente no casamento porque a gente casou, ele sabia cozinhar e a gente acabava indo junto pra cozinha, e acabou sendo legal essa parte e eu acabei desenvolvendo em mim um gosto pela parte de culinária que eu não tinha, e que era uma coisa que eu tentava anular em mim porque eu via a minha mãe muito na cozinha e ela meio que tomava conta do pedaço e não me deixava chegar muito também, enfim. Então, foi um bloqueio que eu desfiz (P.R, 30 aos).

Eu nunca parei pra me imaginar esposa não ...riu....aiaiaai...ah mais ou menos que nem minha mãe, mas a minha mãe era dona de casa, não trabalhava, eu acho que esse negócio da mulher trabalhar fora também ajuda por um lado porque ambos tem alguma coisa pra falar, se não fica só falando de filho, de empregada, de coisas da casa (H.L, 50 anos).

Segundo Meirelles (2008), as mulheres definiam seu eu por meio do trabalho doméstico em decorrência dos ditames da sujeição biológica que demarcou ao longo dos séculos o espaço das mulheres: a maternidade, preferencialmente dentro do casamento, e a dedicação dos cuidados com a prole, o marido e a

casa. Até hoje, muitas vezes sem se dar conta, a mulher continua a contribuir para a preservação do esquema machista que prevaleceu na sociedade tradicional e contra o qual ela própria se rebelou.

Ao longo do tempo, diferentes concepções de amor se instalaram e se impuseram como predominantes em nossa cultura e, de um modo geral, originaram diferentes significados do que é fazer parte de um par amoroso, do que é amar e se sentir amada, dos comportamentos esperados ou sinalizados sobre o amor do outro por si e vice-versa, das condutas modeladoras do ser feminino na constituição e manutenção do casal, entre outras coisas. Os ideais de amor romântico e os preceitos higiênicos também contribuíram para a construção do ideal que fazemos do outro na relação amorosa.

Em relação a este ponto, algumas das *Mulheres de Casamentos Tradicionais* demonstraram a influência do amor romântico na forma como elas idealizaram seus maridos, pois esperavam encontrar no casamento um príncipe encantado e um amor romântico:

Eu sonhava com um marido realmente que fosse aquele príncipe encantado, eu tinha, com tudo, que chegasse num cavalo branco né, e que chegava e me tomava e que me amasse. Realmente, mas me amava assim da forma como eu esperava que me amasse (M.L, 54 anos).

Para Giddens (1992), o amor romântico era um amor tipicamente feminino, pois cabia às mulheres suavizar a natureza rude e instável do amado, que se mantinha frio e distante até que seu coração fosse conquistado. Giddens (1992) mostra como os homens foram introduzidos, nas transformações que afetam o casamento e as relações pessoais, pelas mulheres. Na medida em que, para os homens, o apaixonar-se permaneceu vinculado à idéia de acesso à mulher, cuja virtude era protegida até o momento em que a união fosse santificada pelo casamento, o amor romântico era desvinculado da intimidade e entrava em conflito com as regras da sedução. Os homens ficaram, assim,

especialistas nas técnicas de sedução e conquista e não nas questões de intimidade.

Já no grupo de *Mulheres de Casamentos Contemporâneos*, uma delas apresentou um discurso de dependência em relação ao marido, de necessidade de proteção, um tipo de discurso ainda marcado pelos preceitos higiênicos:

O que eu imaginava de um marido é o que imagino até hoje, eu pretendo encontrar ainda, não sei, mas uma pessoa que me entenda, que me escute, que seja meu protetor né, e eu vou te dizer até que uma coisa meio paterna, aquela coisa de cuidar, de cuidar de mim mesmo, uma pessoa dedicada a mim, comprometida. (A.D., 39 anos).

Parece, assim, que ainda hoje esbarramos em antigos discursos definidores da identidade masculina e feminina, resultando na coexistência de discursos contraditórios e conflitantes. As outras mulheres deste grupo, contudo, idealizavam um companheiro, alguém para estar junto, como se pode ver a seguir:

Eu imaginava que ele fosse mais companheiro, eu acho que teve uma grande acomodação sabe e aí eu sempre brincava vou casar com homem mais novo vai ser sexo, drogas e Rock' Roll, porque ele era bem mais novo né. Eu hoje em dia descobri que a gente tem que escolher bem o pai dos nossos filhos, marido você pode ter um monte (M.R, 40 anos).

Com um marido compreensivo, afetuoso, alguém para compartilhar todos os momentos (P.R., 30 anos).

Segundo Colombo; Starling; Schauff; Setton; Salomão; Toledo; Meirelle; & Ponzoni (2008), os valores que a mulher carregava em relação ao casamento estavam fundamentados em um discurso ideológico, sempre utilizado pela cultura patriarcal para manter a organização social, e era essa mesma cultura que interpretava os mais íntimos pensamentos, sentimentos e necessidades da mulher. E todo esse crivo ideológico que a mulher leva para o casamento acaba gerando conflitos e frustrações quando ela se depara com a realidade em que vive, como se pode ser visto nas falas abaixo:

Eu fui muito amada sim, mas à forma dele, ele tinha um jeito muito estúpido de amar, muito machista, muito ciumento, e até dentro do relacionamento sexual a gente... é.....mesmo não estando com desejo, não estando com vontade, eu era obrigada a me submeter a cama porque ele dizia que eu tinha que cumprir minhas obrigações de esposa (M.L, 54 anos).

Carinhoso, atencioso amigo, companheiro, né. Principalmente assim fiel, o problema é que fiel não existe! (A.D., 39 anos).

Na fala de M.L, 54 anos verificamos a influência dos ideários de amor romântico “domesticado”, do cristianismo trazido pelo europeu colonizador e dos preceitos higiênicos que, segundo Paulino (2008), preconizaram que a paixão devia ser abolida e o sexo comedido, pois os prazeres da carne eram considerados pecaminosos e as emoções da infidelidade, mesmo que apenas imaginadas, eram privilégio do homem e absolutamente incompatíveis com as expectativas que deveriam nortear a conduta da mulher.

Duas mulheres do *grupo de Casamentos Tradicionais* quiseram se casar para se livrar da opressão que sofriam de seus pais:

Eu acho que a gente casou meio que pra fugir de casa, cada um tinha mil problemas dentro de casa, e a gente casou, quer dizer, é lógico que a gente gostava um do outro, etc, etc, mas eu acho que o objetivo, o motivo assim pra gente ter casado tão cedo e tudo, tão cedo no sentido que a gente não tinha condições financeiras mesmo pra casar e tal, foi porque a gente não agüentava mais ficar em casa e certamente esse não é o melhor motivo pra se casar. (A.G., 52 anos.)

Me casei para poder sair de casa porque meus pai me prendia muita. Talvez eu teria me precipitado um pouco, talvez eu conheceria outra pessoa , não sei (H.L, 50 anos).

Quando perguntamos como elas passaram do namoro para o casamento, referiram-se tanto à opressão que sofriam de suas famílias quanto à pressão para que se casassem por serem mulheres:

Eu ficava muito presa em casa porque meu pai não deixava eu ir a festa, não deixava eu ir a baile nenhum, então eu ficava muito presa. Ai ele falou casa comigo aí eu disse caso. Aí eu só esperei eu fazer 21 anos. Ai sai de casa porque meu pai me prendia, eu trabalhava, eu já tinha minhas coisas, então ta na hora de casar mesmo (H.L, 50 anos).

A minha família toda começou a me dar presentes naquele aniversário, presentes tipo um liquidificador, um conjunto de lençóis de casal, só que a gente não tinha marcado nada, quer dizer, eu acho que casaram a gente. Meu pai me disse quando eu comecei a namorar você não vai mais namorar ninguém, é com este que você vai casar, foi mais ou menos assim. (A.G., 52 anos.)

As mulheres eram criadas para casar, pois delas eram esperadas funções condizentes com o binômio esposa-mãe. Em função disso, sofriam pressão por parte dos pais e da sociedade para se enquadrarem nesse modelo. Segundo Paulino (2008), esses ditames foram reforçados principalmente após a incorporação dos preceitos higiênicos de saúde divulgados pela medicina, que ressaltavam a importância dos cuidados com a prole.

Além disso, os valores de virgindade e fidelidade incidiam somente sobre as mulheres. Aos homens admitia-se uma maior necessidade sexual, que justificava a infidelidade caso fossem bons provedores. Souza (2008) aponta que havia uma exigência sobre as mulheres de remodelarem sua personalidade para ficarem de acordo com os desejos e necessidades do marido, e este também deveria se adequar aos ideais sociais, inclusive no sentido de mantê-la sob vigilância e proteção.

A família sempre foi considerada importante, na medida em que ajuda cada um a constituir-se como indivíduo autônomo. Essa função da família é evidenciada na fala de mulheres de ambos os grupos através do desejo de casar-se para construir uma família sua, um lar como o idealizavam:

Eu queria ter a minha casa, o meu espaço, e a história da família. Ao longo dos anos eu me analisando, né, e depois muita terapia também, eu vi que era o que eu realmente gostava aquela união da família, aquela coisa constante, calma e serena, porque a minha família era muito conturbada, a mãe separou, a minha avó separou uma confusão danada, muita briga (M.L, 54 anos).

Pra ter uma família, pra ter filhos, eu idealizava muitos filhos, eu idealizava, agora já passou né. Uma casa com muitos filhos, com neto, por isso (A.D., 39 anos).



Estas mulheres definiram casamento como "constituição de família". Este desejo de se casar para ter uma família entra em contradição com as vivências contemporâneas de casamento, pois, ao mesmo tempo em que os laços de dependência são vistos como necessários, eles são negados. No laço conjugal, assim como na família, a necessidade de interdependência e a negação desta necessidade criam tensões internas. Podemos observar na fala de algumas das nossas entrevistadas certas mudanças, ocorridas com a separação, em seu ideal de casamento que tinham antes e no que têm agora, como se pode ver nas falas de PR, a seguir:

Eu sempre quis ter uma família, tudo direitinho como manda o figurino, como a sociedade pede de casar na igreja e ter filhos (P.R, 30 anos).

Hoje eu vejo um casamento como um namoro eterno, cada um com sua independência, não necessariamente na mesma casa. Eu vejo o casamento como um relacionamento, como um namoro, eu hoje não sei se eu devo morar mais na mesma casa (P.R, 30 anos).

Por mais que haja o desejo de constituir uma família, para as mulheres, o casamento é, sobretudo, uma "relação de amor" e, quando esta vertente amorosa – admiração, intimidade e relacionamento sexual – não vai bem, o conceito de família desaparece, perde o sentido, e a separação parece ser inevitável.

Segundo Salem (1980), a socialização feminina preparava as mulheres para atuar na esfera doméstica promovendo a "internalização de papéis socialmente determinados (p. 45)", fazendo com que o casamento se tornasse um sonho para todas as mulheres. E isso aparece nos discurso das mulheres de ambos os grupos, como podemos observar nas falas abaixo:

Casar sempre foi um sonho e ainda é (M.R, 40 anos).

Casamento era um sonho pra mim, porque eu acho que é o sonho de toda menina. Naquela época era aquela história que se você passar dos vinte e poucos você vai ficar pra titia. Hoje em dia não. O casamento hoje tomara que ele aconteça lá pros trinta e poucos porque aí fica bem melhor pros dois, se fosse hoje em dia com certeza eu não teria casado aos 20 pra 21 anos (M.L, 54 anos).

O que temos visto na clínica é que quando as mulheres tendem a se casar para realizar um sonho de relacionamento e, depois de um número enorme de tentativas, a mulher desiste de investir na relação e pede para se separar, o homem que se casou para constituir uma família tem dificuldade de compreender, pois não só tem uma família, como não quer abrir mão dela.

Apenas (M.R, 40 anos), do grupo *Mulheres de Casamentos Contemporâneos* vê o casamento como uma consequência natural da vida, como um estágio do desenvolvimento pessoal e não como um sonho, embora tenha sofrido grande influência social e cultural no momento em que formou a decisão de se casar:

Minhas amigas estavam todas casando, então eu também queria sabe, acho que foi mais por isso do que um ideal. Ah eu nasci pra casar! Ah eu quero um casamento! Eu nunca tive esse ideal, mais coisa de vivência mesmo, de passar de um estágio pro outro, eu to namorando, ah não o namoro já chegou a te o ápice e agora eu tenho que passar para outro estágio. Acho que foi mais pensando nisso (M.R, 40 anos).

Souza (2008) pontua os processos que mudaram as expectativas acerca dos relacionamentos entre homens e mulheres: “condições políticas; movimentos de igualdade de direitos civis; desenvolvimento da pílula anticoncepcional que libertou a vida sexual da procriação e garantiu às mulheres a autonomia e o controle do exercício da sexualidade; mudanças econômicas relativas à transição de uma economia de produção para uma de serviços, facilitadora do trabalho feminino; e mudanças na subjetividade no sentido de desenvolvimentos de ideais, conceitos e técnicas voltadas para a auto-realização (p.14)”. Todos esses processos começaram, então, a desmitificar o velho amor romântico e as pessoas passaram a admitir outros modos de se relacionar amorosamente, novos projetos e estilos de vida, novos modos de planejar e gerir sua família. No caso das mulheres, elas passaram a ter outras formas de se ver como mulher, chegando até a descartar o sonho da conjugalidade, associado ao emblemático vestido de noiva, como se verifica no discurso de mulheres de ambos os grupos:

Sim casar sim e ter alguém do meu lado sim, mas esse sonho de noiva, de grinalda não, tanto é que não me fez a menor falta. E eu acho que a minha filha está indo pro mesmo caminho, tanto é que ela vai juntar com o namorado. Eu sempre quis viver com alguém, não esse negócio de idealizar o casamento, eu nunca fiquei idealizando nada não (H.L, 50 anos).

Meu casamento foi uma coisa que eu acho que acontece muito hoje em dia, pois eu já morava sozinha, então foi uma coisa muito gradativa, não teve uma coisa oficial. Ele começou a vir pra minha casa, e a coisa foi crescendo e de repente a gente já estava praticamente morando junto. Foi uma coisa natural, talvez a coisa assim da companhia, do companheirismo (M.R, 40 anos).

Como podemos verificar na fala destas mulheres, o significado da relação amorosa ampliou-se, admitindo uma multiplicidade de leituras, vivências e escolhas. Os sujeitos contemporâneos, segundo Rocha-Coutinho (2000), confrontam-se com uma multiplicidade de identidades possíveis e mutáveis, com as quais eles podem, pelo menos de forma provisória, se identificar.

#### B. Vivência e mudanças trazidas pelo casamento

Segundo Oliveira (2009), a maneira como o casal construirá seu casamento está diretamente ligada aos mitos que advêm de suas famílias de origem. Então, é preciso refletir sobre a maneira como esses mitos podem influenciar, seja direta ou indiretamente, as expectativas dos membros do casal em relação ao casamento, tendo em vista que eles podem dificultar ou facilitar as relações conjugais. Pode ser, por exemplo, que os cônjuges entrem no casamento buscando o que o outro não tem, mas esperando que tenha. Isso pode ocasionar sentimentos de frustração diante de uma situação contrária à esperada, podendo desencadear desilusão nas relações conjugais.

Ao perguntarmos às mulheres entrevistadas que mudanças elas esperavam que o casamento fosse trazer para sua vida, no grupo *Mulheres de Casamentos Tradicionais* predominou a idéia de liberdade em relação aos pais, busca de independência e uma expectativa de que o casamento iria resolver seus problemas:

Realmente acho que eu coloquei muita expectativa, eu achava que o casamento ia resolver todos os meus problemas, porque eu achava que todos os meus problemas, em parte eu estava certa, que todos os meus problemas estavam na relação horrível que meu pai tinha com a gente, com a minha mãe. Então, quer dizer, casando eu resolvia isso, quer dizer, se meu pai ia continuar tendo uma relação horrível com a minha mãe e com o meu irmão mais novo que ficou em casa, era problemas deles. Eu já não tinha nada mais a ver com isso. E aí isso na minha cabeça se resolveria, eu ia ter uma vida nova e tal, independente. (A.G, 52 anos.)

Pra mim era liberdade mesmo, entendeu? Porque eu mesmo já trabalhando ali na casa do meu pai, eu não tinha liberdade. Além de ter as minhas coisas, acho que todo mundo quer ter a sua casa, ser dona do seu nariz, não ter que dar satisfação (H.L, 50 anos).

Segundo Matarazo (1992), desde criança ouvimos falar que “o casamento é remédio para tudo”, mas melhor seria se tentássemos resolver nossos problemas emocionais antes de estabelecermos uma relação amorosa. Assim, o casamento não seria envolvido por todas as nossas necessidades. Nas palavras da autora,

Sem dúvida, o casamento não é a forma perfeita de resolver as nossas necessidades ou problemas, mas por mais defeitos que tenha o casamento, ele ainda é percebido pela maior parte das pessoas como uma maneira de resolver uma série de necessidades: a necessidade afetiva de ter um companheiro, de ter com quem contar na vida, com quem partilhar tristezas e alegrias; a necessidade sexual; a necessidade de ter filhos; a necessidade de lutar pela sobrevivência; a necessidade de dividir tarefas (Matarazzo, 1992, p. 29).

Já no grupo *Mulheres de Casamentos Contemporâneos* predominou a idéia de que o casamento iria trazer estabilidade, troca e companhia, demonstrando que as mulheres desse século buscam o equilíbrio dessas forças, escolhendo não trair a si próprias, ser fiéis aos seus desejos, questionar os padrões patriarcais e evitar se perder na solidão de relações descartáveis:

Eu esperava não ficar sozinha. Na minha vida eu nunca esperei coisas materiais, como muitas mulheres esperam, eu esperava troca, uma vibração diferente, um equilíbrio. (A.D., 39 anos).

Eu acho que eu esperava estabilidade, em todos os sentidos, estabilidade financeira, emocional, a única palavra é essa estabilidade (M.R, 40 anos).

A partir do século XX, segundo Meirelles (2008), passamos a construir a idéia do casamento como uma relação com base em uma escolha livre, por amor, em que a sexualidade tem um lugar importante. Hoje o casamento é relativizado em suas dimensões e formatos pelas mesmas mulheres que tanto o enalteciam, como podemos observar na fala abaixo:

Tem as coisas que você não espera que vão te incomodar, como coisas que aconteceram no nosso relacionamento debaixo do mesmo teto, que você acha que são coisas banais e na verdade quando você convive diariamente com a pessoa, a coisa passa a te incomodar, potencializar. Óbvio, ninguém é perfeito, cada um tem seus defeitos, enfim. Eu esperava que fosse mudar tudo na minha vida com o casamento, mas não que mudasse o meu sentimento com relação a ele pelo fato da gente ter ficado junto bastante tempo. O casamento é melhor quando não dividimos mesmo teto, porque de baixo do mesmo teto tudo se potencializa. (P.R, 30 anos).

Todas as dimensões e formatos que os casamentos foram assumindo, ao longo do tempo, em decorrência dos profundos questionamentos dos papéis de homens e mulheres, se refletiram na condição da mulher em suas mais amplas facetas, destacando-se a econômica, a cultural e a sexual. A mulher, muito mais do que o homem, é um ser em transformação. Os movimentos feministas trouxeram à tona tópicos jamais discutidos antes. Pode-se, assim, imaginar as perturbações causadas na estrutura familiar e na relação conjugal. Estas novas formas de ver as relações conjugais se refletiram na visão que temos sobre o casamento hoje.

Ao questionarmos as entrevistadas sobre a visão que elas têm sobre as mudanças ocorridas nos casamentos, mais especificamente, sobre o que mudou nos casamentos atuais, as mulheres de ambos os grupos

demonstraram um descontentamento em relação a estas mudanças no que diz respeito à falta de compromisso nos relacionamentos de hoje, devido à perda de certos elementos tradicionais e a um grande individualismo, como podemos observar abaixo:

Os casamentos de hoje em dia estão mais descompromissado né, você já casa, já ta com a pessoa, e pra você é normal saber que daqui a pouco pode não estar, entendeu? Isso mudou bastante. Eu acho que as mulheres também mudaram bastante em função da dependência delas né e da liberdade que começaram a ter. Aí eu acho também que ficou mais difícil pros homens terem....que tinham uma mentalidade como o meu tinha, hoje em dia não existe uma mulher que queira ser Amélia, eu pra mim ser Amélia era a coisa mais fantástica do mundo, entendeu? Agora eu acho que as mulheres de hoje em dia não, de jeito nenhum elas querem ser Amélia (M.L, 54 anos).

Ah eu acho que o pessoal já casa pensando em separar, o pessoal fala: eu vou casar se não der certo, daqui três meses separa. Não tem mais aquele negócio de para sempre. Eu ainda pelo menos vivi aquela história do pra sempre, mas eu acho que aquilo não existe não (H.L, 50 anos).

Eu acho que mudou para aquela coisa assim...é muito eu eu eu. É um individualismo, é tudo eu. Eu acho que se você está esta com uma pessoa não pode ser assim, tem que ser nós, nós dois. Eu vejo assim relações, não precisa ser nem casamento, relações naturalmente mais consistentes ou casamentos mesmo, é muito eu, vai dar errado, se casar vai dar errado. O quê que acontece, eu acho que hoje as pessoas tomam muito cuidado principalmente com o trabalho, tem pessoas que se dão muito e esquecem o casamento, esquecem da casa, daquela vida com o marido de agradar, do marido agradar a mulher e a mulher agradar o marido, é uma um plantinha que a gente tem que regar todo dia (A.D., 39 anos).

Podemos dizer, contudo, a partir destas falas, que as concepções atuais sobre o casamento, mesmo trazendo traços típicos da contemporaneidade, ainda apresentam alguns traços tradicionais. Este aspecto aparece de forma muito forte na fala a seguir:

A família, pai, mãe e filhos, apesar de existirem várias.....é.....vários rearranjos de muitas famílias, hoje tem o pai de alguns filhos e a mãe de alguns filhos, e pai e mãe de outros filhos, existem as mães separadas, enfim , existem vários rearranjos dessa família tradicional, mas de fato elas estão todas tendendo a girar em torno do tradicional, quer dizer, mesmo quando você pega o pai que tem filho com outra mulher e a mãe

que tem filhos com outro cara, junta e tem os seus filhos ou não, no final eles estão é.....dentro daquilo pai, mãe e filhos, então eu acho que não tem muito como fugir dessa dinâmica (A.G, 52 anos).

Miranda (1986) aponta que podemos considerar as alternativas aos casamentos tradicionais mencionados anteriormente como formas de reagir à insatisfação conjugal ou como uma busca de formas ideais e satisfatórias de relacionamento afetivo-sexual.

Apenas uma entrevistada do grupo *Mulheres de Casamentos Contemporâneos* pontuou o lado bom de todas as mudanças ocorridas nos casamento:

Acho que com a independência da mulher, a parte de se sujeitar a uma série de coisas como eu te falei que sempre existia no casamento dos meus pais, da minha mãe deixar de trabalhar, hoje a mulher não se anula mais, a mulher tem suas vontades e tem independência financeira pra perseguir isso, então eu acho que é isso que mudou, não existe mais o subjugar a mulher (P.R, 30 anos).

Segundo Hall (2000), os sujeitos contemporâneos não possuem uma identidade fixa e única, mas, antes, uma pluralidade de identidades possíveis abertas a eles e que são formadas e transformadas a partir de suas vivências. Ao perguntarmos às entrevistadas se as vivências do casamento promoveram alguma mudança em suas identidades, todas apontaram algumas mudanças positivas vivenciadas por elas, como se pode ver nas falas abaixo:

Ah mudou, eu acho que eu era mais intransigente por um lado, mas era mais ingênua por outro, então eu acho que eu fiquei intransigente por um lado e menos ingênua também (A.G, 52 anos).

Talvez tenha mudado a ingenuidade por achar que amor é incondicional, isso eu acho que mudou dentro de mim (P.R, 30 anos).

Talvez eu fosse mais emotiva, mas passional, sabe aquela coisa, mais ansiosa, isso mudou, não sou mais assim (M.R, 40 anos).

É interessante percebermos que a maioria delas assinalou a “perda da inocência” como uma dessas mudanças. Tendo em vista que os traços associados às identidades femininas e masculinas eram distintos e, no caso da

mulher, a ingenuidade, era considerada um traço positivo inclusive pelas próprias mulheres. Podemos perceber nas falas das entrevistadas uma mudança.

Em relação às experiências vividas no casamento, cabe mencionar aqui a questão da divisão de tarefas, que é um contrato entre o casal e que está associado à identidade e aos papéis de gênero. Sobre este aspecto, Matarazo (1992) assinalou que o casamento tradicional tem uma cláusula, nem sempre verbalizada, em que cada um deve viver sempre de acordo com o conceito ideal de marido ou mulher, cumprindo seu “dever conjugal”. Esta cláusula pontuava que ao homem caberá o provimento financeiro da família e à mulher os cuidados com a casa, o marido e os filhos. Já no casamento contemporâneo, ao contrário, as responsabilidades devem ser divididas e as obrigações domésticas são tarefas diárias que tanto a mulher quanto o homem podem realizar e não devem se transformar em um campo de batalha.

No caso do grupo de *Mulheres de Casamentos Tradicionais* elas assumiram as tarefas do lar, como se pode ver nas falas abaixo:

No fundo no fundo era eu que tomava as decisões e que ia fazendo as coisas, tudo sempre nas minhas costas, então continua a mesma coisa, não senti diferença, o peso das coisas que o homem faz dentro de casa vai vir tudo pra mim, não porque era eu que fazia tudo mesmo (H. L, 50 anos).

Quem fazia o que, era mais eu do que ele, e ainda ficava puto quando eu dizia assim, precisa trocar a lâmpada, por exemplo, a lâmpada queimou tem que trocar a lâmpada, aí tem que trocar a lâmpada e nada de trocar no primeiro dia, no segundo, no terceiro, no quarto, aí ia eu e trocava a lâmpada né. Aí quando ele chegava: porque que você trocou a lâmpada, você não tem que passar por cima de mim, você quer ficar demonstrando que você sabe fazer tudo. Entendeu? Mas não fazia. Financeiramente também, ele não colocava comida dentro de casa (M.L, 54 anos).

Os casamentos tradicionais, assim, parecem ainda ser influenciados pelos antigos papéis que vigoravam desde a Revolução Industrial, em que o pai era o



chefe de família e a mulher a dona-de-casa e incansável mãe. (Ribeiro, 2007). Nossas entrevistadas do *Grupo de Casamento Tradicionais*, contudo, apesar de carregarem essa herança em seus casamentos, conseguiram se formar, trabalhar e disputar o mercado de trabalho com os homens, havendo uma acumulação de papéis por parte das mulheres. Elas convivem, desta forma, ao mesmo tempo com os antigos padrões e papéis estabelecidos antes da Revolução Feminista de 1960 e aqueles da sociedade contemporânea. Parece, portanto, que, enquanto os conceitos não mudam completamente, as mulheres têm conjugado os antigos e novos papéis.

*Segundo Ribeiro (2007)* com o crescente aumento do número de divórcios, as relações amorosas ficaram parcialmente desvinculadas do casamento. A autora explica que o casamento ainda é importante, mas não fundamental, porque o mais importante para homens e mulheres de hoje é o amor e o crescimento pessoal, que lhes dão capacidade de viver relações com base no companheirismo, na cumplicidade e no respeito. Isso pareceu ficar claro na fala das nossas *entrevistadas do Grupo de Casamentos Contemporâneos*, em que o marido e a mulher procuram ser companheiros, pessoas que buscam se ajudar mutuamente:

Nós dois, fazíamos comida junto, era muito legal, foi a melhor fase da minha vida, aprendi muita coisa com ele, essa coisa que eu tenho... a visão de muitas coisas que eu tenho hoje, que eu sustento, foi ele que passou pra mim, ele me passou coisas muito boas (A.D., 39 anos).

A gente sempre teve uma idéia de colaboração com relação às coisas da casa, agente contratou uma faxineira no final das suas férias e ele ia uma vez por semana, mas as coisas do dia-a-dia, a gente dividia, eu comecei a cozinhar e ele lavava a louça, botar a roupa na corda e lavar a gente se dividia também, cuidar do jardim e do cachorro, a gente se dividia em tudo. Os custos a gente não colocou numa planilha exatamente, mas ele pagava algumas coisas e eu pagava outras. Enfim, foi assim, foi uma gestão participativa (P.R, 30 anos).

No caso dos homens, acreditamos que, em grande parte, o espaço deixado pela ausência da mulher das camadas médias de casa para se inserir no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social que tem recaído sobre

eles para que expressem um comportamento mais participativo, vêm contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade e paternidade. Parece que, pelo menos no nível do discurso, começa a surgir um “novo” homem que, segundo Rocha-Coutinho (2000), é aquele que valoriza uma maior participação nas atividades domésticas e, em especial, nos cuidados com os filhos. Sua presença no lar parece ser vista como tão ou mais importante do que o suporte financeiro que ele possa oferecer.

Mas essa mudança nos parece ainda muito pequena e lenta. Teykal & Rocha-Coutinho (2007), por exemplo, em sua pesquisa com homens casados com mulheres que trabalham fora de casa, verificaram, no que diz respeito à divisão das responsabilidades domésticas e cuidados com os filhos, uma pequena mudança, ainda que bastante tímida, posto que a responsabilidade pela casa e filhos continua nas mãos da mulher e a participação dos homens é vista por ambos mais como uma “ajuda”.

### C. Problemas enfrentados no casamento

As transformações que vêm ocorrendo, nos níveis macro e microsocial, repercutem sobre as formas de conjugalidade, e autores como Jablonski (1996) e Féres-Carneiro (1996) apontam que um conjunto de problemas que envolvem atualmente os casais são historicamente marcados, isto é, são delimitados pelo tempo e o contexto em que se inserem. Assim, problemas que antigamente eram vistos apenas como questões polêmicas, hoje já são considerados unanimidade nos relacionamentos.

O grupo de *Mulheres de Casamentos Tradicionais* passou por problemas relacionados à criação tradicional da época, tais como o machismo do marido e a interferência da família de origem na vida do casal:

Eu tive esse problema do meu pai e da minha mãe não aceitarem ele porque ele tinha um filho perdido pelo mundo, criou uma coisa ruim desde o começo. Porque assim, quando eu ia na casa da minha mãe eu ia sozinha, ele não ia, entendeu, então o negócio ficou meio mal resolvido. E isso afetou o casamento, a gente brigava muito (H.L, 50 anos).

O problema foi é que ele parou de falar comigo quando descobriu que eu estava grávida, então eu passei a minha gravidez inteira sozinha, eu não tinha praticamente amigos né, eu não conhecia quase ninguém porque nós estávamos nos EUA fazendo doutorado (A.G, 52 anos).

Eu tava me sentindo presa demais, só com deveres e com muito pouco retorno dele em relação a parte financeira, e aquele machismo todo aumentou mais ainda, e aí no primeiro mês que eu parei de tomar anticoncepcional ele não respeitava, o sexo tinha que acontecer todo dia, enfim, aí eu engravidei e eu achava que não era a hora, eu não sabia se eu ria ou chorava. Eu queria evitar, mas ele não deixava (M.L, 54 anos).

Metade das nossas entrevistadas, de ambos os grupos, enfrentou problemas de abuso de substância química pelo marido, com isolamento e agressividade, entre outras conseqüências:

Houve um problema, ele começou a usar droga, foi aí que acabou, ele mudou o comportamento radicalmente. Altos e baixos, ele oscilava demais o comportamento, um dia a pessoa estava bem, no outro dia a pessoa estava assim uma coisa pavorosa (A.D, 39 anos).

Lidar com as diferenças foi muito difícil, mesmo sabendo que já existiam porque a gente namorou 8 anos, mas o problema foi as drogas que ele usava. Mesmo sabendo deste comportamento, das coisas que ele fazia, eu não convivia com aquilo e aí quando ficou de baixo do mesmo teto começou a potencializar e a me incomodou a ponto de eu querer me separar (P.R, 30 anos).

O dinheiro também não aparecia aí eu vi que o negócio tava indo pras drogas. Teve o dia que ele botou um pacote de droga dentro de casa, e botou dentro da geladeira (M.L, 54 anos).

Segundo Sartri (2004), na tentativa de lidar com o problema da "drogadição" e com os danos e conseqüências devastadoras que isso pode acarretar, muita energia é mobilizada para livrar-se da "droga" em si, desconsiderando os

mecanismos, não apenas psíquicos, mas também sociais e culturais, que levam a família a se relacionar com o mundo à sua volta.

Em decorrência da complexidade que a família moderna adquiriu, seja pelo próprio conceito atual de família, seja por sua estrutura, que reúne inúmeras formas de casamento, separações, divórcios, uniões legais ou não, escolha do parceiro, e filhos resultantes destas uniões, o casamento hoje constitui um verdadeiro desafio.

Em alguns relacionamentos é possível a um observador de fora identificar problemas na interação entre os pares que não são percebidos por ambas as pessoas envolvidas. Nas palavras de Garcia e Tassara (2001), “num relacionamento conjugal nem sempre aquilo que é definido por um como problema é percebido por ambos como tal (p.2)”.

Num mundo como o nosso, em que a violência cresce a cada dia, aprender a negociar os conflitos é uma habilidade indispensável para a sobrevivência. Em nossa sociedade existe a idéia de que os conflitos são ruins e, portanto, devem ser evitados. Porém, não são os conflitos em si que são ruins, mas, principalmente, a maneira como lidamos com eles. Quando perguntamos como as entrevistadas negociavam as diferenças em seu casamento, ambos os grupo de mulheres afirmaram que não havia nenhum tipo de negociação e sim brigas e discussões, como se pode ver nas falas abaixo:

Resolvíamos tudo com uma briga horrível que no final já quase chegava à agressividade corporal mesmo, né, de jogar alguma coisa em cima do outro, enfim né. No final do casamento ele me deu um empurrão, entendeu? Eu tava com meu filho no...eu acho que isso aí foi a gota d'água, e eu fiquei marcada aqui (apontou para o braço) (M.L, 54 anos).

Pois é, esse que foi o problema, a gente não negociava, é o grande problema foi esse. Foi um problema realmente intransponível (A.G, 52 anos).

É...as vezes que a gente discutia por alguma coisa, e ai ele começava a falar, a falar, a falar, a falar e ai o que era o foco, o problema, ficava muito pra trás e ai aquilo se tornava pra mim muito cansativo ficar naquela discussão. E ai eu nem lembrava mais o que eu estava discutindo sabe, ou eu acabava cedendo ou eu cedia mesmo (M.R, 40 anos).

Segundo Matarazo (1992), em uma briga entre homens e mulheres, por condicionamento social, eles reagem de forma diferente: “Desde que nasce a mulher é condicionada a não expressar a agressividade, a se controlar, a “engolir” sua raiva. O homem por sua vez é estimulado a não demonstrar seus sentimentos, a atacar (p.86)”. Portanto, quando briga, freqüentemente a mulher chora, pois ela se sente cansada, amedrontada, derrotada, incapaz de se defender, magoada ou frustrada demais para continuar.

O *grupo de mulheres de Casamentos Contemporâneos* também não negocia as diferenças, apenas cede ou usa o silêncio para evitar a discussão, como podemos ver nas falas abaixo:

Alguém tem que ceder né e geralmente eu cedia, mas cedia com amor espontâneo, nada que fosse me agredi, a gente cede, mas ele era muito legal, a maioria das vezes eu cedi. Ele cedeu também, mas a maioria das vezes foi eu e com uma tranquilidade, como uma paz, numa boa (A.D., 39 anos).

hum.....na verdade eu sempre fui muito de não querer discutir, na verdade eu consegui ter um relacionamento e um casamento e terminei sem brigar porque eu nunca quis discutir, eu não sou uma pessoa de levar as discussões a fundo. Não vejo a gente com muitas discordâncias, exceto essas coisas de eu querer ir para Petrópolis e ele não queria, eu sei que você não quer, mas eu quero então eu vou e eu ia e depois ele ia me buscar (P.R, 30 anos).

Podemos perceber que algumas mulheres entram em confronto na busca da resolução para o dilema e, para tal, o casal abre negociação, enquanto que outras fogem do dilema, camuflando ou racionalizando a questão. Podemos observar que no *grupo de Mulheres de Casamentos Contemporâneos* há um esforço maior para evitar a briga, mas, *como aponta* Matarazo (1992), “não são os conflitos em si que são ruins, mas principalmente a maneira como lidamos com eles” (p.23). A autora nos mostra, assim, que podemos ter uma briga construtiva na qual um não tem medo que o outro vá se aproveitar da sua fraqueza e os dois respeitam os próprios limites para que ninguém saia

cruelmente machucado. Briga-se para, juntos, chegarem a algum lugar e não para “ter razão” ou destruir a razão do outro.

### 3.3.2. PROCESSO DE SEPARAÇÃO

Sabemos que muitas vezes a separação conjugal pode ser a resposta de saúde para a esperança de renovações de vidas ruins. Um dos maiores problemas desse processo de separação é exatamente a divisão em que as pessoas vivem entre os subsistemas conjugal e parental, apresentando dificuldades em diferenciar os papéis de marido/ pai e de esposa/ mãe. E uma separação mal resolvida pode ter conseqüências negativas na afetividade, nas finanças e na capacidade de cicatrização e elaboração de feridas e dores nas relações familiares. O enfrentamento desse processo parece ser inicializado pelas mulheres, como se pode observar a seguir.

#### A. Decisão

Geralmente a decisão de separar-se é parcial, e existe uma pessoa que solicita a separação, e esta futuramente poderá ser considerada a culpada, enquanto que a outra fica sendo vista como vítima, ou seja, existe um que deixa e o outro que é deixado.

Todas as entrevistadas de ambos os grupos tomaram a decisão de se separar e comunicaram ao marido. Ficou claro em suas falas que, por mais insuportável que estivesse a situação, os maridos não tomavam nenhuma atitude, não tentavam negociar e propunham continuar morando na mesma casa mesmo estando separados. Já as mulheres pareciam estar mais dispostas a enfrentar o fim, a divisão de bens e a mudança de vida, assim como se pode ver nas falas abaixo:

Eu tomei a decisão, mas tinha uns rolos né, o apartamento estava financiado pela caixa, tinha um carro comprado em consórcio, começamos a tentar resolver estas coisas e ai começa a baixaria né. Ele já estava até com outra e queria ficar separado, mas morando junto comigo na mesma casa. Aí não da né (H.L, 50 anos).

A gente já tava praticamente separado, a gente já não tinha mais sexo. Ele disse que ia separar, mas nunca saiu de casa, já tinha um mês que ele ficava falando que ia sair, aí um belo dia eu peguei tudo que era dele coloquei numas malas e botei na porta, aí ele falou: o quê que são estas malas? Eu disse: são suas, você, por favor, saia (A.G, 52 anos).

Isso não chegou a ser negociado, eu pedi para ir embora porque eu não agüentava mais e ele fez aquela coisa que não escutou, ele fingiu que não escutou por um tempo, até que um dia eu falei: você vai sair agora, não da mais, eu não agüento mais. Aí foi, até que um dia ele falou: eu vou. Ele sabia que estava me fazendo mal (A.D., 39 anos).

Porque os casais permanecem juntos mesmo infelizes ou num estado de divórcio afetivo, isto é, continuam a conviver na mesma casa, com vidas paralelas, sem relacionamento amoroso e sexual? Segundo Groisman (2006), todos nós trazemos carências das nossas famílias de origem desde as subjetivas (falta de carinho, atenção, proteção etc.) até as objetivas (morte precoce de um ou de ambos os pais, abandono, divórcio na infância ou adolescência etc.), que procuramos resolver quando constituímos nossa família. Nas palavras do autor, “a família que constituímos passa a ser a grande esperança, o porto seguro, onde conseguiremos encontrar a solução dos nossos males familiares (p.106)”.

Em pesquisa de dissertação de mestrado, Magalhães (1993) verificou, num grupo de 20 casais da classe média carioca, com idades variando de 25 a 55 anos, que todas as mulheres por ela entrevistadas, exceto uma, definiram casamento como "relação amorosa", enquanto que todos os homens do grupo definiram casamento como "constituição de família". Estes resultados podem explicar, em parte, o fato de a demanda de separação conjugal apresentar-se como predominantemente feminina. E parece que, ainda hoje, para as mulheres, o fato de a relação amorosa não estar bem é suficiente para justificar o fim do casamento.

Segundo Ribeiro (2007), atualmente as mulheres estão mais independentes, o casal deve caminhar junto, na mesma direção e ambos têm o poder de decidir sobre o rumo a ser seguido, ao contrário da época em que as mulheres não tinham direito a ter opinião própria.

## B. A Vivência do processo de separação

O casamento ou a união hoje não segue mais necessariamente o slogan “até que a morte nos separe”, apesar da existência da crença religiosa de que o casamento é indissolúvel e de que os parceiros deverão continuar juntos na tristeza e na alegria até que a morte os separe. Acontece que essa afirmação, que ainda persiste, obriga o casal a permanecer junto indefinidamente acarretando uma imobilidade que, inclusive, leva os cônjuges a evitar as crises naturais dos relacionamentos pelo receio de desembocarem numa separação.

A palavra crise assusta, principalmente quando se fala em crise conjugal. Mas, na perspectiva de Groisman (2006), “a crise é a oportunidade, o alarme que permite o crescimento, redirecionando o casamento em novas bases e com projetos comuns (p. 105)”.

Apenas duas entrevistadas, uma de cada grupo, vivenciaram o processo de separação de forma libertadora, felizes pela decisão que tomaram, como se pode observar nas falas abaixo:

Eu vivenciei que foi ótimo pra mim. Entende? Eu fiquei bem e eu não sentia saudades dele, nada disso (M.L, 54 anos).

Parecia que eu tinha saído de um aquário, sabe quando você se vê no meio de um aquário chapada no meio de vidro, eu saí feliz da vida, eu saí sem derramar uma lágrima, eu não chorei pelo fim do meu casamento. Eu estava feliz com a minha decisão. Eu estava feliz. Eu lembro que algumas pessoas que eu acabei conversando, amigas, falaram que quando encontraram comigo que eu tinha tomado a decisão, a minha fisionomia já tinha mudado, eu era uma outra pessoa. Eu vim com gana de viver, eu vim com gana de modificar as coisas, eu vim...não tem avião? Eu vou, eu vou de qualquer maneira, eu vou de caminhão, eu vou de qualquer jeito, eu enfiei a minha filha de baixo do braço e vim (M.R, 40 anos).

O restante das entrevistadas, de ambos os grupos, vivenciaram o processo de separação de forma sofrida, com abalos em sua saúde, como se pode ver nas falas a seguir:



Muito mal, emagreci 10 kilos e desenvolvi síndrome do pânico. É um vazio que sente né, porque você vê a pessoa todo dia cuida das coisas da pessoa, tá ligado na pessoa, fica pensando né, vai chegar, não vai chegar. A rotina que você cria, você sente falta também, não é só da pessoa, fica num vazio, é estranho pra caramba. Eu senti que a culpa foi minha, que alguma coisa eu deixei de fazer (A.D., 39 anos).

Eu me senti péssima, fiquei muito deprimida, mas eu sabia que eu tinha que levar aquilo, e foi assim.....eu tinha tanta coisa prática pra resolver que eu só fui cair na real um anos depois mais ou menos (A.G, 52 anos).

Segundo Cordás e Salzano (2004), a prevalência da depressão nas mulheres é observada a partir da puberdade em todas as culturas e as mudanças de papéis desempenhados principalmente pelas mulheres nos últimos anos estão se refletindo na alteração das taxas de suicídio, tanto na maneira como este ocorre quanto na prevalência do suicídio em mulheres em relação aos homens.

Geralmente, as *Mulheres de Casamento Tradicionais* estão mal preparadas para sustentarem a si mesmas e a seus filhos sozinhas, pois na época em que se casaram esperavam ter maridos que cuidassem delas financeiramente. Segundo Carter e McGoldrick (1995), o medo das mulheres de ficarem sozinhas, combinado a medos em relação à questão financeira impelem muitas mulheres a recasamentos prematuros.

Ninguém casa para se separar ou pensando em separação. Assim, quando ela ocorre, por melhor que tenha se encaminhado, não deixa de ser uma “fratura” com conseqüências dolorosas para todos os integrantes da família. Neste momento difícil, as entrevistadas de ambos os grupos afirmaram que puderam contar com suas mães:

Minha mãe me ajudou a não ficar no canto chorando porque separou, acabou, aquela história, eu realmente achava que por pior que fosse eu realmente ia ter o negócio pra sempre porque ele realmente gostava de mim, mas não foi verdade. Ai eu fui tocando a vida, não é o fim do mundo, fica chorando umas semanas e depois passa (H.L, 50 anos).

Acho que a minha mãe né, mas a minha mãe muito.....(pensou). É a minha mãe é uma pessoa muito gostável como eu to dizendo, mas ela é filha de ingleses né, não é uma italiana, não é uma pessoa de agarrar beijar e senta no colo, nunca foi assim, ela é uma pessoa mais distante, então eu sabia que eu contava com ela (A.G, 52 anos).

Minha mãe é uma pessoa que ela curte muito as coisas, a vida, então ela vai pra teatro, cinema e me levava. Conversava muito comigo, ela foi assim a pessoa que realmente me ajudou, com certeza (A.D., 39 anos).

Provavelmente, para essas mulheres, o acolhimento e respeito foram fundamentais para a aceitação da nova condição em que se encontravam. À medida que a rede de apoio se estabelece, as perdas vão sendo retomadas e as mulheres restabelecem suas histórias de vida pautadas em bons momentos.

Apenas uma mulher do grupo de Casamentos Contemporâneos não apontou sua mãe como a pessoa com quem pode contar, mas sim os amigos:

Eu sou uma pessoa que tem muitos amigos, muitos queridos amigos e essas pessoas foram muito importantes pra mim e eu nunca abri mão das minhas amigas e dos meus amigos e isso foi muito importante pra mim (M.R, 40 anos).

Todas as mulheres entrevistadas, inclusive aquelas que ficaram felizes por ter tomado decisão de se separara, tiveram problemas de saúde após a separação conjugal, como se pode observar nas falas a seguir:

Ah! A gente fica muito abalada, a agente emagrece, a gente não come direito. É batata, se você olhar para uma pessoa que era normal e que de repente ficou magra, seca, é porque ta vivendo um período conturbado, eu emagreci, foi isso (H.L, 50 anos).

Depois que eu me separei eu tive um problema de saúde seríssimo, mas foi bem depois, eu tive uma dengue hemorrágica e fiquei entre a vida e morte. E eu peguei uma dengue hemorrágica e ninguém descobria o quê que era e eu fiquei 7 dias entre a vida e a morte e depois disso eu fico com uma hipertensão. E nessa época foi muito duro, e ele não aparece, apareceu todo mundo menos ele e a família dele (M.L, 54 anos).

Tive, eu tive, eu dei início a síndrome do pânico. Eu não sabia que era síndrome do pânico, eu não sabia o que era aquilo que eu estava sentindo. Eu começava sentir um medo enorme, meu coração acelerava, eu achava que era problema cardíaco, minha mãe ficava gelada, suando fria. Eu não fiz terapia, só tomei a medicação do psiquiatra e passou. Ai é sempre nas rupturas de relacionamento que aparece a crise porque ai voltou de novo quando o namorado que arranjei depois do divórcio terminou comigo. Mas é sempre nas rupturas que a crise vem, não sei por quê. (A.D., 39 anos).

### 3.3.3. REFLEXÕES E VISÃO ATUAL SOBRE O CASAMENTO

#### A. Reflexões sobre seu casamento

A grande maioria das mulheres entrevistadas de ambos os grupos admitiu ter cometido erros no casamento, como se observa nas falas abaixo:

Eu acho que eu errei no sentido que eu tinha um gênio muito difícil né, eu era muito explosiva, brigava e tal, é... por coisas totalmente irrelevantes e as vezes coisas que não eram irrelevantes, quer dizer, eu sempre tive muito ciúmes, mas no final eu tava certa, ele tava realmente com outra mulher há seis meses quando ele se separou de mim. E era uma mulher que já dava em cima dele já há muitos anos. Mas eu não brigava com ele por isso, eu brigava por nada. E de fato esse meu problema de gênio me impossibilitou de ter qualquer outra relação assim de morar junto por resto da vida (A.G, 52 anos).

Errei. Em ser muito assim.....essa coisa minha da submissão, eu fui muito permissiva, deixei as coisas muito assim a vontade. Mas eu não sabia como eram as drogas, se eu soubesse no início eu teria logo me empenhado de outra forma, se fosse hoje eu ia procurar tratamento pra ele, mas eu não tinha conhecimento né (A.D., 39 anos).

Errei em não falar sobre o que me incomodava, em achar que eu poderia.....eu achava que o meu amor era suficiente para suportar qualquer coisa, não existe isso porque o único amor que é incondicional é de pai e mãe, não existe amor incondicional entre homem e mulher (P.R, 30 anos).

Apenas duas entrevistadas, uma entrevistada de cada grupo, não se referiu a erros que possivelmente tenham cometido no casamento, como se pode observar nas falas abaixo:

É tão difícil essa pergunta né? Eu acho que eu fui até onde eu podia ir. Se esse é um erro ou um acerto. Eu não consigo te falar um erro... não sei (M.R, 40 anos).

Ah eu não consigo achar erro nenhum meu dentro do casamento. Não consigo não. Ele errou muito, errou por ele mesmo, ele dizia depois: “você continua sendo uma mãe maravilhosa, porque você foi uma esposa excelente, eu não tenho nada pra reclamar de você”. Enfim, realmente eu não me vejo com erro, mas ele eu vejo com todos (M.L, 54 anos).

Apesar de M.L, 54 anos, não ter conseguido apontar nenhum erro, quando questionamos se restou algum aprendizado do casamento, ela reconheceu possíveis erros que possa ter cometido:

Aprendi a não culpar tanto o outro né, e sim me responsabilizar pelas minhas escolhas, pela minha insistência. Porque as coisas estavam bem claras e eu não conseguia enxergar, entendeu? Descobri que ninguém faz com o outro aquilo que o outro não permita que faça. Então, eu permiti que ele fizesse. Isso ficou muito claro pra mim depois que eu me separei, essa foi a minha descoberta. O outro só faz com o outro aquilo que você permita que ele faça (M.L, 54 anos).

A grande maioria das mulheres do *grupo de Casamentos Tradicionais* demonstrou certo desânimo em relação à vida conjugal, como se estivessem desistindo da possibilidade de casar novamente para não ficarem insistindo “naquilo que não da certo”, como podemos observar nas falas baixo:

Aprendi que a melhor coisa é ficar sozinha ao invés de ficar com estrupício, entendeu (H.L, 50 anos)?

Uma das coisas que eu aprendi é que eu sou uma pessoa praticamente impossível de....eu acho que eu sou excelente namorada, mas não sou boa esposa, eu não fui feita pra isso, não, não da certo, então eu acho melhor não ficar forçando a natureza (A.G, 52 anos).

Embora algumas *mulheres do grupo de Casamentos Contemporâneos* tenham afirmado que aprenderam muito com seu amadurecimento e sua transformação pessoal, outras atribuíram o seu aprendizado ao marido, enquanto ainda casadas:

Aprendi muito com meu marido, aprendi muita coisa, aprendi com ele a maneira de conduzir uma situação, aprendi a ver o mundo de uma outra forma, de uma forma mais alegre, porque ele era muito alegre, sempre tirava das coisas que não são legais uma coisa boa. Era impressionante. Ele sempre via o lado positivo das coisas e essa vontade de viver que ele tinha muito grande, ele transmitiu isso pra mim, né. Essa coisa deu tentar me realizar sozinha, trabalhar, realizar alguma coisa, procurar alguma coisa pra mim, foi ele que plantou isso (A.D., 39 anos).

Eu aprendi muito, eu aprendi sobre a vida, aprendi que a gente tem que conversar, a gente tem que ter diálogo com todos os relacionamentos. Enfim, foi um erro que eu fui persistindo na vida e hoje eu vejo que isso tem que mudar e eu estou trabalhando pra isso (P.R, 30 anos).

#### B. Visão atual sobre o casamento

Depois que vivenciam um processo de separação conjugal, as pessoas geralmente erram, aprendem, aumentam sua bagagem de experiências e passam a possuir uma outra visão sobre tudo que vivenciaram. *As mulheres do grupo de Casamentos Tradicionais* vêem agora seu casamento como um erro, como se pode observar nas falas abaixo:

Ah que eu casei errado mesmo (riu). Eu podia ter me dado mais tempo, podia ter namorado uma outra pessoa, entendeu, não precisava ter feito assim pra sair de casa porque eu me casei com 21 anos, entendeu? É muito nova, podia ter namorado mais, né (H.L, 50 anos).

O casamento foi péssimo pra mim, eu escolhi a pessoa errada, né, joguei expectativas em cima de um alguém, e eu acho que eu vivia das minhas expectativas e não da realidade, as minhas expectativas conseguiu cobrir a realidade aos meus olhos. Então eu não culpo tanto ele não. Antes dele morrer eu já tinha perdoado ele em tudo, nem entrava na justiça atrás do dinheiro dele. Talvez eu tinha piedade dele, entende? A última vez que eu vi um mês antes dele morrer, ele chegou na porta eu não reconheci (M.L, 54 anos).

*As mulheres do grupo de Casamentos Contemporâneos* têm atualmente uma visão de casamento mais positiva e em suas falas se pode observar o que fariam de diferente em um segundo casamento e o que não pode faltar em uma

relação, como se a vivência do processo de separação resultasse em um grande aprendizado:

Na verdade não muda muito da minha visão hoje não, tem que ter respeito mútuo, tem que ter liberdade, as liberdades individuais tem que ser preservadas, o que mudou um pouco foi a questão óbvio, e que eu sempre sou e todo mundo fala, que tem que ter diálogo, mas depois que eu vivi a situação, eu vejo que tem que ter muito mais diálogo (P.R, 30 anos).

Nossa, eu vou te dizer, eu casaria várias vezes, eu já te falei isso, mas assim com uma pessoa que se encaixasse no meu perfil. Eu não me casaria com qualquer um (M.R, 40 anos).

O casamento ainda é uma união bacana. Eu acho que as pessoas devem cultivar porque na minha opinião, se você quer ter um filho é necessário você casar, ter um marido, procurar uma união legal. Então, eu acho super legal as pessoas que estão casadas. Tem que casar mesma, não tem idade, pode casar até com 80, 70. Eu quero casar de novo a qualquer momento, quero conhecer uma pessoa que tenha a ver comigo, conhecer a família, porque não casa só com a pessoa, você casa com a família, é inevitável (A.D., 39 anos).

Segundo Ribeiro (2007), a maneira de se avaliar o casamento mudou: a união não é mais vista como eterna, isto é, ela pode acabar e as pessoas podem reconstruir suas vidas, não existindo mais garantias de um amor eterno.

Sobre as vantagens e desvantagens de ser uma mulher separada, as entrevistadas de ambos os grupos pontuaram que uma desvantagem seria estar sozinha e uma vantagem seria a liberdade de poder fazer o que se quer na hora que se tem vontade, como se pode observar nas falas abaixo:

A desvantagem de estar separada é ter que fazer tudo sozinha né, tudo mesmo. Quando você quer tirar férias, é ruim você viajar sozinha, é a única hora que eu sinto falta. Ai você tem que chamar uma colega pra não ir sozinha, porque pra ficar lá muda num hotel, sem ninguém pra conversar, fora isso, eu me enchi de atividades, faço ginástica, faço musculação, faço dança de manhã, faço dança de tarde entendeu? Sábado eu não vejo o dia passar, quando eu vejo já escureceu, e é isso, eu acho que a atividade física mantém a pessoa pra cima. (H.L, 50 anos).

Muitas desvantagens... (riu) As desvantagens.....é....você se sentir sozinha, vê se você me entende, a mulher precisa de um homem como precisa de pai e mãe, porque se não tiver o pai e a mãe ali alguma coisa não vai ser legal. E uma mulher precisa de um homem, pode parecer uma coisa meio louca e machista isso que eu estou falando, mas eu acho isso, eu sinto essa necessidade de ter um homem ao lado, de ter alguém, de proteção, precisa se sentir amada. Você não tem quem curtir, quem amar, com quem dividir as coisas. As vantagens é que você faz o que quer; você vai pra onde quiser sem ter que dar satisfação, a vantagem é essa, a liberdade não tem preço (A.D., 39 anos).

Apenas P.R. 30 anos, do *grupo de Mulheres de Casamentos Contemporâneos* não conseguiu pontuar uma desvantagem em ser uma mulher separada:

Não sei se tem vantagem, a vantagem que eu acho é que você já tem uma experiência previa que você talvez cede um pouco mais pra não cometer os mesmo erros do passado, por exemplo, uma coisa que eu visualizo que é super importante e que provavelmente eu não usei esse recurso, o diálogo. Colocar pra fora tudo que está sentindo e não simplesmente ficar engolindo as coisas e achar que está tudo bem porque não tá. Enfim, é uma coisa que eu vejo como positiva que eu aprendi. Coisa negativa eu não vejo muito preconceito com mulher separada, não vejo. Acho que não tem desvantagem, acho que só tem vantagem de ter aprendido (P.R, 30 anos).

Quando questionadas sobre qual seria o tipo de relação ideal, as *mulheres do grupo de Casamentos Tradicionais* disseram que o ideal seria ter um relacionamento em que cada um dos parceiros vive na sua casa, como se pode observar nas falas abaixo:

A forma ideal de relação é a que eu tenho hoje. Deve ser boa o suficiente porque vai fazer 10 anos que eu to com ela. Ele mora na casa dele e eu moro na minha, eu vou pra lá sexta-feira a noite durmo na casa dele e volto no domingo na hora do almoço e almoço com a minha mãe, com a minha família. E acabou, e eu acho ótimo, é um namorado e ele tem o espaço dele e eu tenho o meu, ele é neurótico com as coisas dele, e eu sou neurótica com as minhas, eu sou bagunceira e ele é arrumadinho (A.G, 52 anos).

Ele na casa dele, eu na minha casa e a gente se encontra só para se divertir e sei lá eu descobri que eu gosto muito de dançar, e agora eu to exigente, o cara tem que saber dançar coitado (H.L, 50 anos).

O relacionamento pra mim seria namorar mesmo cada um na sua casa. Esse seria pra mim o ideal mesmo, compartilhar sim, amor, objetivos de vida também, tudo, porque eu acho que a vida não acaba porque a gente fez 50 anos (M.L., 54 anos).

Segundo Teykal & Rocha-Coutinho (2007), essa nova configuração foi facilitada pelo trabalho remunerado feminino que constituiu um momento de virada nessa dinâmica da distribuição do poder nas relações conjugais, uma vez que, através da independência econômica da mulher, novos arranjos se tornaram possíveis no âmbito familiar. É nosso ponto de vista que não foi que o casamento não deixou de ser importante, mas sim, como pontuam Santos e Silva (2007), ele deixou de ser fundamental, uma vez que o mais importante a ser considerado agora, segundo os autores são “o amor e a cumplicidade para o crescimento pessoal, independente de estar casados ou não” (p.8). Isso nos parece ter ficado bem claro na fala das *mulheres do grupo de Casamentos Contemporâneos*, isto é, o relacionamento ideal seria aquele baseado na transparência, na honestidade, no diálogo:

Uma relação com muito diálogo, com diversão, com uma pessoa que tivesse muita coisa em comum comigo e não com uma pessoa que fosse completamente diferente, essa história dos opostos se atraem não existe, morreu pra mim esse opostos se atraem. É um compartilhar de coisas boas, de coisas difíceis também, mas mantendo a independência, mantendo as vontades individuais e o diálogo (P.R., 30 anos).

Com muito sentimento, com muita honestidade, com muita clareza, com muita transparência, eu acho que não tem mais porque eu na minha idade jogar, olha é eu quero, eu não gosto, tem que deixar claro, ser objetivo nas coisas, mas ai que está os homens na minha idade eles jogam muito, é difícil encontrar uma pessoa assim transparente. Não precisa esconder seus defeitos, fala logo, eu não gosto disso, não gosto daquilo (A.D., 39 anos).

Hoje a mulher vê o casamento como uma dentre outras possibilidades, diferentemente de alguns anos atrás, quando elementos políticos e econômicos estavam em jogo, como a manutenção da propriedade, e, assim, não havia espaço para o afeto. Acontece que o passado, de alguma forma, continua



interferindo no presente, ainda que a globalização e o surgimento de novas tecnologias tenham contribuído para tornar os relacionamentos mais frágeis e provisórios. A mídia também assumiu um papel fundamental no estabelecimento das novas formas de relacionamentos. O casamento hoje, em constante processo de transformação, passou a ser visto, de modo geral, como um espaço para o desenvolvimento interpessoal para a intimidade e a satisfação pessoal. Estas as oscilações entre visões ora tradicionais, ora modernas, pode ser observada na fala de nossas entrevistadas. Podemos concluir nossa análise afirmando que parece não haver mais um modelo contemporâneo de homem e de mulher, mas, antes, que agora ambos têm a liberdade de escolher como querem viver suas vidas. Isso pode explicar muitas das contradições e dilemas encontrados nos relacionamentos amorosos, atuais, como se pode observar na fala de nossas entrevistadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar, a partir do estudo destas mulheres separadas, por nós entrevistadas, que nos dias de hoje não existe um modelo único de família e de casamento, mas sim uma multiplicidade de formas de relacionamentos amorosos, conjugalidade e família e, assim, cada pessoa busca experimentar aquilo que lhe parece mais adequado, de acordo com a cultura do seu grupo social. Contudo, as visões tradicionais permanecem e, deste modo, lidar com essa ampla gama de escolhas, com essa diversidade de opções, vem gerando muitos paradoxos e contradições, fazendo com que as pessoas oscilam entre as formas tradicionais e modernas.

Assim, as mulheres, que lutaram tanto pelas transformações dos papéis e comportamentos femininos e masculinos, agora vivem em constante conflito, pois, ao mesmo tempo em que buscam valorizar sua independência financeira, continuam a ser treinadas para ser boas mães e esposas e a acreditar que o homem é o principal provedor da casa.

Apesar de muito se falar no discurso social em formas mais igualitárias e democráticas de partilhar tarefas e responsabilidades na família, como pudemos observar nas falas das entrevistadas, a divisão de tarefas domésticas ainda tende a seguir padrões relativamente tradicionais. A atividade doméstica do homem é vista como “ajuda”, da mesma forma que o salário da mulher é visto como uma contribuição para as despesas da família.

Assim, encontramos hoje mulheres envolvidas com seus múltiplos papéis, divididas entre antigos deveres e novos desejos. Elas vivem, deste modo, o dilema de mudar ou permanecer atuando de forma tradicional, entre ser a dona-de-casa nos moldes antigos ou ser aquela mulher que trabalha fora de casa e busca prazer sexual, tentando, muitas vezes, conciliar os dois papéis. Assim como pudemos observar nas falas de nossas entrevistadas, mesmo aquelas que tiveram casamentos considerados por nós como mais contemporâneos, ainda buscavam seguir certos modelos e preceitos

tradicionais. Podemos dizer, portanto, que ao contrário de uma total ruptura, o que parece estar ocorrendo é um processo de convivência conflituosa de comportamentos e valores tradicionais e modernos.

Desta forma, apesar das mulheres separadas, do nosso estudo buscarem mudanças em relação à opressão feminina, direito à liberdade e à sexualidade, elas não abrem mão do lado romântico do casamento tradicional, da busca de companheirismo, de romantismo. É como se elas quisessem modificar apenas a “parte negativa” do casamento tradicional, pois ainda sonham com um casamento perfeito, e buscam a excelência como esposas e mães. Apesar de todas as transformações culturais, estereótipos de submissão e de dependência feminina ainda aparecem em suas falas. Ou seja, ao mesmo tempo em que necessitam manter certos antigos laços de dependência, os negam. Tal fato mostra que estes antigos estereótipos estão de tal forma naturalizados que acabam por ser reforçados e mantidos pelas próprias mulheres, promovendo conflitos e tensões internos e nos seus relacionamentos.

Em nosso estudo procuramos traçar as diferenças entre casamentos mais tradicionais e mais contemporâneos. Observando-se os discursos de ambos os grupos, pode-se perceber que eles não se apresentaram tão diferenciados como havíamos previsto. As mulheres com casamentos mais contemporâneos, apesar de trazerem questões atuais como a liberdade, a troca entre o casal, a manutenção da individualidade de ambos os cônjuges, apresentaram também questões e valores tradicionais, semelhantes aos que foram observados nas mulheres de casamento tradicionais.

Pudemos observar, contudo, que o grupo de mulheres de casamentos contemporâneos apresentava um discurso mais positivo em relação ao seu casamento e ao divórcio, referindo-se a eles como um processo de aprendizado, de transformação pessoal. Em contrapartida, o grupo de mulheres de casamentos tradicionais os percebem como um grande erro acreditando, não valer a pena insistir em novos casamentos. Parece, assim, que as mulheres mais jovens ainda têm a esperança de recomeçar, buscando

um recasamento, enquanto que as mais velhas preferem não se arriscar a viver tudo o que passaram uma outra vez.

Nos discursos de ambos os grupos, no entanto, podemos observar o quão dolorosa foi sentida a separação, ocasionando, inclusive, processos de adoecimento. Todas as mulheres entrevistadas mostraram certo descontentamento com as mudanças por que o casamento vem passando, o que envolve uma falta de compromisso dos relacionamentos atuais, a perda de certos elementos tradicionais e o individualismo exarcebado. Apesar das mulheres terem lutado tanto por mudanças no casamento e nos papéis femininos, pudemos perceber na fala das entrevistadas de ambos os grupos vestígios de uma busca, ou resgate de algo tradicional que se perdeu, ou vem se perdendo.

Para concluir, podemos afirmar que os relacionamentos amorosos e os papéis femininos e masculinos, entendidos neste trabalho como uma construção social, estão passando por um momento de transformação. Aonde chegaremos, contudo, ainda não é possível predizer no momento atual, restam ainda muitas questões que merecem ser melhor estudadas. Acreditamos, assim, que esta pesquisa não deve ser vista como algo conclusivo, mas, antes, deve servir para abrir caminhos que possam auxiliar tanto àqueles que optaram por desenvolver trabalhos que visam melhor entender as mulheres atuais, como também os psicólogos que em seu trabalho clínico atendem mulheres com problemas em seus relacionamentos amorosos, a fim de melhor poder ajudá-las a refletir sobre a visão que possuem de si mesmas e o que vêm construindo como uma identidade pessoal possível. Seria necessário, contudo, desenvolver novos estudos para que se possa ter uma visão mais clara da importância do casamento na vida da mulher atual, levando-se em conta a sua trajetória social, os processos de construção de suas identidades, a importância da classe social, grupo étnico e religião, enfim, uma pluralidade de fatores que contribuem para a construção social e a definição das identidades de homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. (1989). **História Oral: a experiência do Cpdoc**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

ANGELI, D. (2004). Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000200017&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Fev 2009.

ARÁN, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 11, n. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Fev.

ARIÈS, P. (1981). **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARROS, S. R de. (1999). Matrimônio e patrimônio. **Revista Brasileira de Direito de Família**. IBD Fam, v.1, n. 1, abr./jun. Porto Alegre: Síntese.

BAUMAN, Z.(2004). **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BELTRÃO, P. C.(1970) **Sociologia da Família Contemporânea**. Petrópolis: Vozes.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2000). *Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX*. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 16, n. 3. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010237722000000300006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722000000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 18 Fev.

CARTER, B. MCGOLDRICK, M. (1995). **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas.

COSTA, J.F. (1983) **Ordem médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Graal.

CRUZ, A. G. V. (1982). Os movimentos de libertação da mulher na França e na Itália (1970-1980): Primeiro elemento para o estudo comparativo do novo feminino na Europa e no Brasil. In: LUZ, M.T. (ORG). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Edições Gaal.

DAMATTA, R. A. (1987) Família como valor: considerações não-familiares sobre a dimensão invisível da mudança social. In: ALMEIDA, A.M. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/ URRJ.

DINIZ, C.; COELHO, (2005) V. A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: Feres-Carneiro (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Puc-Rio.

FARIA, L. (1997) **Ideologia e Utopia nos anos 60: um olhar feminino**. Rio de Janeiro: UERJ.

FERES-CARNEIRO, T. (2003) *Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade*. **Estud. Psicol.** Natal, v.8 n.3. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=03000300003&Ing=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=03000300003&Ing=pt&nrm=iso)> Acesso em 20 Fev.

\_\_\_\_\_ (1996). **Família: Diagnóstico e terapia**. Petrópolis, RJ: Vozes.

FIGUEIRA, S. (1987). O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FREYRE, G. (1977). **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcalismo rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio.

GARCIA, M. L. T., & TASSARA, E. T. O. (2001). Estratégias de enfrentamento do cotidiano conjugal. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. 14(2), 635-642.

GARDNER, J. F. (1991) **Women in Roman Law and Society**. Indiana University Press.

GEETTLEMAN, S. & MARKOWITZ, J. (1978). **O Divórcio frente a frente**. São Paulo: Summus.

GIDDENS, A. (2003). **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP.

\_\_\_\_\_ (1992). **As conseqüências da modernidade**. São Paulo. UNESP.

GOLDENBERG, M. (2003). *Novas famílias nas camadas médias urbanas*, In: **Terceiro Encontro de Psicólogos Jurídicos**. Rio de Janeiro: EMERJ/ESAJ, p.18-26. Disponível em: <http://miriangoldenberg.com.br/imagens/stories/pdf/conjugalidades.pdf>.

GOODE, W.J. (1969). **Revolução Mundial e padrões de família**. São Paulo: USP.

HALL, S.(2000) **A identidade na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.

HEVERY, D. (1998). **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.

HILL, S. A. (2007) **Transformative Processes: some Sociological Question**. *Jornal of Marriage and family*, 69 May. Department of Sociology, University of Kansas.

JABLONSKI, B. (1991) **Até que a vida nos separe**: a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir.

\_\_\_\_\_ (1996) Papéis Conjugais: Conflito e Transição. In T.F. Carneiro (Org.) **Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal** (pp.113-123). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

\_\_\_\_\_ (2005). Atitudes de Jovens solteiros frente à família e ao casamento: novas tendências? In: Feres-Carneiro (Org.). **Casal e Família**: efeitos da Contemporaneidade. Rio de Janeiro: Puc-Rio.

KIPNIS, L. (2007). **Contra o Amor**. Tradução Ryta Vinagre, 2º ed. Rio de Janeiro: Record.

MACHADO, L. Z. (2001). Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 4, n. 8, p.11-26.

MALDONADO, M. T. (1986). **Casamento término e reconstrução**. Petrópolis: Vozes.

MATARAZO, M.H. (1992). **Amar é preciso**: os caminhos para uma vida a dois. São Paulo: Editora Gente.

MENANDRO, P.R.M; ROLKE, R.K.; BERTOLLO, M. (2005). Concepções sobre relações amorosas/ conjugais e sobre seus protagonistas: um estudo co provérbios. **Psicologia Clínica**, Salvador, v.17, n.2.

MIRANDA, E.S da; (1986). **Satisfação conjugal e aspectos relacionados**: a inteligência da comunicação, da semelhança de atitude e da percepção interpessoal. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Rio de Janeiro: FGV.

OILIVEIRA, N. H. D, (2009). **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Cultura Acadêmica.

PETRINI, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história social e da sociologia. **Memorandum: memória e história em Psicologia**, Belo Horizonte: UFMG, 8. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/artigos08/petrini01.htm>>.

RIBEIRO, V. L. P. (2007) **Relações Amorosas** – Uma revisão sobre as Relações Amorosas desde a década de 50 até a atualidade. Rio de Janeiro: Portal dos Psicólogos. Disponível em <<http://www.psicologia.com.pt>>.

RIBEIRO, I. E RIBEIRO, A. C. T. (1994). **Família e Desafios na Sociedade Brasileira**: valores como um ângulo de análise. Rio de Janeiro: centro João XXIII.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (1998). A análise do discurso em Psicologia: algumas questões, problemas e limites In: L. de Souza; M. F. Q. de Freitas & M. M. P.

Rodrigues (orgs) **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

\_\_\_\_\_ (1994). **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

\_\_\_\_\_ (2004). Novas opções, antigos dilemas: mulher, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia da USP**, v.12, n. 1.

\_\_\_\_\_ (2007). Família e Emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: Feres-Carneiro, T. (Org.). **Família e Casal**: saúde, trabalho e modos de vinculação. Rio de Janeiro: Casa do Psicólogo.

\_\_\_\_\_ (2000). Dos contos de fadas aos super-heróis: Mulheres e homens reconfiguram identidades. **Psicologia Clínica**, 12(2), 65-82.

SALEM, T. (1980). **O velho e o novo**: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes.

SCOTT, E. C. (1990) **A corte no Brasil: população e sociedade no Brasil e em Portugal no início do séc. XIX** /Ana Silvia Volpi Scott, Eliane Cristina Deckmann Fleck, organizadoras. São Leopoldo, RS : Oikos; Unisinos.

SIMMEL, G. (1971). On Individuality and Social forms. **Selected Writings**. Em D. N. Levine (org), Chicago: The University of Chicago Press.

SOUZA, J. C. N. de; SANTOS, L. B. M.; SILVA, A. L.; (2008) **Sexualidade**: Reflexões sobre Relacionamentos Amorosos na Contemporaneidade. FSA – PI

TEKAL, C. M. (2007). O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. Porto Alegre: **Psico, PUC RS**, v. 3 (3), pp. 262-268, set/dez.

VAITSMAN, J. (1994). **Flexíveis e Plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco.

VELHO, G. (2006). Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: Almeida M. I. M.; Eugênio, F. (orgs.). **Culturas Jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_ (1986). **Subjetividade e Sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

WAGNER, A.; PREDEBON, J.; MOSMANN, C. e VERZA, F. (2005) Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online]. 2005, vol.21, n.2, pp. 181-186.



## ANEXO

### Roteiro de Entrevista

#### Pontos para o Roteiro

- 1) A perspectiva que tinha sobre o casamento
- 2) O Casamento
- 3) O Processo de separação
- 4) A visão sobre o casamento após a separação

#### I- A perspectiva que tinha sobre o casamento antes de se casar

- 1) Como você conheceu seu ex-marido?
- 2) Quando vocês namoravam, que idéia você tinha do casamento? Quais eram suas expectativas?
- 3) Antes de se casar, que tipo de esposa você se imaginava? E com que tipo de marido você sonhava?
- 4) Como vocês passaram do namoro para o casamento? Como vocês tomaram esta decisão?
- 5) O Casamento era um sonho na sua vida? Porque você quis se casar?
- 6) Que mudanças você achava que um casamento poderia trazer para sua vida?
- 7) Como foi o casamento dos seus pais? Acha que influenciou você de alguma forma modo como você conduziu seu casamento?

#### II- O Casamento

- 1) Como era seu casamento no início? Estava correspondendo a suas expectativas? Em que?
- 2) Como era a sua relação com seu marido? Quem decidia as coisas da casa? Quem fazia o que?
- 3) Você foi a esposa que gostaria de ser? E seu marido foi o esposo que você gostaria que ele fosse? Por quê?
- 4) Você abriu mão de alguma coisa em função do casamento? O que?
- 5) Você acha que o casamento está ligado à maternidade? Em que sentido?
- 6) O que foi mais difícil no casamento para você? Por quê?

- 7) Quando você e seu marido discordavam de alguma coisa como vocês negociavam as diferenças? Funcionava? Por quê?
- 8) O que aconteceu para seu casamento ter chegado ao fim? Por que você acha que acabou? Você gostaria que ele tivesse acabado? Por quê?
- 9) O que você acha que mudou nos casamentos de hoje em dia?

### III – O Processo de Separação

- 1) Quem decidiu pela separação? Por quê? Isso foi negociado?
- 2) Como você se sentiu nesse momento? Por quê?
- 3) Como você percebeu que o casamento estava tomando um rumo que estava desagradando ou em desacordo com o que você esperava?
- 4) Como você vivenciou o fim do casamento?
- 5) Com que pessoas você pode contar no momento da separação? Em que elas ajudaram?
- 6) Você superou a separação? O que te ajudou a superar?
- 7) Como você se sente como uma mulher separada? Quais as vantagens e desvantagens?
- 8) Você teve algum problema de saúde na época da separação. O que? Por quê?

### IV- A visão sobre o casamento após a separação

- 1) Como você vê o seu casamento hoje?
- 2) Você acha que errou em alguma coisa? Em que? E seu marido? Em que?
- 3) Você aprendeu alguma coisa depois de ter vivenciado tudo isso? O que?
- 4) Qual a visão que você tem hoje sobre o casamento? Por quê?
- 5) Como você era antes do casamento? Mudou alguma coisa dentro de você? O que?
- 6) Quais as suas perspectivas daqui pra frente?
- 7) Você se casaria novamente? Em que circunstâncias?
- 8) Qual seria forma ideal de relação pra você? Por quê?
- 9) Você se arrepende de alguma coisa? De que? E do que você sente falta por não ser uma mulher casada? Por quê?